DOAÇÃO

Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Biblioteca - Intercâmbio

O CLÃ DE SANTA QUITÉRIA

OBRAS DO AUTOR:

CADERNO DE POESIA, Editora A Noite, Rio, 1949.
ASPECTOS DO CONGRESSO BRASILEIRO, Ed. O Cruzeiro, Rio, 1956.
CANCIONEIRO DE LAMPIÃO, Leitura, Rio, 1959 (1ª Edição).
ROSÁRIO, RIFLE E PUNHAL, Leitura, Rio, 1960 (1ª Edição).
O PADRE E A BEATA, Leitura, Rio, 1961 (1ª Edição).
MEMORIAL DE VILANOVA, Edições O Cruzeiro, Rio, 1964.
O CLÃ DOS INHAMUNS, Editora Comédia Cearense, Fortaleza, 1965 (1ª Edição); Editora A Fortaleza, Fortaleza, Ceará, 1967 (2ª Edição); Ed. Renes, 1980 (3ª Edição).
O BACAMARTE DOS MOURÕES, Editora Instituto do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1966; Ed. Renes, 1980 (3ª Edição).
O CLÃ DE SANTA QUITÉRIA, Edições O Cruzeiro, Rio, 1967.
DOIS POETAS PERNAMBUCANOS, Imprensa Universitária, Recife, 1967.
CANCIONEIRO DE LAMPIÃO e *CAPITÃO VIRGULINO FERREIRA, LAMPIÃO,* reunidos num só volume, Edições O Cruzeiro, Rio, 1968; uma terceira edição saiu pelas mesmas Edições O Cruzeiro, 1970 (4ª Edição), MEC, Artenova, Rio, 1972.
O PADRE E A BEATA e *ROSÁRIO, RIFLE E PUNHAL,* reunidos num só volume, Edições O Cruzeiro, Rio, 1969.
FLORO BARTOLOMEU (O caudilho dos beatos e cangaceiros), Agência Jornalística Image, Rio, 1970.
CINCO HISTÓRIAS SANGRENTAS DE LAMPIÃO e *MAIS CINCO HISTÓRIAS SANGRENTAS DE LAMPIÃO* (2 volumes de bolso), Editora Monterrey, Rio, 1970.
LAMPIÃO, CAPITÃO VIRGULINO FERREIRA, Editora Renes, Rio, 1975 (5ª Edição).
ABÍLIO WOLNEY (Um Coronel da Serra Geral), Legenda Editora, Goiânia, 1975; 2ª Edição, Editora Renes, Rio, 1980.
CANCIONEIRO DE LAMPIÃO (Edição de luxo, ilustrações de Jô Oliveira-, Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, Rio, 1976.
ANTÔNIO CONSELHEIRO, Editora Renes, Rio, 1978 (2ª Edição).
SINHÔ PEREIRA — O COMANDANTE DE LAMPIÃO, Editora Artenova, Rio, 1975; 2ª Edição, Editora Renes, Rio, 1980.
DA PROVENCE AO CAPIBARIBE (Charles Maurras e Gilberto Freyre), Editora Renes, Rio, 1980.

Nertan Macedo

O Clã de Santa Quitéria

(Memória histórica sobre vaqueiros políticos e eruditos)

EDITORA RENES
Rio de Janeiro

BH/UFC
PERGAMUM

EDIÇÃO

Editora Renes Ltda. — Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, grupo 1001

Tel.: 262-3352 — C.G.C. 33.880.824/0001-52

COD: 69213
R 138371 76

Direção-Geral: Renaldo Alexandre Essinger

Coordenação Gráfica: Miguel Fernandez Cuiñas

Revisão: Rubem Martins Jorge

Capa: Walney de Almeida

981.31
M122c

Copyright by Nertan Macêdo

1ª Edição 1967

2ª Edição 1980

Todos os direitos reservados

All rights Reserved

Printed in Brazil

BH/UFC

A mestre Hugo Catunda.
E à memória de um velho amigo,
Aderson Magalhães (All Right).

UFC

PREFÁCIO

O Clã de Santa Quitéria

Aliando ao senso histórico a tendência para as indagações sociológicas, duas qualidades que não se deviam separar, mas que infelizmente e com freqüência não coincidem na mesma pessoa, Nertan Macêdo acaba de publicar interessante estudo sobre personalidades da Província do Ceará na fase do 2º Império, a que denominou "O Clã de Santa Quitéria".

Logo se vê que o trabalho tem cunho de profundidade e segurança, proporcionando ao leitor uma perspectiva clara do cenário regional onde se desenvolveu o partidarismo daqueles que evoca, senhores absolutos das posições governamentais, mas incapazes não só de exercerem um personalismo exagerado, como de buscarem satisfação própria.

Mas, se eles tivessem incidido nessa política pessoal, não cometeriam pecado maior. Porque o nosso personalismo vem de longe, como contingente de nossa herança ibérica, estruturando-se na fase da formação colonial, para recordar, depois, os senhores do engenho, e da fazenda, traduzidos nas páginas do passado, via de regra nos barões da monarquia.

Francisco de Paula Pessoa e seu filho Vicente Alves de Paula Pessoa, ambos Senadores do Império, não se aproximam sequer da figura marcante de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, padre e bacharel, que, sem caciquismo nem mandonismo, mesmo encarados sob os aspectos de paternalista e protetor, teve sempre às mãos enérgicas e hábeis as decisões da política liberal da sua terra.

Admirável na sua influência é o respeito que sempre mereceu dos adversários. Jamais se lhe imprecaram o papel de falsificador da verdade eleitoral. Porque ele nunca prejudicou a natureza do sistema representativo então dominante.

Não podia deixar de ter espírito de clã — o nosso tribalismo, como já foi acentuado — mas o exteriorizava de ma-

neira inconfundível: era a figura severa do chefe que sempre justificava as suas decisões, que em momento algum foram inquinadas de arbitrárias. Ao contrário, refletiam uma atitude emocional diante dos correligionários, que eram amparados e, via de regra, mereciam razão.

Quando Francisco de Paula Pessoa chegou ao Senado (nomeado por carta imperial de 13-12-1848), para ocupar a vaga de João Vieira de Carvalho (Barão, Conde e Marquês das Lages), falecido a 1-4-1847, Tomás Pompeu de Sousa Brasil era bacharel de Olinda desde 1843, companheiro de turma do futuro Barão de Aquirás (Gonçalo Batista Vieira — nasceu em 1819 e faleceu em 1896), que seria chefe conservador no Ceará, e contemporâneo de estudos de Francisco Xavier Paes Barreto (bacharel em 1842), que, apesar de liberal, seria da intimidade de Pedro de Araújo Lima (Visconde e Marquês de Olinda).

Antes, a 18-9-1841, ordena-se no Seminário da tradicional cidade de Pernambuco. Logo após a formatura, regressou para o Ceará, ingressando na política sob a orientação de seu tio Gregório Francisco Torres de Vasconcelos, muito amigo do Padre José Martiniano de Alencar e do Cel. Francisco de Paula Pessoa, que já tomara assento na Câmara provincial, nos biênios de 1835-1837 e 1840-1841, e também participara dos trabalhos da Assembléia-Geral, em 1833, quando foi convocado na condição de suplente de Alencar, nomeado senador (abril de 1832).

No 6º biênio (1846-1847), Tomás Pompeu de Sousa Brasil teve o mandato de Deputado provincial. Antes, em 1845, chegara à Corte na qualidade de representante do Ceará à 6ª legislatura, suplente que era do Padre José da Costa Barros, falecido antes da posse, e onde permaneceria até fevereiro de 1849, pois, adiada a 7ª legislatura, de 5 de outubro de 1848 para 23 de abril de 1849, foi a Câmara dissolvida por decreto de 19 de fevereiro desse ano. Estava no poder o 10º Gabinete de D. Pedro II, presidido pelo então Visconde de Olinda, que ocupava as pastas dos Estrangeiros e da Fazenda, mais tarde confiadas a Paulino José Soares de Sousa, que seria Visconde de Uruguai, e Joaquim José Rodrigues Torres, que também seria nobre — agraciado com o título de Visconde de Itaboraí, mas que já era senador.

A prova de que Gregório Francisco Torres de Vasconcelos era da intimidade do Senador José Martiniano de Alencar reside no seguinte fato: em 1847, nas eleições senatoriais de dezembro, que fariam Francisco de Paula Pessoa chegar à

mais alta Câmara do Império, o seu nome figurou na lista tríplice, ao lado de Manuel de Barros Cavalcante.

Graças à influência do tio, Tomás Pompeu de Sousa Brasil teve acesso à pessoa do político que tramara o golpe da maioridade, mas que se revelara tão hábil que permanecera amigo de Pedro de Araújo Lima, todo-poderoso chefe conservador, que, embora também fosse homem maneiroso e educado, não sabia perdoar ingratidões. Na Corte, o jovem político aprendeu as lições que aqueles homens austeros ensinavam sem cobrar nenhum preço: para chegar à chefia, teria de respeitar a gradação inferior, de ordem municipal e provincial, e sempre conversando nos bastidores, para jamais perder a realidade da situação política e manter a voz de comando que o homem do sertão respeitava.

O Senador Alencar, que era conhecedor dos homens, viu que havia encontrado o legítimo sucessor de sua política. Porque Tomás Pompeu de Sousa Brasil era não só dono de uma mentalidade lúcida e peculiar, mas, acima de tudo, capaz de enfrentar as mais difíceis empresas, sem chegar aos extremos. Respeitador dos princípios monárquicos, logo se revelaria um liberal cônscio de suas responsabilidades e do acatamento que teria sempre para com os adversários. A maior prova daria quando do falecimento do Dr. Miguel Fernandes Vieira, Senador do Império, ocorrido em 6-8-1862: a nota publicada no Cearense revela a nobreza de seu coração e o respeito ante a dor que enlutava uma família de prestígio, sob todos os aspectos, na província.

Desgostoso das coisas da sua terra, José Martiniano de Alencar vinha-se mantendo distante dela desde que a governara, pela última vez, em 1840. Sua palavra continuava a ser acatada pelos amigos e correligionários, mas permanecia longe do Ceará.

Soube preparar sua sucessão. Aos poucos, foi fazendo com que o jovem Tomás Pompeu de Sousa Brasil tomasse a si a responsabilidade por determinadas decisões políticas, de modo que ao falecer (15-3-1860) ninguém, entre os liberais, ousou disputar-lhe o mando.

Verificou-se sua ascensão aos 42 anos de idade. Era, já então, homem que acreditava na força do poder que saberia exercer e saberia arrostar, sem hesitação, nunca comprometendo a organização partidária cuja chefia incontestável lhe pertenceria até morrer (2-9-1877).

Em 1860, com a morte de José Martiniano de Alencar, o Senador Francisco de Paula Pessoa era um liberal influente,

que fazia de Sobral o centro de sua atividade política. Seu filho, o Dr. Vicente Alves de Paula Pessoa (nasceu em 1828), era bacharel em Direito pela Academia de Olinda (1850) e magistrado de conceito, e o genro, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, vinha militando nas fileiras liberais: seria, muito mais tarde, quando ganharia o título de Conselheiro, Ministro da Guerra, no 31º Gabinete (organizado a 24-5-1883) do governo de D. Pedro II, presidido por Lafaiete Rodrigues Pereira.

Talvez porque não possuísse faculdades intelectuais, talvez porque preferisse desenvolver os seus negócios, ou, ainda, porque gostasse dos interesses locais, o certo é que o chefe dos Paulas reconheceu, sem nenhuma restrição, a direção do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Diante dele, manteve-se sempre com lealdade, participando das lutas partidárias com a ganância e o destemor tão próprios do tempo.

Simples e lhano no trato, incapaz de uma atitude brusca, o político cearense logo se impôs aos amigos e adversários. Na antiga Corte, quando veio exercer o mandato de deputado à Assembléia-Geral, estreitou os laços de companheirismo que mantivera em Olinda com Francisco Xavier Paes Barreto: foi Deputado provincial, Presidente de província (Maranhão, Ceará — 1855/57 — Paraíba e Bahia), Ministro da Coroa e Senador por Pernambuco — nomeado por carta imperial de 22 de fevereiro de 1864, faleceria pouco depois de um mês, a 28 de março. Exercia então o cargo de Ministro dos Estrangeiros.

Quando foi nomeado para o Senado do Império (9-1-1864), estava no poder o 18º Gabinete de D. Pedro II, cujo Presidente e Ministro do Império era Pedro de Araújo Lima. A eleição se procedera, no Ceará, em abril de 1863, constando ao lado de seu nome, na lista tríplice, os de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e de Domingos José Nogueira Jaguaribe, ambos magistrados.

Compulsando-se os jornais da época, vê-se que não houve dúvida quanto à sua escolha. Para a decisão do Marquês de Olinda concorreram a amizade de Francisco Xavier Paes Barreto e a estima que o velho pernambucano também dedicava ao cearense ilustre, afora a própria vontade do soberano, que conhecia a inteligência e a cultura do candidato.

É valiosa a recapitulação histórica que Nertan Macêdo fez. Mostra-nos um quadro movimentado, embora sem nenhuma preocupação de querer exibir-se. A moldura do retrato da época que estuda é sóbria, mas perfeita. E mais acentuado o destaque da atuação dos vultos que estuda — Senadores Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Francisco de Paula Pessoa, Vicente Alves de Paula Pessoa e Joaquim de Oliveira Catunda.

O tempo na então província era de primarismo econômico. As estiagens prolongadas assolavam o Ceará, matando rebanhos, dizimando populações famintas, liquidando as plantações e anulando a vida na zona semi-árida da área a que se convencionou, depois, chamar "polígono das secas".

Pode-se imaginar a luta do Senador Francisco de Paula Pessoa, criador abastado, para evitar a ruína de suas propriedades rurais, ele que, com base na terra, participava do domínio partidário.

Mas não encontrou meios para ativar a melhoria da zona onde exercia sua influência. Bastou-lhe assim desfrutar da generosidade dos homens do campo, cujas necessidades esquecia por não poder satisfazê-las. Já escreveram: para sua tranqüilidade e segurança, o ruralismo não tem memória...

Pareceu-lhe preferível manter seu prestígio, sem afetar a vida do sertão. Tinha consciência da própria força, mas para que esbanjar as possibilidades de triunfo na leviandade de pretender chamar a atenção dos homens que, na Corte, se extremavam nas construções jurídicas, esquecidos da síntese da realidade?

A mentalidade do sertanejo também concorria para a permanência desse estado de coisas. Muito mais tarde, às proximidades do 15 de Novembro, os ex-escravizados recusavam trabalhar nas fazendas em que seus donos se alistavam no partido republicano, alegando que não prestariam serviços a criaturas revoltadas contra a Princesa Isabel, que os remira do cativeiro.

Se no fim do século XIX surgiam manifestações dessa espécie, o que dizer dos anos que já se distanciavam na marcha do tempo?

A população brasileira sempre teve apatia política. Pouco lhe importava a turbulência que os caudilhos emprestavam aos países vizinhos do Brasil, se este se resguardava à sombra do governo pacífico de D. Pedro II.

A América chamada latina e intitulada republicana podia viver em convulsões. Bastava que o Brasil permanecesse em paz, afastado da ousadia dos generais messiânicos que se tornavam presidentes por meio de pronunciamentos.

Aqueles homens, pois, ciosos de seu prestígio e de sua dignidade, não podiam pretender modificar os costumes e as

tradições luso-católicas da maioria da população. Não seria mesmo preferível manter esse elemento nativo, conservador, castiço, evitando-se que houvesse renovação, sempre perigosa?

Ocorria mais outro aspecto de relevo: a sociedade predominantemente patriarcal que foi a brasileira até os primeiros anos do século XX. Aí o motivo da imobilidade do Império, revelando talvez incapacidade para se adaptar ao processo evolutivo do país.

Aí está a época dos homens do "Clã de Santa Quitéria", que, pertencentes ao partido liberal, bem poderiam ter-se inclinado pela evolução democrática do Império que tão intensa se tornou depois de 1868 (formação do Gabinete de 16 de julho, presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que ocupou a pasta da Fazenda).

Marcelo Pinto

Este é o terceiro volume da história dos clãs pastoris do Ceará. Segue-se ao "Clã dos Inhamuns" e ao "O Bacamarte dos Mourões", crônica de quatro importantes famílias do período colonial: os Montes e os Feitosas e os Melos e os Mourões. Este livro trata de uma quinta família, os Pinto de Mesquita, das ribeiras do Acaracu. Acontece que a história do sertão seco do Nordeste é a dos seus próprios povoadores.

N.M.
Rio, 1967

"É tempo de se deterem os escritores de história diante desses clãs, em cuja cadeia rácica como que se percebe melhor a coesão das eras, a unidade consangüínea do Brasil que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a sua vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos trópicos, nenhuma de suas características avoengas".

PEDRO CALMON
("História da Casa da Torre")

ÍNDICE

I — O País Natal 17

II — O Sargento-Mor João Pinto de Mesquita 19

III — A Prole do Sargento-Mor 30

IV — O Senador dos Bois 37

V — O Segundo Senador Paula 45

VI — O Senador Tomás Pompeu, um pioneiro 51

VII — O Senador Catunda 69

VIII — Os Coronéis de Santa Quitéria 76

IX — Apêndice 85

UFC BIBLIOTECA

O PAÍS NATAL

A pouca distância das suas nascentes, na serra das Cobras, o rio Jacurutu, afluente do Acaraú, faz uma curva graciosa, em meio à qual emerge a cidadezinha de Santa Quitéria, nos Sertões do norte do Ceará, dilatados à sombra do paredão da Ibiapaba.

Santa Quitéria nasceu, como boa cidade sertaneja, de uma antiga fazenda de criação, a Fazenda Cascavel, que era uma das diversas propriedades dos Pinto de Mesquita.

É um sertão de pastagens, campos abertos, próprios para os gados, cheio de sabiá e pau-branco, malva e capim-mimoso.

No inverno, o capim-mimoso chega a atingir quase a altura de um homem. E quando, em julho, as chuvas já não molham a terra, os acamados desse capim ondulam ao sopro do vento, formando uma paisagem de suavidade e beleza incomparáveis.

O sertão tem sempre curiosidades. Assim é que, durante as chuvas, quando o mato reverdece, nele encontramos recantos dulcíssimos, que parecem jardins civilizados, feitos artificialmente pela mão do homem.

Creiam: há trechos de Paris e Londres no duro chão nordestino, quando chove.

Puríssima é a água que corre no leito do Jacurutu, conhecida em todo o Ceará como "água de Santa Quitéria", famosa pela sua frescura, leveza e limpidez.

O Sertão de Santa Quitéria é um trecho típico das ribeiras do Acaraú, o antigo Acaracu da época do povoamento.

Esse rio seco é o segundo mais importante do Ceará, depois do Jaguaribe, que é uma espécie de espinha dorsal daquele país de vaqueiros.

É verdade que o Jaguaribe tem um curso e uma bacia hidrográfica maiores do que o Acaraú, mas este coleta mais água do que ele, porquanto a recebe de muitos afluentes ser-

tanejos e ainda das vertentes que descem da Serra Grande, ou Ibiapaba.

É o Acaraú um rio nascido para o povoamento do sertão. Porque, qual uma seta, ele aponta o caminho que vai dar no litoral norte do Ceará, onde outrora floresceram grandes oficinas de charqueadas, há muito desaparecidas.

Nas suas ribeiras adormecem, debaixo do sol, os sertões de Groairas, Jaibara, Jacurutu, Coreaú e Macacos, onde há florestas de pau-branco e o capim-mimoso se acama, em mansas ondulações, depois que as chuvas se vão.

Aqueles sertões foram povoados, a partir da primeira metade do século dezoito, por "cavalarianos" pernambucanos e rio-grandenses do norte.

Particularmente, os pernambucanos, muito afeiçoados à criação de gados e cavalos, de cujo comércio prosperaram, acabaram por fixar-se nas fazendas situadas à beira daquelas ravinas de efêmeros cursos.

A região tem, além do mais, forte tradição de elegância e cavalheirismo, cultivando sempre hábitos distintos, que vêm de longe, dos mortos esplendores das grandes fazendas de criar.

Um filho ilustre de Santa Quitéria, Otávio Lobo, chegou a escrever esta frase ufana, mas verdadeira:

"De tudo o que herdamos, foram depositárias, de geração em geração, essas nobres linhagens sertanejas, austeras e sóbrias".

Referia-se aos que povoaram aqueles sertões.

O SARGENTO-MOR JOÃO PINTO DE MESQUITA

Um dos patriarcas da sociedade colonial do Ceará, montou sua tenda naquelas soledades do sertão.

E fez correr pelos campos e ribeiras do velho Acaracu os seus rebanhos potentes, erigindo a sua morada e semeando em todos os limites sesmeiros a prole seivosa, que o tempo haveria de favorecer com muitas outras posses em terra, gado, dinheiro e graças do espírito, tudo isso somado a uma ascensão política notavelmente pródiga em situações de relevo.

A família Pinto de Mesquita fugiu à regra, na sociedade cearense, da tradição predatória e decadente, anunciada por João Brígido, para quem aos pais ricos sucedem sempre filhos nobres — e a estes, netos empobrecidos pela irresponsabilidade e incapacidade na gestão da riqueza acumulada.

E assim tem sido sempre.

Também foram os Pinto de Mesquita, ao longo da história da formação da sociedade pastoril cearense, uma outra exceção: o clã, numeroso, rico e fidalgo, não produziu, como seria de esperar, cangaceiros e valentões, vingadores do rifle e do punhal, a talar os sertões que habitavam com seus cavalos relinchantes e bárbaros, afeitos à fumaça dos combates e tropelias selvagens.

Isso, a despeito da vigorosa atuação pública de quantos Pinto de Mesquita se houveram em política no Ceará, dos primórdios do Império aos últimos dias da República Velha, onde se sucederam, sem interrupção, abastados e eruditos e também pioneiros, compondo um dos mais vivos murais clânicos da Província e do Estado.

Foram mais longe, na sua peculiaridade, no grande quadro das antigas famílias sertanejas do Ceará: tinham origens realmente nobres, historicamente enobrecidas, indiscutivelmente aristocráticas, mercê dos "homens bons" — que já os produziam no reino de Portugal e, simplesmente, deram, no

sertão nordestino, continuidade a essa "bondade de homens", que é preciso conhecer para melhor compreender o episódio colonial.

Os homens do sertão seco, como se sabe, muito antigos na sua lusitanidade, muito sebastianistas e ledores de aventuras da cavalaria medieval, tiveram sempre em alta conta as fumaças de princesia, atribuindo-se, eles próprios, origens fidalgas, quase sempre discutíveis, nascidas da imaginação e transmitidas por vagas tradições orais.

Eram profundamente monárquicos e, plebeus embora, desgostavam do que não cheirasse a paços e castelos, ameias e armaduras, lanças e corcéis: sonhavam com isso, amavam a grandeza, estimavam a nobiliarquia.

Ao contrário dos Montes e Feitosas, dos Melos e Mourões, cujas prosápias de nobreza são duvidosas e obscuras, os Pinto de Mesquita eram de fato "homens bons" no exato conceito em que a sociedade reinol e colonial traduzia essa expressão.

Oliveira Viana definiu com precisão o que era um "homem bom" daqueles tempos.

Era um homem da nobreza — a nobreza dos homens bons — "verdadeira aristocracia, onde figuravam exclusivamente os nobres de linhagem aqui chegados ou aqui emigrados e fixados, e os descendentes deles", aristocracia a que se acrescentavam os homens novos, aqueles enriquecidos no comércio, os burgueses, os invasores ou "penetras" dos altos escalões sociais de então.

Os "homens bons", acrescenta Oliveira Viana, constituíam uma elite reduzidíssima, "uma minoria insignificante em face da massa numerosa da população": ... "tinham os seus nomes inscritos nos "Livros da Nobreza", existentes nas Câmaras. Em conseqüência disto, só eles podiam ser eleitos. O fato de estar incluído nos pelouros — de ter sido inscrito no livro das Câmaras como "homem bom" — era sinal indicativo de nobreza. Constante das "cartas de linhagem", que se costumavam passar a requerimento dos interessados, esta inscrição era bastante para lhes assegurar privilégios, isenções e o exercício daqueles cargos públicos, então reservados só à gente de qualificação".

Compunha-se essa aristocracia de grandes proprietários rurais, senhores de fazendas e engenhos, no sertão e na zona da mata.

Ela habitava o campo.

Sua presença na vila era obrigada, apenas, pelas solenidades do culto religioso ou pelas atividades da vereança, a

coisa pública, "uma dignidade, um múnus, uma honraria", lembra o autor de "Instituições Políticas Brasileiras".

Antes mesmo do descobrimento e da colonização do Brasil, já Portugal era dominado por esses "homens bons"; senhores das terras, vinhedos e rebanhos, uma vez transplantados para os nossos campos interiores.

Um desses "homens bons" foi o patriarca dos Pinto de Mesquita, o Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, varão sisudo, de sangue velho e limpo, que há mais de duzentos anos ostentava nos campos de Santa Quitéria os seus vastos e opulentos criatórios, além dessa prosápia de tradições milenárias, oriundas da sua nobreza peninsular, bem própria da sua raça monárquica, feudal e católica.

O velho Sargento-Mor estava por demais ligado às matrizes heráldicas da época da Reconquista, às linhagens antigas que fundiram os heróis de Aljubarrota, pois que viera do Minho.

E no Minho, afirmaram sempre os linhagistas portugueses, estavam as origens celtas, godas e romanas que dominaram o pequeno afluxo mourisco, produzindo assim os mais puros representantes da nobreza lusitana.

Vinham os antepassados do Sargento-Mor de velhas casas nobres de Portugal e tinham brasões bem antigos.

Seu pai, o português Semeão Pinto de Mesquita, era filho de Manuel Bacelar Pinto de Mesquita, morgado do Balsemão, Província do Minho, descendente, em linha reta, pelo lado materno, de Dom Egas Mendes de Gondar e Dona Maria Maior Paes Pinto, filha única de Paio Soares Pinto. A mãe, Dona Isabel de Moura.

A família Pinto, segundo afirma o genealogista português Visconde Sanches de Baiena, no "Arquivo Heráldico-Genealógico", é natural do Minho. Provém de Paio Soares Pinto, cavaleiro ilustre, dignitário da Corte, ao tempo do governo de Dom Henrique.

Foi esse Paio Soares Pinto proprietário das terras e da quinta do Paço, onde é hoje a Vila da Feira, em Portugal, terras que muitos anos depois da sua morte foram vendidas aos frades do mosteiro de Grigó.

O brasão de armas da família Pinto, segundo o mesmo Visconde, é o seguinte:

"Escudo com campo de prata, com cinco crescentes de lua, vermelhos, com as pontas para cima, em sautor, tendo como timbre um leopardo de prata, armado de vermelho, com um dos crescentes na espada".

Pelo lado paterno, segundo afirma o genealogista português e médico madeirense J. Maria Rodrigues de Oliveira, Manoel Bacelar Pinto de Mesquita era tetraneto de Lázaro Pimentel de Souza Mesquita, natural de Vila Real, e um dos cinco irmãos cavaleiros que montaram a guarda de honra ao Rei Dom Afonso V, na tomada de Arzila, então dominada pelos mouros.

Pela ação corajosa que esses cinco irmãos tiveram no combate contra os mouros e pela sua dedicação e vigilância na guarda d'El Rei, este lhes concedeu foros de nobreza, dando-lhes por brasão de armas — "escudo com campo de ouro, com cinco cintas vermelhas, com fivelas e passadores de prata postos em banda; orla azul, com sete flores-de-lis de ouro; timbre, meio mouro vestido de azul com turbante de prata e uma lança da mesma cor, com haste de ouro e nela enfiada uma bandeirinha de prata". (Visconde Sanches de Baiena, ob. cit.).

O Sargento-Mor João Pinto de Mesquita nasceu em 1702, no antigo Concelho de Cabeceiras de Basto, na Freguesia de São Miguel de Refois, Arcebispado de Braga, Província do Minho do antigo reino de Portugal.

Uma velha revista lusitana, "O Occidente", fornece alguns dados interessantes sobre a história de Cabeceiras de Basto, onde se situa um velho mosteiro beneditino, sob a invocação de São Miguel de Refois.

Diz a publicação: "No Concelho de Cabeceiras de Basto, a 40 quilômetros a NE de Braga e 25 a 30 a leste de Guimarães, fica situado o antigo mosteiro de beneditinos daquela invocação".

Está assente o mosteiro em sítio baixo e de pouca vida, mas saudável, tranqüilo, cercado de pomposa vegetação. Seus contornos são abundantes de caça de monte, pescado do rio, muitas e boas frutas, avultando entre os arvoredos os castanheiros seculares.

Três incêndios, que destruíram a maior parte do seu cartório, deixaram em incerteza a notícia dos seus primeiros dias. Uns atribuem a sua produção a D. Gomes Mendes Barroso e D. Chamoa, irmã de Gonçalo Mendes de Sousa, em tempos de D. Afonso Henriques, outros a S. Frutuoso, outros a Hermígio Fafes, rico-homem em tempo de Receswinto, outros a Gomes Soeiro.

Se é certo, como diz Frei Leão de S. Tomás, que ali se encontraram duas campas, uma da era de 708 (Ano de Cristo de 670) e outra do prior Pelágio, ou Paio Soeiro, da

era de 739 (A. C. 701), a sua fundação deve ser anterior, e então resistiria o mosteiro à invasão muçulmana, cujos efeitos desastrosos evitaria, mediante tributo que ficaria pagando, como sucedeu a outros.

João Pedro Ribeiro menciona uma carta de couto, dada por Afonso I, da era de 1 163 (A. C. 1 125), no que há engano, porque só três anos depois começou aquele príncipe a governar. À parte o erro da data, leva-nos esta carta a crer, por mais plausível, que seria por aquele tempo a fundação do mosteiro, ou quando menos o seu alargamento.

Até 1428 foi governada esta casa por abades perpétuos, sendo o primeiro de que há notícia D. Bento Mendes, contemporâneo daquele príncipe, e o último D. Afonso Annes, que morreu naquele ano. Seguiram-se depois os Abades comendatários, dos quais foi o primeiro D. Gonçalo Borges e último D. Duarte, filho bastardo de D. João III.

Por morte deste, nomeou o monarca administrador do mosteiro a Frei Diogo de Murça, frade Jerônimo e reitor da Universidade, que havia sido preceptor e diretor do real bastardo.

D. Diogo obteve do Papa a supressão do mosteiro e aplicação das suas rendas aos colégios de S. Bento e S. Jerônimo, que pretendia fundar na Universidade de Coimbra.

Como os frades resistiram à intimação que lhes foi feita para este fim e continuaram a celebrar os ofícios divinos, o mesmo Frei Diogo impetrou novos breves, pelos quais se aplicaram certas rendas àqueles institutos, ficando outras para doze frades que permaneceriam no convento, que o mesmo Frei Diogo veio governar depois de mudar de hábito, por autoridade apostólica.

Frei Diogo faleceu e sucedeu-lhe o sobrinho D. João Pinto. Em 1570 passaram os abades a ser trienais, dos quais foi o primeiro Frei Tomás do Touro, cujas funções cessaram em 1573 e faleceu pouco depois, no mar, indo para o Brasil exercer o lugar provincial.

Tinha o convento muitas quintas e propriedades, avultando os bens que lhe provieram da meação de Vasco Gonçalves Barroso, primeiro marido de D. Leonor de Alvim, esposa do famoso condestável D. Nuno Alvares Pereira, progenitor da Casa de Bragança.

O que existe hoje do convento é relativamente moderno, como a simples vista demonstra. Ainda existem os claustros construídos por Frei Diogo de Murça, mas a fábrica geral foi acabada em 1690. A igreja é vasta, adornada de duas

torres e de um zimbório de 33 metros de altura, tendo na base da cúpula, cercada de uma varanda, as estátuas dos doze apóstolos, e no alto dele, outra, de S. Miguel, de 2,64 de alto, também cercada de varanda.

O interior do edifício é todo suntuoso, segundo o gosto de época. Exteriormente conduz a ele uma bela alameda, a que dão comunicação três ruas, e que é atravessada em todo o comprimento pelo pequeno rio Basto.

Ao lado da ponte existe, grosseiramente esculpido, um soldado, tendo no ventre a seguinte inscrição — Ponte de S. Miguel de Refois. Ano 1690.

Das antigas terras do mosteiro e de outras daquele concelho provém, além de outras produções, o excelente vinho conhecido no país com o nome de Basto e que rivaliza com o de Amarante.

Para mais notícias, veja-se Frei Leão de S. Tomás, *Beneditina Lusitana*, J. Pedro Ribeiro, *Observações de diplomática*, e o Sr. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*. Vol. VIII.

*
* *

Chegou João Pinto de Mesquita ao Brasil em companhia de um irmão, Manoel Santiago Pinto, indo residir nas terras que adquirira por sesmaria no rio Jacurutu, situando a sua primeira fazenda de criação de gados no curso médio desse rio, no local hoje denominado Jacurutu Velho, não muito distante da povoação do Riacho dos Guimarães, que era, então, ao tempo, o único núcleo populoso de pequena importância e comércio na região.

Esse irmão do Sargento-Mor, Manoel Santiago Pinto, foi, por sua vez, residir na Vila Viçosa Real da América, atual cidade de Viçosa do Ceará.

Naquela vila, casou Manoel com Dona Luísa Pereira de Santiago, de origem tabajara. Possuía muitas propriedades na serra da Ibiapaba e no sertão do Acaraú. Teve descendentes numerosos, entre eles o Coronel José Júlio de Andrade, grande industrial e comerciante, que foi senador pelo Estado do Pará.

Manoel Santiago Pinto faleceu em 1783.

No Jacurutu Velho, João fixou a sua residência.

Pouco tempo depois, em 1726, casou-se com Dona Teresa Rodrigues de Oliveira, filha do Capitão Luís de Oliveira Magalhães, natural do Sergipe d'El Rei, e de Dona Isabel Rodrigues Magalhães, natural do Rio Grande do Norte e irmã do Capitão-Mor Antônio Rodrigues Magalhães, dono de muitas fazendas de criação, entre as quais a "Fazenda Caiçara", hoje cidade de Sobral, de cujas terras, por escritura pública, de 10 de dezembro de 1756, fez doação de duzentas braças para a constituição do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, e sob a invocação desta santa se erigiu a igreja que é hoje a Catedral do Bispado de Sobral.

Era João Pinto de Mesquita um autêntico emigrado d'além-mar, encarnando as melhores qualidades da raça, pois é válido aquele princípio de antropologia social, segundo o qual só emigram os caracteres fortes, cheios de audácia, imaginação e coragem.

Nos domínios territoriais que lhe concederam as sesmarias d'El Rei, o luso aventureiro espalhou currais e rebanhos que haveriam de prosperar, numa seqüência de anos abundantes e invernos normais.

Era um homem laborioso e forte. As fazendas aumentaram-lhe os cabedais de riqueza. Tanto assim que o reinol afortunado, numa situação crescente de preeminência, logo adquire novos tratos de terras sertanejas e as incorpora ao seu domínio primitivo.

Dentro em pouco está constituído o latifúndio, base geográfica e econômica do esplendor rural do imigrante do Minho.

É o grande domínio agrícola-pastoril do Brasil-colônia que, pela sua exclusividade e relevo econômicos, vai determinar a seleção dos valores sociais do tempo — os "homens bons" da nobreza.

Nessa nobreza latifundiária de gados e vaqueiros vai concentrar-se o fundamento precípuo do poder civil da terra, a condição de maior acesso aos postos de autoridade e de mando, no rudimentarismo da estrutura política das velhas instituições.

João Pinto de Mesquita, o português, o imigrante, será um dos representantes dessa nobreza territorial, cheia de preconceitos, dignidades e pundonores.

Exercerá no seu meio a mais larga influência, cedo elevado ao destaque das posições oficiais, realçando o prestígio e a respeitabilidade do seu nome na grande ribeira do Acaraú.

Tornar-se-ia a imagem do clássico "homem bom", único que podia eleger e ser eleito no regime das Ordenações.

Chegara ao Acaraú no começo do século XVIII, quando mais intenso era o movimento de colonização do grande vale sertanejo do norte da Capitania. Pois em 1726 já se achava ele no Ceará.

Nesse ano, João Pinto de Mesquita casa, na velha povoação do Riacho dos Guimarães, hoje cidade de Groairas.

A colonização dos sertões banhados pelas águas do Acaraú se iniciara pouco antes, depois de 1683, quando aos pernambucanos Manoel de Goes, Simão de Goes e Vasconcelos e outros éreos foi concedida a primeira data de terras na grande ribeira cearense, partindo da foz daquele rio para o sertão do norte.

Daí por diante a colonização se estenderá pelas terras marginais da imensa ravina e seus afluentes, acelerando-se com a concessão de novas sesmarias, especialmente a partir de 1705, quando os colonos foram então se apossando das terras à ilharga dos rios Aracati-Mirim, Aracati-Açu, Groairas, Jacurutu, Feitosa, Macacos e Jatobá, todos tributários do Acaraú.

O colono conduzia o boi, mas era o boi quem o fixava nos largos tabuleiros, ricos de gramíneas e ciperáceas.

Em 19 de setembro de 1733, o Capitão-Mor da Capitania do Ceará, Leonel de Abreu e Lima, concedia a João Pinto de Mesquita a data de sesmaria de "uma sorte de terras de três léguas, no riacho Maritipoã (hoje Sussuanha), sobre a serra da Ibiapaba", mas antes já ele obtivera datas de sesmarias de quase todas as terras marginais do rio Jacurutu, que tem um curso de 90 quilômetros, além de muitas outras adquiridas por compra nos rios Groairas e Jaibara.

*
* *

Crescem-lhe dessa forma os haveres e a família.

É agora o Sargento-Mor João Pinto de Mesquita a figura patriarcal, em torno da qual se vai agrupando uma descendência longa, integrada por inúmeras famílias, algumas das quais, oriundas embora da mesma sede genealógica, adotam nominativos diferentes.

E há mais de dois séculos, no norte do Ceará, especialmente, a prole desse português, soberbo de coragem e capacidade para o trabalho, desdobra-se continuadamente, esgalhando em gerações sucessivas o sangue e as virtudes antepassadas.

São os Pinto de Mesquita, sem sombra de dúvida, a família que mais proliferou no entrelaçamento consorcial com outras, de origens diversas, no seio das quais a unidade consangüínea da velha raça peninsular dos ancestrais se vai perpetuando pelo tempo fora, prolongando a estirpe e conservando a tradição multissecular da sua gente.

Embora não tenham fugido à endogamia, tão comum nos velhos clãs que povoaram a terra na manhã da colonização, não foram os Pinto de Mesquita — talvez até porque muito prolíferos e andejos — exageradamente endogâmicos.

Daí a rapidez com que logo se entrelaçaram com outras famílias, no seio das quais imprimiram a sua marca racial, na formação de ramos unilaterais, nascidos de casamentos de seus descendentes com pessoas de outras linhagens e de outro sangue.

Os Magalhães, os Torres, os Vasconcelos, os Cavalcanti de Albuquerque, os Alves da Fonseca, os Paula Pessoa, os Saboia, os Gomes Parente, os Barbosa Cordeiro, os Frota, os Acioly, os Bezerra de Menezes, os Viriato de Medeiros, os Arruda, os Jucá, os Sanford, os Brito, os Castro, os Lessa, os Pires Ferreira, os Alves Pequeno, os Linhares, os Figueiredo, os Miranda, os Holanda, os Farias, os Pinho, os Bessa, os Lopes Freire, os Martins, os Pontes, os Fontenele, os Memória, os Araújo, os Andrade — todas essas famílias, originárias umas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, outras da Paraíba e do Piauí, aliando-se, pelo casamento, às matrizes raciais da casa senhorial do português João Pinto de Mesquita, concorreram para ampliar a fronde da sua árvore genealógica.

Mas o velho sobrenome — Pinto de Mesquita — não desapareceu, não se diluiu neste profuso cruzamento com outras casas e linhagens. Ainda hoje ele perdura e se repete no prolongamento de uma parentela imensa que cobre grandes áreas dos municípios cearenses de Santa Quitéria, Sobral, Acaraú, Reriutaba, Uruburetama e outros. São os que ainda se reproduzem dentro do próprio clã, numa perpetuação genética do veio antigo e comum.

Rico de terras e rebanhos, João Pinto de Mesquita desfrutaria também do que vinha por acréscimo aos chamados "homens bons" do tempo: as mercês e os cargos públicos.

Em eleições procedidas no Senado da Câmara da antiga Vila da Fortaleza, foi eleito, sucessivamente, nos anos de 1748, 1752, 1760 e 1764, para o cargo de Juiz Ordinário da ribeira do Acaraú.

Mais ainda: por Carta-Patente de 2 de outubro de 1755, Dom José I, Rei de Portugal, o confirmou no posto de Sargento-Mor de Cavalaria do Regimento do Distrito de Acaraú.

Os postos de Sargento-Mor e Capitão-Mor eram os mais importantes dos Regimentos das Ordenanças Reais e somente eram conferidos às pessoas de relevante qualificação social, política e econômica.

E, por Provisão datada de 17 de maio de 1765, o Governador da Capitania do Ceará-Grande, Coronel Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, distinguiu João Pinto de Mesquita com honraria ainda maior, nomeando-o para o cargo de Comandante-Geral da Freguesia da Caiçara (hoje Freguesia e Bispado do Sobral) — "a cujo cargo ficam o bom governo e a quietação dos moradores dela, como também a pronta execução das Ordens Régias" — como reza o velho documento.

O Sargento-Mor exerceu, também, as funções de membro e presidente do Senado da Câmara da antiga Vila Distinta e Real de Sobral e de Juiz-Presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da mesma vila.

Morrerá, assim, detentor de tanto poder e honrarias, ele que já era senhor de muitos chãos, de muitos escravos, de uma legião de vaqueiros, crias e mucamas.

A figura patriarcal esplendia e alteava-se pelos domínios da ribeira, prestigiosa e realçante.

Na sua fazenda do Jacurutu, onde refulgiam as magnificências dos rudes solares sertanejos, daquela "civilização do couro", a vida decorria em abundância e riqueza.

As bruacas pejadas de patacões do Reino. Os campos atulhados de gados, a lavoura, a escravaria...

Pelos sertões do Jacurutu, do Groairas, do Jaibara, ainda vive a memória semi-apagada daqueles faustos.

E a fazenda do Jacurutu Velho, hoje obscuramente perdida na solidão do tabuleiro agreste, é apenas uma ruína secular onde dormem tradições remotas e veneráveis.

Nela faleceu o Sargento-Mor, com oitenta anos de idade, no dia 23 de março de 1782, viúvo de Dona Teresa Rodrigues de Oliveira, que se finara em 25 de janeiro de 1775.

Foram ambos sepultados na capela do Riacho dos Guimarães.

No inventário de João Pinto de Mesquita, baronete feudal do áspero sertão do Ceará, que nesse mesmo ano se procedeu, na então Vila de Sobral, além da prataria,móveis e imóveis, foram arrolados: 782 vacas parideiras, avaliadas

todas pela quantia de 857$280; 120 novilhas, por 120$000; 100 garrotas, por 620$000; 300 bezerras, por 300$000; 50 bois de açougue, por 100$000; 180 novilhos, por 190$000; 152 garrotes, por 40$000; 152 bezerros, por 29$000; 40 éguas, por 800$000; 20 poldras, por 32$000; 25 poldrinhas, por 25$000; 50 cavalos, por 250$000; 10 poldros, por 300$000; 19 poldrinhos, por 25$000; 12 burros, por 600$000; 2 cavalos de sela, por 140$000 — num total de 2.012 animais, entre bovinos e cavalares.

Foram igualmente arrolados 28 escravos, avaliados num total de 1.960$000.

Era grande a fortuna do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, um dos "homens bons" da época do povoamento.

A PROLE DO SARGENTO-MOR

Em riqueza e fama cresceriam os filhos do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, o patriarca das ribeiras do Acaracu.

Um deles, o Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita, nasceu no Jacurutu em 1736, casando-se trinta e seis anos depois (1772) com Dona Luísa Teresa de Jesus Colaço, natural de Itamaracá, Capitania de Pernambuco, filha de Luís Ferreira da Solidade Catunda, que era irmã de Dona Maria de Jesus Colaço, tetravó do historiador e escritor cearense Antônio Bezerra.

Esse Luís Ferreira da Solidade Catunda era casado com Dona Francisca Barbosa Melo, da família Barbosa Cordeiro, descendente do fidalgo português Dom Frutuoso Barbosa Cordeiro, que foi donatário da Capitania da Paraíba.

Antônio Pinto de Mesquita, o Capitão-Mor, foi, a exemplo do pai, homem respeitável e prestigioso nas ribeiras do Acaracu, e também muito abastado.

Sucedeu ao velho Sargento-Mor na chefia da família, como ele afazendada nos rincões do Jacurutu, prolongando, nos largos criatórios, a vocação paterna.

A serena e rude baronia do Capitão Antônio fora herdada do pai, o velho João Pinto de Mesquita, um exemplo de trabalho, luta e honradez, reza ainda a tradição daqueles sertões.

Ascendência enorme sobre os irmãos e toda a família teria o Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita. Tal influência perduraria através dos anos, não apenas sobre os irmãos, mas os sobrinhos e mais parentes.

Era como se o Capitão houvesse nascido para exercer um morgadio que o respeito e a obediência do clã perfilhava.

Antônio Pinto de Mesquita, ainda a exemplo do pai, exerceria os postos de Capitão das Ordenanças e, depois, os de Capitão-Mor e Presidente do Senado da Câmara da Anti-

ga Vila Distinta e Real de Sobral e nesta morreu, no dia 4 de março de 1807, com a idade de setenta e um anos.

Sua única filha, Antônia Geracina Isabel de Mesquita, casou-se, em 23 de novembro de 1802, com o Coronel Vicente Alves da Fonseca, Coronel-Comandante do Regimento de Cavalaria Ligeira da Segunda Linha do Exército.

Era o Coronel natural de Quixeramobim e filho do Tenente-General Vicente Alves da Fonseca e de Dona Maria Francisca da Fonseca, naturais de Olinda.

Dona Antônia Geracina, essa filha única do Capitão-Mor, nasceu em novembro de 1774, na então povoação de Santa Quitéria, e morreu em Sobral no ano de 1825.

O Coronel Vicente Alves da Fonseca, seu marido, morreu na mesma cidade de Sobral, no dia 6 de setembro de 1841.

Vicente Alves da Fonseca, Coronel-Comandante do Regimento de Cavalaria Ligeira, foi, como o sogro, fazendeiro rico e por demais influente nas ribeiras do Acaraú, social e politicamente.

De Vicente e Antônia nasceu também uma única filha, Francisca Maria Carolina, em Santa Quitéria, a 15 de março de 1807, que se casou com Francisco de Paula Pessoa, natural de Granja, filho do português Capitão-Mor Tomás Antônio Pessoa de Andrade e de Dona Francisca de Brito Pessoa de Andrade, nascida na mesma Granja.

*
* *

Esse Francisco foi homem de altos destinos, de grande estrela, e esta começaria a brilhar com o seu casamento. Terminaria Senador do Império e mais conhecido por Senador Paula.

Contam que o sogro, ao consentir no enlace, dissera ao jovem pretendente Francisco de Paula Pessoa:

"Senhor Paula, sou um homem de muita fortuna, porém a maior riqueza que possuo é a que lhe dou agora, a mão da minha filha."

E assim ligado à casa dos Pinto de Mesquita, cedo começou a prosperar o futuro Senador do Império. E foi longe no seu destino, pois, dentro em pouco, a sua influência e o seu nome eram uma presença constante em todos os problemas da terra.

Uma vez feito chefe do Partido Liberal de Sobral, avulta em toda a região norte do Ceará, dono, já então, de latifúndios imensos e de milhares de cabeças de gados.

Possuía tanto gado que os conservadores, seus adversários na política, chamavam-no de o "senador dos bois".

Ninguém o excedeu, naquele tempo, em poder e riqueza na região, onde ocupou os postos de maior relevo da governança local: Sargento-Mor das Ordenanças, Capitão-Mor, Presidente do Senado da Câmara, Coronel-Chefe de Legião, Coronel-Comandante Superior da Guarda Nacional de Sobral, Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província.

Por Carta Imperial de 23 de dezembro de 1848, foi nomeado Senador do Império, e, depois, distinguido com grau de Oficial da Imperial Ordem da Rosa, concedendo-lhe o Imperador Pedro II, por título de 3 de agosto de 1850, o foro de Moço Fidalgo da Casa Imperial.

Francisco de Paula Pessoa era, ainda, membro honorário do Instituto dos Advogados da Corte.

Amigo e correligionário do Padre José Martiniano de Alencar, Presidente da Província, hospedou-o no seu solar, quando contra o Padre se voltaram as armas insurretas do Major Torres, de Joaquim Ribeiro da Silva e outros oficiais e civis, no célebre episódio que ficou conhecido como a "rebelião de Sobral".

A casa de Francisco de Paula Pessoa, em Sobral, foi a maior trincheira de resistência contra os insurretos — e o Presidente José Martiniano fez questão de ajudar pessoalmente a reação dos amigos.

Morto Alencar, Francisco, juntamente com o seu primo afim, o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, tomariam a direção-geral do Partido Liberal do Ceará.

Faleceu o Senador Paula a 16 de julho de 1879, em Sobral, já viúvo de Dona Francisca Maria Carolina de Paula Pessoa, que desapareceu na mesma cidade em 4 de julho de 1851.

Do casal, que tem as raízes genealógicas lançadas no velho solar do Jacurutu, descende a família Paula Pessoa, representada pelos filhos do Senador e sua mulher; Doutor Tomás Antônio de Paula Pessoa, magistrado; Dona Maria Luísa de Paula Rodrigues, casada que foi com o Doutor Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, Deputado-Geral da Monarquia, Ministro da Guerra e Conselheiro do Império (eram pais do Doutor Francisco de Paula Rodrigues, Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará e Chefe do

Partido Democrata; e do Doutor Tomás de Paula Pessoa Rodrigues, Deputado Federal e Senador da República); Desembargador Vicente Alves de Paula Pessoa, Vice-Presidente da Província, membro honorário do Conselho de Estado e Senador do Império (eram seus filhos o Engenheiro Vicente de Paula Pessoa e o Doutor Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Deputado Provincial, redator do "Cearense", órgão do Partido Liberal no Ceará, Senador Estadual, no começo da República, e advogado de grande renome; e o Coronel João Barbosa de Paula Pessoa, jornalista, político de muito prestígio em Sobral, onde foi Promotor de Justiça e chefe do Partido Democrata); Dona Antônia Geracina de Paula Figueiredo, casada com o Doutor José Antônio de Figueiredo, avós do Doutor Figueiredo Rodrigues, que foi Deputado Federal pelo Amazonas; Doutor Francisco de Paula Pessoa Filho, Deputado-Geral na Monarquia, do qual descende o General Vicar Parente de Paula Pessoa; Dona Francisca Maria Carolina, casada com o Dr. João de Albuquerque Rodrigues, Juiz de Direito de Santa Quitéria, onde faleceu.

O Senador Paula Pessoa teve um filho natural, o Desembargador Leocádio de Andrade Pessoa, que legitimou e de cuja educação cuidou.

*
* *

Outros filhos do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita foram: Marcelo Pinto de Mesquita, que faleceu solteiro; Maria Madalena Pinto, que se casou com o seu parente Capitão Manuel Pinto de Macêdo, dos quais descendem os Pinto de Macêdo e o Doutor Clodoaldo Pinto, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará e ilustre penalista; Capitão Miguel Pinto de Mesquita, casado com sua prima, Domingas Micaela Pinto, filha do Capitão Manuel Santiago Pinto, irmão do Sargento-Mor do Jacurutu: deste casal descendem os Pinto Braga, de Sobral, e os Mesquita Braga, do rio dos Macacos. Cruzaram, ainda, os filhos do Capitão Miguel Pinto de Mesquita com os Veras, de Crateús, com os Pires Ferreira, do Piauí, com os Andrade, de onde vem o Coronel José Júlio de Andrade, capitalista, dono de imensos seringais no Amazonas e Senador pelo Estado do Pará; Tenente João de Mesquita Pinto, casado com Dona Maria Gonçalves da Mota, da família Rocha Mota, de Maranguape: foi fundador da cidade de Santa Quitéria, que

BIBLIOTECA NACIONAL
BRASIL
0-1383176

era, antes, uma sua fazenda, denominada Cascavel, herdada do pai. Das suas terras, doou certa porção para a constituição do patrimônio da capela que ali erigiu com o auxílio dos irmãos, sobretudo do Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita que, para completar a doação, ofereceu vinte e cinco vacas solteiras e dois touros; Albina Pinto, casada com o Capitão José Soares da Costa; Eufrásia Maria Pinto, mulher de Antônio Tomás Ferreira; Manuel Pinto de Mesquita, Capitão de Cavalaria do Distrito de Acaracu, foi membro do Senado da Câmara da antiga Vila de Sobral, criador de grandes rebanhos: casou-se com Dona Joana Joaquim Ferreira das Flores e teve muitos filhos — e deste casal descende o jornalista Aderson Magalhães (All Right), do "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro; Teresa de Oliveira Pinto, casada com o seu primo, Sargento-Mor Antônio Matias Magalhães, filho do Capitão-Mor Antônio Rodrigues Magalhães, da Caiçara. Tiveram seis filhos e deste casal descende o Embaixador Juraci Magalhães, que foi Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Justiça, duas vezes Governador da Bahia, Senador e Deputado Federal, Presidente da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce, figura das mais destacadas da Revolução de 1930; Isabel Pinto de Mesquita casou-se, em 1772, com o Capitão José Luís Pestana de Vasconcelos, que foi Juiz Ordinário e Presidente do Senado da Câmara de Sobral, natural de Pernambuco e filho do Tenente-General Carlos Manuel César de Ataíde e Dona Luísa Francisca Rosa de Castro, naturais do Minho (Portugal).

Em segundas núpcias, Dona Isabel Pinto de Mesquita casou-se com o Capitão-Mor Gregório José Torres de Vasconcelos, de Tejocupapo, Pernambuco.

Do seu primeiro matrimônio, teve Dona Isabel, entre outros filhos, Geracina Isabel de Sousa, que se casou com o Capitão das Ordenanças Tomás de Aquino Sousa, filho do Coronel Antônio José de Sousa Oliveira, do Rio Grande do Norte.

Tomás de Aquino Sousa, também rio-grandense do norte, era primo legítimo dos Padres Mororó e Miguelinho, mártires das idéias liberais, todos descendentes de tradicional família do Rio Grande do Norte, que se notabilizou na política e nas letras, e à qual também pertenceu a escritora Nizia Floresta.

Do casal Tomás de Aquino Sousa e Geracina Isabel descendem os Pompeu e os Catunda, os quais, aliás, constituem uma só família.

Eram seus filhos o Padre Doutor Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Senador do Império, Capitão Antônio Pompeu de Sousa Catunda, casado com a sua prima, Dona Inocência Pinto de Mesquita, e Dona Maria Joaquina de Sousa, casada com o seu primo, o Coronel João Antônio de Mesquita Magalhães, ricos senhores da casa de Pirajá.

Deste último casal descendem os Magalhães Barbosa, de Canindé, e os Pompeu Magalhães, de Sobral, dos quais é membro saliente o Engenheiro Plínio Pompeu, ex-Prefeito de Fortaleza e ex-Senador da República. Plínio Pompeu é bisneto paterno dos senhores do Pirajá.

Do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, pai dos Doutores Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Júnior), Antônio Pompeu, Hildebrando Pompeu e Dona Maria Teresa de Sousa Acioly, mulher do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, que foi Vice-Presidente da Província, Senador da República e três vezes Presidente do Ceará, descendem Tomás Pompeu Neto, industrial e atual Presidente da Confederação Nacional da Indústria, os Senadores Tomás e José Acioly, o Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, Presidente do Instituto do Ceará, o Embaixador Hildebrando Acioly, internacionalista eminente e historiador, e Dona Branca Acioly Sá, que foi casada com o Senador Francisco Sá, o qual, por duas vezes, ocupou o cargo de Ministro da Viação (era mineiro).

O outro irmão do Senador Pompeu, Antônio Pompeu de Sousa Catunda, foi pai do Senador Joaquim de Oliveira Catunda; do Coronel Tomás de Aquino Sousa Catunda, avô do Dr. José Nelson de Araújo Catunda, Deputado Federal pelo Ceará, de Tomás Catunda Neto, escritor, e do Ministro Moacir Catunda de Mesquita, do Tribunal Federal de Recursos. Também eram filhos do Capitão Antônio Pompeu de Sousa Catunda o Capitão Ludovico Praxedes de Sousa Catunda, pai do Coronel José Pompeu de Sousa Catunda, prestigioso chefe político e avô materno do Historiador Hugo Catunda, membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará; Maria de Sousa Lopes (Menininha), que foi casada com João Lopes Ferreira Filho, jornalista, fundador de "O Jornal", órgão lider dos "Diários Associados", e da "Revista Parlamentar" (João Lopes foi Deputado Federal e Presidente da Câmara) — era assim irmã de Tomás, Joaquim e Ludovico — e de seu casamento nasceram o diplomata Tomás de Sousa Lopes, falecido como secretário da Embaixada do Brasil em Bruxelas, e Oscar Lopes,

escritor e fundador da Associação Brasileira de Homens de Letras.

Do segundo casamento de Dona Isabel Pinto de Mesquita com o Capitão-Mor Gregório José Torres de Vasconcelos, de Tejocupapo, nasceu Gregório Francisco Torres de Vasconcelos, professor de latim da antiga aula régia de Sobral, advogado e Deputado-Geral pela Província do Ceará.

Figurou esse Gregório Francisco na lista tríplice para Senador, da qual foi escolhido e nomeado pelo Imperador o Capitão-Mor Francisco de Paula Pessoa.

De Gregório Francisco Torres de Vasconcelos descende a família Torres, hoje grandemente disseminada pelos municípios de Santa Quitéria, Ipu, Ipueiras e Nova Russas.

Toda essa geração numerosa e ilustre, originada do senhor da casa do Jacurutu, cruzando com diferentes famílias do Ceará e de outros Estados, multiplicou-se em gerações sucessivas, alongando em outras linhagens a velha estirpe dos Pinto de Mesquita, dando ao clã uma continuidade fecunda e perene.

O SENADOR DOS BOIS

Três sonhos acalentou Francisco de Paula Pessoa na vida: ser Senador do Império, ferrar dois mil bezerros por ano e morrer com oitenta anos de idade.

Conta Plácido Castelo que, retornando Francisco de Paula Pessoa de uma viagem à Corte, já Senador e octogenário, vai à igreja, ajoelha-se diante da Virgem, sua madrinha, fazendo-lhe a seguinte súplica:

"Minha madrinha, venho agradecer-vos tudo quanto pedi e me concedeste. Amansei dois mil bezerros, sou Senador do Império e completo hoje oitenta anos. Mas, minha madrinha, oitenta anos é tão pouco..."

Nossa Senhora atendeu ao pedido do afilhado: concedeu mais quatro anos de vida ao "senador dos bois", que assim o apelidaram os seus adversários, pela grande fortuna em gado ostentada pelo primeiro Senador Paula, que começou a vida fazendo comércio ambulante entre Granja e Januária (hoje Sobral).

A vida de Francisco de Paula Pessoa não foi fácil. Foi duríssima, de começo. Sofreu muitas desilusões e amarguras. Quando já enriquecendo pelo trabalho, os bens lhe são confiscados. O irmão, João de Andrade Pessoa Anta, um dos *cabeças* da revolução de 1824, é fuzilado no Passeio Público, em Fortaleza, juntamente com o Padre Mororó e outros patriotas republicanos.

Também Francisco estava comprometido com o movimento, daí a inclemência da justiça imperial, confiscando-lhes os haveres que reunira com trabalho e tenacidade.

Não era o Senador Francisco de Paula Pessoa um Pinto de Mesquita por consangüinidade. Era-o, porém, por íntima afinidade, decorrente do seu casamento com Dona Francisca Maria Carolina, bisneta do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, do Jacurutu Velho.

A sua constante e afetiva convivência com a parentela do clã, a solidariedade política e o apreço pessoal que da mesma recebia tornaram-no um dos seus chefes mais prestigiosos e considerados, especialmente depois do falecimento do Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita (avô da sua mulher), que ao pai, o Sargento-Mor do Jacurutu, sucedera na direção da família.

No município de Santa Quitéria, sede do clã, situou o Senador Paula o maior número das suas grandes fazendas de gado e isto ainda mais fixou a sua presença no seio dos parentes afins, estreitando os laços de convivência e de solidariedade recíproca.

Ainda hoje, em Santa Quitéria existe uma rua com o nome do Senador Paula Pessoa, ao lado de outras que perpetuam os nomes dos antigos chefes do clã, fundadores da cidade.

Da probidade de Francisco de Paula Pessoa conta-se que, ainda quando comerciante em Sobral, numa das viagens que sempre fazia ao Recife, onde se provia de mercadorias para a sua casa de comércio, ajustou, com os herdeiros do português Manoel Machado Freire, a compra, por quarenta e dois contos de réis, de grandes áreas de terras e numerosas fazendas de gados que os mesmos possuíam da herança paterna, espalhadas pelas ribeiras do Groairas, Macacos, Mundaú, Aracatiaçu e Coreaú, numa extensão de muitas léguas.

Regressando a Sobral, Paula Pessoa propôs ao sogro, Cel. Vicente Alves da Fonseca, e ao seu parente José Gomes de Albuquerque a divisão entre os três dessas imensas propriedades, entrando ele com vinte contos de réis e os outros com o restante, cabendo a cada um as partes de terras correspondentes à quantia empenhada.

Reunida a importância da compra, Paula volta ao Recife para efetuar o pagamento. Sucedeu, porém, que, ao chegar à capital pernambucana, quando desembarcava, dos pequenos sacos de dinheiro em prata que conduzia para aquele fim, dez caíram no mar, contendo cada um cem patacões de 960 réis, que totalizavam a importância de dois contos cento e trinta mil réis. Paula Pessoa não perdeu a serenidade e, comerciante conceituado que era na praça do Recife, fácil lhe foi adquirir o dinheiro necessário para cobrir o prejuízo e realizar a compra das terras.

Voltando a Sobral com a escritura de aquisição, ocultou, especialmente aos parentes sócios no negócio, o que lhe su-

Senador Francisco de Paula Pessoa

cedera ao desembarcar no Recife. Algum tempo depois, o fato chegou, por outras vias, ao conhecimento daqueles, os quais procuraram Paula Pessoa para compensá-lo do prejuízo sofrido. Mas recusou ele receber qualquer importância, dizendo aos parentes que não tinham culpa do seu insucesso. E por isto ficou.

A compra dessas grandes áreas de terras, nas quais se incluíram centenas de cabeças de gados, escravos e benfeitorias, aumentou consideravelmente os cabedais de Paula Pessoa, mais acrescidos ainda por outras terras que posteriormente foi adquirindo, constituindo todas os grandes latifúndios de que era senhor.

Já nos últimos anos de sua vida, apesar das secas periódicas, chegou Paula Pessoa a ferrar anualmente cerca de três mil bezerros. Daí o epíteto de Senador dos Bois que, talvez por despeito, lhe deram os adversários, o qual, aliás, não o diminuía, mas, ao contrário, ressaltava a importância dos seus domínios e a larga extensão da sua fortuna.

Era o Senador, como dissemos, irmão do Coronel João de Andrade Pessoa Anta, fuzilado em praça pública, como réu de 24. Andrade era, também, figura notável no seu tempo. Sargento-Mor do distrito da Granja, quando a vila da Parnaíba (Piauí) foi ameaçada de invasão pelas tropas portuguesas, chefiadas por Fidié, nas guerras da Independência, o Coronel saiu da sua cidade, à frente de numerosas forças irregulares, para guarnecer a vila piauiense, cuja defesa organizou com a cooperação dos influentes locais.

Evitou, assim, que aquela praça caísse em poder do insubmisso chefe português, e dali somente retirou-se com a capitulação de Fidié, quando já estava assegurada, no norte, a causa da independência nacional. Quando ausente em Parnaíba, faleceu, em Granja, sua mulher. Pedro I, recompensando-lhe os serviços prestados à causa da Independência, nomeou-o Coronel de Milícias e o condecorou com o oficialato da Ordem da Rosa.

Mais tarde, quando Pedro I dissolveu a Constituição, o Coronel Andrade participou da revolução nacionalista, a República do Equador, como um dos chefes de maior prestígio e atuação, e isto lhe valeu a morte ao lado de Mororó, Ibiapina e outros patriotas, condenados pela famosa Comissão Militar presidida pelo Comandante das Armas, Coronel Conrado Jacob de Niemeyer.

Informa João Brígido que "é tradição daquela quadra que o português Machado, amigo de Conrado, tentara salvá-

Dona Francisca Maria Carolina de Paula Pessoa — mulher do Senador Francisco de Paula Pessoa

lo (a Pessoa Anta), e que, a pedido daquele, a mulher do advogado Miguel Antônio da Rocha Lima ajustara com a de Conrado que, mediante grossa quantia, faria aceitarem embargos que o réu pretendia opor, com efeitos suspensivos à sentença condenatória. Fechado o ajuste, e na esperança desta concessão, Machado deu aviso para Sobral ao Capitão-Mor Francisco de Paula Pessoa, irmão do condenado, a fim de trazer incontinenti a soma estipulada".

Abalando-se para Fortaleza, em socorro do irmão, quando já tinha vencido grande parte da longa viagem, Paula chegava alta noite ao lugar Boqueirão da Arara, a vinte e cinco quilômetros da capital, quando, às nove horas da manhã seguinte, Pessoa Anta era passado pelas armas.

"Possuía a simplicidade de trato e a elevação de maneiras que dão a convicção do próprio mérito e a consciência do dever cumprido", diz do Senador o seu amigo João Adolfo Ribeiro da Silva, em publicação datada de 1880, no Maranhão.

Francisco de Paula Pessoa começou a negociar aos quinze anos de idade, com recursos próprios, depois de sair do teto paterno, com o consentimento do pai. Cedo granjeou sólido conceito, tendo-se estabelecido, aos vinte e quatro anos, em 1819, na cidade de Sobral, onde se fez comerciante em grosso. Em 1826, a Junta do Comércio do Rio de Janeiro, a mais importante do Império, outorgava-lhe o título de negociante em grosso trato. Sobral lhe daria reputação sólida e os títulos políticos a que já aludimos.

O futuro Senador, segundo revela ainda o mesmo biógrafo, comprometeu-se também com o movimento revolucionário de 24. Perseguido por isso, retirou-se para Pernambuco e quis dali emigrar para Boston, nos Estados Unidos, "idéia que não chegou a realizar porque sobreveio a publicação do decreto de anistia, a respeito do movimento revolucionário, que havia sido objeto das mais odiosas perseguições".

Teve, todavia, confiscados os bens. Perseguido, mas nunca alcançado, pelos legalistas, Francisco de Paula Pessoa foi, depois, beneficiado, também, pela anistia, porém não escapou às violências e ao esbulho. Cochrane apoderou-se de valores e mercadorias a ele pertencentes e que se achavam no porto do Maranhão.

Para reaver o que lhe havia sido tomado pelo célebre almirante, Francisco de Paula Pessoa viajou, em 1826, para o Rio de Janeiro, resultando dessa sua permanência na Corte

uma íntima vinculação com as figuras mais preeminentes da política e da sociedade daquele tempo.

Serenados os ânimos e acalmadas as paixões, Francisco de Paula Pessoa fixou-se novamente em Sobral, retomando os seus negócios. Era, então, o dono da maior casa de comércio da terra. Prossegue na sua ascensão e presta serviços relevantes à ordem na repressão aos Balaios. Foi, mais de uma vez, um dos Vice-Presidentes do Ceará e, em 1848, apresentado à Coroa, numa lista sêxtupla, foi escolhido Senador do Império, onde atuou como um dos liberais mais destacados.(*)

Paula Pessoa era um homem austero, de grande respeitabilidade e muito cioso dos seus privilégios. Por isso, quando escolhido Senador do Império e, logo depois, agraciado com o título de Moço Fidalgo da Casa Imperial, abandonou a vida comercial, que achava incompatível com a nobreza dos seus títulos, e passou, então, a viver dos seus gados e das rendas das suas terras imensas.

Em 1864, com a saúde abalada, o Senador já não pôde comparecer ao Rio de Janeiro para tomar parte nos trabalhos parlamentares. Mas foi agraciado, ele, um autodidata, com o título de Membro Honorário, pelo Instituto dos Advogados da Corte, em homenagem aos seus reconhecidos méritos e qualidades.

Era amigo íntimo do Senador Padre José Martiniano de Alencar e seu correligionário fiel. Ao primo da sua mu-

---

(*) — A eleição realizou-se em dezembro de 1847, para preenchimento das vagas decorrentes dos falecimentos de Manuel do Nascimento Castro e Silva (23-10-1846) e João Vieira de Carvalho, Marquês de Lages (1-4-1847).

Formou-se a lista sêxtupla assim:

Carlos Augusto Peixoto de Alencar	445	votos
João Crisóstomo de Oliveira	422	"
Cândido Batista de Oliveira	420	"
Francisco de Paula Pessoa	419	"
Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos	376	"
Manuel de Barros Cavalcanti	282	"

As Cartas Imperiais de nomeação de Cândido Batista de Oliveira (vaga de Manuel do Nascimento Castro e Silva) e de Francisco de Paula Pessoa (vaga de João Vieira de Carvalho, Marquês de Lages) foram assinadas a 23 de dezembro de 1848. Estava no poder o 10.º Gabinete do Governo de D. Pedro II, presidido pelo então Visconde de Olinda, Pedro de Araújo Lima, que, muito ligado a José Martiniano de Alencar, apesar de adversários políticos, respeitou os compromissos que este firmara com os ministérios anteriores — 7.º (22-5-1847 a 8-3-1848), 8.º (8 de março a 31 de maio de 1848) e 9.º (31 de maio a 29 de setembro de 1848) — para a escolha de seus candidatos.

lher, o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, passaria o comando do Partido Liberal na Província. A escolha de Pompeu para o Senado do Império, em 1864, foi obra de Francisco de Paula Pessoa, que tinha pelo parente afim e amigo dedicado a maior afeição.

Era o Senador Paula Pessoa um espírito muito caridoso e foi dos grandes protetores da Casa de Caridade de Sobral, fundada pelo Venerável Padre Ibiapina. Muito beneficiou o comércio de Sobral e de outras localidades do norte do Ceará, pois, não havendo bancos naqueles tempos, era a seu cofre que recorriam os negociantes para o maior desenvolvimento das suas operações e atividades comerciais.

Morreu inesperadamente, em idade avançada, às 4 horas da tarde do dia 6 de julho de 1879, na sua cidade de Sobral, cercado pelo carinho da família e o respeito de amigos e adversários. A Catedral de Sobral, numa das suas naves laterais, guarda, em rico mausoléu de mármore de Carrara, os seus despojos mortais.

Um filho do Senador, Vicente Alves de Paula Pessoa, sentaria também numa das cadeiras do Senado da Monarquia.

(*) — A propósito do Senador Paula Pessoa, vide: 1 — "O Senador Francisco de Paula Pessoa — traços biográficos por um amigo (Doutor João Adolfo Ribeiro da Silva), Maranhão, Tipografia de R. d'Almeida e Cia. 1880; 2 — "O Deputado Paula Rodrigues", Plácido Aderaldo Castelo, Cadernos Parlamentares, n.º 3, Editora Jurídica Ltda., Fortaleza, 1963.

O SEGUNDO SENADOR PAULA

O segundo Senador Paula, Vicente Alves de Paula Pessoa, não foi um político militante, como seu pai, o Senador e Capitão-Mor Francisco de Paula Pessoa, amigo e hospedeiro de José Martiniano de Alencar.

O Senador Vicente era um magistrado por vocação, e passou na política como jurista e homem de gabinete. Cultivava apaixonadamente a Ciência do Direito e nem de longe sua figura austera recorda a do militante partidário, para quem o interesse do clã eleitoral está acima de tudo.

Aos prélios acesos do partidarismo, preferiu sempre a mesa e as estantes do seu gabinete de estudo e meditação. E tanto isso é verdade que, falecendo-lhe o pai, o Senador Francisco de Paula Pessoa, a chefia do Grupo Paula no Partido Liberal do Ceará foi confiada ao genro deste, o Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, nome também de grande respeitabilidade e prestígio na Monarquia: foi Deputado-Geral pelo Ceará e Ministro da Guerra.

Verdade que o Senador Vicente de Paula Pessoa era, sem sombra de dúvida, ouvido e consultado nas deliberações da política liberal, e a sua palavra, as suas opiniões foram sempre acatadas pelos correligionários, porque sempre filhas da prudência e do bom senso.

O Senador foi uma grande figura da história política cearense e da cultura jurídica do Brasil Império, ocupando, não raras vezes, a tribuna senatorial, sempre que se discutiam assuntos pertinentes à ordem jurídica do país e à abolição do elemento servil.

Desde cedo, demonstraria as serenas aptidões para os livros e para o exercício da judicatura e jamais se afastou dessa vocação.

O "Álbum Imperial", quinzenário político e literário monarquista, que se editou em São Paulo, sob a direção de Couto de Magalhães, dedicou um número especial ao segundo Senador Paula, publicado a 5 de julho de 1907, alguns anos depois da sua morte.

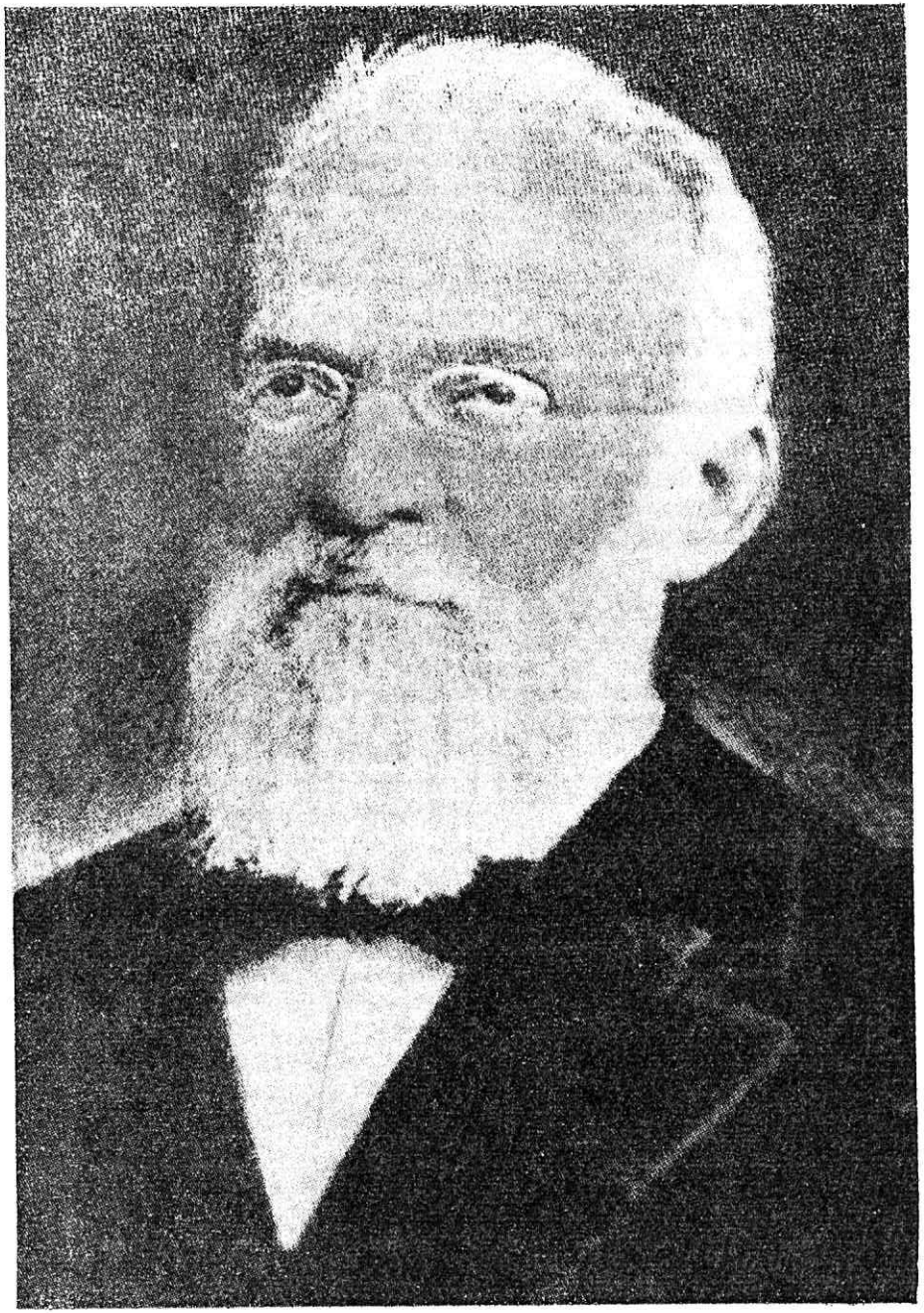
Fez-lhe o necrológio e o resumo biográfico o médico cearense José Lino da Justa, acentuando que o Senador Vicente de Paula Pessoa herdara a mansidão e o gênio pacífico pelo lado materno. Era "afável e comunicativo", acentua Justa, possuindo, pelo lado paterno, aquelas qualidades de caráter que foram apanágio do seu pai e "completavam o homem pertinaz no esforço, de lance seguro, metódico no labor e bem equilibrado na dinâmica de suas funções".

Muito modesto e franco, sem qualquer eiva de orgulho, não gostava de ostentações e exterioridades. Tinha horror aos discursos frondejantes e fastidiosos, era um bom conversador nas rodas da intimidade e, embora filho de um fidalgo da Casa Imperial, não exibia, a exemplo do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, nenhuma condecoração, porquanto sempre recusou todas as que lhe foram oferecidas.

"As vaidades da terra não importunavam os seus desejos, nem palpitavam o seu coração" — di-lo o seu biógrafo Justa.

Em seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro", Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake dedica-lhe não pequeno esboço biográfico. O mesmo faz o Barão de Studart, em sua obra de igual feição.

Filho do Senador Francisco de Paula Pessoa e de Dona Francisca Carolina de Paula Pessoa, nasceu o Senador Vicente Alves de Paula Pessoa a 29 de março de 1828, na cidade de Sobral. Formou-se em Direito, aos 22 anos de idade, pela Faculdade de Olinda, a 25 de novembro de 1850, voltando de Pernambuco ao Ceará, onde iniciou a sua carreira de magistrado, como Juiz Municipal do Ipu, nomeado para essas funções por decreto de 2 de março de 1852. Foi Juiz Municipal de Fortaleza, Juiz de Direito de Lagarto, em Sergipe, de São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, e em Saboeiro, Aracati e Sobral, do Ceará. Juiz de Direito de Sobral de 1865 a 1876, foi nomeado Desembargador da Relação no Pará a 18 de dezembro de 1875, entrando no exercício, após prestar juramento, a 24 de fevereiro do ano



Senador Vicente Alves de Paula Pessoa

seguinte. Por decreto de 3 de agosto de 1878, foi escolhido Presidente da dita Relação. Dom Pedro II fê-lo Conselheiro em 1879, sendo ele aposentado, a pedido, com as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, por decreto de 21 de outubro de 1880.

O Senador foi primeiro Vice-Presidente do Rio Grande do Norte, por decreto de 6 de julho de 1863, chegando a governar por dias aquela Província. Foi ainda segundo Vice-Presidente da Província do Ceará, por decreto de 6 de fevereiro de 1864, tendo assumido o governo a 29 daquele mês.

Em 1881, como um dos mais votados na lista nônupla, foi escolhido Senador pelo Ceará, por Carta Imperial de 2 de maio. (*) Antes, em 1878, entrara na lista, porém a eleição procedida fora anulada pelo Senado.

Três vezes casou-se o Senador Vicente Alves de Paula Pessoa. A primeira, em Fortaleza, a 20 de novembro de 1852, com dona Maria Barbosa de Paula Pessoa, filha do Major Simão Barbosa Cordeiro, descendente do fidalgo português

---

(*) — A eleição anterior foi anulada pelo Senado do Império (decisão de 8 de março de 1879), sob alegação de que a seca de 1877 não propiciava à Província, ainda em 1878, meios normais para a votação de seus eleitores.

Nessa ocasião, tratava-se de preencher as vagas de Tomás Pompeu de Sousa Brasil (falecido a 3-9-1877) e a de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (morreu a 20-8-1878), constituindo-se assim a lista sêxtupla:

Vicente Alves de Paula Pessoa	1.474	votos
Liberato de Castro Carreira	1.469	"
José Liberato Barroso	1.364	"
Miguel Joaquim de Almeida e Castro	1.344	"
Leandro Chaves de Melo Ratisbona	1.313	"
João Ernesto Viriato de Medeiros	1.215	"

D. Pedro II nomeou os drs. José Liberato Barroso e João Ernesto Viriato de Medeiros (Cartas Imperiais de 8 de fevereiro de 1879). Anulada a eleição, realizou-se outro pleito, que foi aprovado (março de 1881), e como Francisco de Paula Pessoa falecera a 16-7-1879, a lista foi nônupla:

Liberato de Castro Carreira	1.173	votos
Vicente Alves de Paula Pessoa	1.168	"
João Ernesto Viriato de Medeiros	1.035	"
Antônio Pereira de Alencar	1.021	"
Adolfo Bezerra de Menezes	988	"
Raimundo Ferreira de Araújo Lima	986	"
Tristão de Alencar Araripe	982	"
Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba)	952	"
Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás)	951	"

O monarca nomeou os três primeiros colocados (Cartas Imperiais de 2-5-1881).

Dom Antônio Barbosa Cordeiro, pai do Donatário da Capitania da Paraíba, Frutuoso Barbosa Cordeiro. A segunda, na cidade de Canindé, a 4 de fevereiro de 1865, com sua cunhada, dona Ana Barbosa de Paula Pessoa. A terceira, ainda em Canindé, a 5 de junho de 1870, com dona Mariana Barbosa de Magalhães, filha do Capitão Manoel Luís de Magalhães e dona Bernardina Barbosa Cordeiro.

Do seu primeiro casamento, deixou os seguintes filhos: Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, dona Ana Barbosa de Paula Pessoa, Simão Barbosa de Paula Pessoa, engenheiro Vicente Alves de Paula Pessoa Filho, dona Francisca de Paula Pessoa, dona Maria Barbosa de Paula Pessoa. Do segundo casamento, José Barbosa de Paula Pessoa e João Barbosa de Paula Pessoa. Do terceiro, dona Francisca Magalhães de Paula Pessoa.

Morreu o Senador na cidade de Sobral, às 7,12 horas da manhã do dia 31 de março de 1889; era um monarquista convicto, não chegando a ver a Proclamação da República.

Em 1875, publicou "Anotações à Lei do Elemento Servil", uma crítica ao escravagismo encarado em face do Direito Natural e da dignidade da pessoa humana. Revela-se nesse trabalho a alma justa e generosa do jurisconsulto, do abolicionista sincero e sem demagogia.

Em 1877, publicou em dois volumes, editada no Rio de Janeiro, a sua obra mais importante, os "Comentários ao Código do Processo Criminal do Império", onde revela profundos conhecimentos de Direito, de legislação comparada e de Processualística. Sagrou-se, com esse livro, o jurisconsulto eminente, tendo-se a primeira edição esgotado rapidamente, pois era obra consultada e citada por todos os juízes e tribunais no Brasil Império, como fonte subsidiária, indispensável na aplicação do Direito.

Publicou, ainda, "Regulamento das Relações do Império" e "Reforma Judiciária".

Quando morreu, elaborava, já adiantada, outra grande obra, o "Dicionário Jurídico"; não chegou a publicá-lo, deixando escritas mais de mil tiras, sem passar da primeira letra do alfabeto.

Esse trabalho minou-lhe a saúde.

A erudição do Senador não se limitava à Ciência Jurídica. Ele conhecia bem a História, a Literatura, a Medicina e as Ciências Físicas.

Em 1865, quando o Brasil entrou em guerra com o Paraguai, Vicente de Paula Pessoa ofereceu ao governo dez por cento dos seus vencimentos de magistrado, para as despesas da campanha, até o final da luta. Aceitou a oferta o então Presidente da Província, que outro não era senão Lafaiete Rodrigues Pereira.

Era um homem de profundos sentimentos humanitários, demonstrados amplamente, quando da epidemia de cólera na Comarca de São José de Mipibu e por ocasião da chegada a Belém do Pará dos flagelados cearenses acossados pela grande seca de 1877.

Os cearenses de hoje pouco conhecem a respeito desse Pinto de Mesquita.

O SENADOR TOMÁS POMPEU, UM PIONEIRO

Os cearenses conhecem pouco o Senador Pompeu, embora seu nome tenha sido dado a uma das principais ruas de Fortaleza e a um dos mais importantes municípios do Estado.

No Rio de Janeiro há uma velha e comprida rua batizada com o nome do ilustre cearense. E pouca gente sabe que o Senador é também personagem de romance: ele é o *Padre Brasil,* de Manoel de Oliveira Paiva, no seu famoso "Dona Guidinha do Poço".

Foi o Senador Pompeu — Tomás Pompeu de Sousa Brasil — um homem realmente extraordinário, no seu tempo, pela cultura e pelo pioneirismo, e sua influência política e intelectual perdurou da Monarquia à República.

Pena que ninguém, até hoje, tenha escrito uma biografia completa do grande chefe liberal do século passado, cuja palavra alcançava profunda ressonância no seio do Senado do Império.

Num artigo, sem assinatura, publicado no jornal "A República", de Fortaleza, em 3 de setembro de 1909, que mestre Hugo Catunda acredita ser de autoria de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, filho, membro da Academia Cearense de Letras, recolhemos alguns valiosos subsídios sobre a vida e a atuação do Senador Pompeu, que já estava morto há trinta e dois anos quando do aparecimento daquele trabalho.

Sabe-se que o Senador fez o curso primário em Santa Quitéria, o berço natal dos seus antepassados, os Pinto de Mesquita, tendo por mestre seu próprio pai, Capitão Tomás de Aquino de Sousa, que era homem suficientemente instruído, pois abandonara o Seminário de Olinda quando já cursava o primeiro ano de Teologia.

O Senador Pompeu era padre e bacharel em Direito, ordenado e formado em Pernambuco.

Narra, a propósito, o desconhecido autor do seu esboço biográfico em "A República":

"O Senador Tomás Pompeu pertenceu a uma das mais ilustres estirpes do Ceará. Seus primeiros vagidos recebeu-os a cidade de Santa Quitéria, em 6 de junho de 1818. Deram-lhe seus pais, Tomás d'Aquino Sousa e dona Geracina Isabel de Sousa, por ocasião do batismo na pequenina igreja de que devia ser fatalmente o representante mais eminente na província, o nome de Tomás. Entrava aí o egoísmo do afeto paterno, bastante atilado para lobrigar, no berço da criança ainda em faixas, a esperança, o lustre, o renome duradouro e a glória da família. Os primeiros anos da adolescência se escoaram no lar paterno, entre os incessantes cuidados de um pai a quem a Providência apenas quinhoara com dois filhos varões, e os extremos de uma mãe terna e dedicada, ternura que lhe ficou para sempre gravada na alma, e que foi o cunho predominante do seu trato e do seu espírito. Concluídas as primeiras letras, como sua aplicação e inteligência lhe augurassem brilhante futuro e a família o houvesse destinado para a carreira do Sacerdócio, em fevereiro de 1835 matriculou-se na Aula Régia de Latim de Sobral, regida pelo seu tio materno advogado Gregório Francisco Torres de Vasconcelos. Em 1836, e com dezoito anos de idade, havia-se passado a Olinda, em cuja Academia Jurídica foi submetido a exame dessa matéria, obtendo aprovação plena. Ao mesmo tempo, matriculou-se no Seminário Diocesano, e em 1837, em duas épocas, foi aprovado em Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria, Francês e Inglês, e em 1838, em Geografia, História, Retórica e História Sagrada. Em 1839, no Seminário, era submetido a ato de Teologia Dogmática. O ensino religioso o atraiu, então, para o curso particular de Teologia do reverendo Dom Joaquim Francisco de Faria, Deão do Cabido de Olinda. Foi daí que o talento, a aplicação, a amizade pelo mestre desenvolveram em sua inteligência o gosto pelos estudos teológicos. Em pouco tempo, apoderou-se dos segredos dos dogmas, das entrelinhas do catecismo, tornando-se teólogo profundo. A impaciência do seu espírito ultrapassava mesmo as esperanças da sua família. O seu talento começava cedo a distinguir-se e a revelar-se. Conta-se que um dos seus examinadores, padre Manoel Tomás, despeitado pelo sucesso de sua longa prova oral em Teologia, no 1º ano, lançou-lhe um *R*, o que concorreu para que fosse aprovado simplesmente. Não obstante, cada dia demonstrava o jovem cearense que bebera a predestinação no berço. E mais tarde, tal foi a influência exercida sobre os seus mestres e colegas, que o próprio padre Manoel Tomás, chegando-se um dia a ele, na rua,

O Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil

pediu que perdoasse a injustiça passada. Em 1840, o seminarista recebia ordens de diácono, sendo aprovado em exame Sinodal pelo bispo de Olinda, Dom João da Purificação Marques Perdigão, ordenando-se Sacerdote no dia 18 de setembro de 1841, no Palácio da Solidade (Sede do Bispado). À terceira dominga do advento, cantava missa nova no Convento das Freiras, em Olinda. Essa perseverança de caráter o fazia estimado de quantos dele se acercavam. Nunca se descobriu uma falta nas suas obrigações de estudante, tal o exato cumprimento dos seus deveres. Seus camaradas nunca tiveram a imputar um erro à sua mocidade. Em 1840, antes de ordenar-se, já o jovem e futuro sacerdote fazia concurso de livre-docente da Cadeira de Teologia do Seminário, obtendo honrosa classificação. Nessa cátedra foi provido em 21 de novembro, *servatis servandis,* como então se costumava. Na carreira do Sacerdócio, teria atingido a celebridade de um Flechier, se o desejo da família não estivesse em completa antinomia com os pendores da sua vocação. Sabia ter a conveniência, a circunspeção, a altiva dignidade de seu ministério, mas via-se que o destino obrara nele às avessas. Reconheceu cedo que haviam muito aventurado os que lhe escolheram a profissão. As cerimônias do magistério tinham para o seu espírito mais atrativos do que as cerimônias eclesiásticas. Nascera impelido para as lutas do foro e da eloqüência. Seu pedestal não devia ser o da tribuna das almas, a cadeira e o púlpito, mas o da jurisprudência, o da política e dos estudos sociais. A disciplina e a autoridade da igreja não davam ao seu espírito a necessária amplitude para mover-se, exercitar-se e fecundar. Não teve junto a si um Berryer como Lacordaire, apaixonado e impetuoso, para segredar-lhe ao ouvido: *Faites-vous prétre-vous devindrez un éminent rateur de la chaire,* mas inquiriu sua própria inspiração e se fez advogado. Não abjurou, porém, a sua fé nem renegou os seus hábitos talares. O templo e o altar ficaram nele como uma última homenagem à memória paterna. Foi durante toda a vida um homem de fé. Os conhecimentos adquiridos em outros estudos nunca tiveram o poder de abaiar a sua fé demasiado fervorosa para cair nas incertezas da dúvida. Podia dizer-se dele, se bem compreendemos vozes de uma outra literatura, o que Lamartine dissera de Bossuet: *C'était un genie convaincu à force de volonté.* Queria é que a religião aurisse no evangelho mesmo a Sua primordial dignidade — a independência. Nunca pôde conceber que se confundisse Igreja com Estado, que este oprimisse as almas para impor

seu credo. A religião do seu Deus não precisava senão da sua doçura para se impor ao coração de todos os brasileiros. Quando se ordenou, pois, estava no 3º ano do curso jurídico da Academia de Olinda, recebendo a 2 de março de 1843 o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. O jurisconsulto, o sábio, o escritor, o estadista iam ofuscar, em breve, o levita".

*
* *

O Senador tinha especial predileção pelo estudo da Geografia. Caberia a ele iniciar, com o seu livro "Ensaio Estatístico da Província do Ceará", dois volumes, os estudos de Estatística na sua terra natal, assunto de que, até então, nem mesmo os governos se haviam ocupado. Era Tomás Pompeu de Sousa Brasil, na verdade, uma vocação pioneira, nessa e em outras atividades.

Sua atuação política correu sempre a par de uma ação intelectual vigorosa e intensa, como se pode verificar dos livros que publicou em sua não muito longa existência, pois morreu relativamente moço, aos 59 anos de idade.

O insuspeito João Brígido, fazendo-lhe o necrológio em o "Cearense", de 4 de setembro de 1877, falava dele como um filantropo e um sábio "que viveu bem pouco, para tantas esperanças e benefícios que a Pátria aguardava ainda".

Morreu o Senador, segundo informa "O Cearense", na mesma edição, precisamente aos 59 anos, 2 meses e 26 dias de "uma vida agitada pela luta constante e fértil do pensamento, glorificada pelas idéias do trabalho e coroada pelos mais esplêndidos triunfos".

Entre esses trabalhos e triunfos, contam-se os seguintes livros que publicou: "Princípios Elementares de Geografia" (para uso do Liceu do Ceará) — Tip. América — 1850; "Compêndio de Geografia" — 1856; "Memória Estatística da Província do Ceará", em 2 volumes — 1859; "Compêndio de Geografia Geral e Especial do Brasil" (3 edições aumentadas e corretas), editado no Rio de Janeiro e oficialmente adotado no Colégio Pedro II, nos Liceus e Seminários do Brasil. Referindo-se a este trabalho, o historiador Cruz Abreu afirma que "Pompeu foi, por intermédio desse livro, o mestre da mocidade do seu país, no estudo da Geografia. Por quatro ou cinco decênios, nos institutos de humanidades, ao lado dos mapas de Delamarche, o que se encontrava era o compêndio de Pompeu, já volumoso, em adiantadas edições mais minu-

ciosas, com uma ligeira notícia histórica de cada país, e que se esgotavam rapidamente"; "Memória sobre o Cólera-Morbus", citada, com honrosa referência, pelo Barão do Lavradio, presidente da Comissão de Higiene Pública da Corte, no seu livro "História das Epidemias no Brasil"; "Dicionário Topográfico do Ceará"; "Memória sobre a Conservação das Matas e Arboricultura"; "Sistema Orográfico do Ceará"; "Discurso proferido no Senado, em 1866, por ocasião da discussão do Voto de Graça"; "Memórias sobre o Clima e as Secas do Ceará — 1877; e "Juízo Histórico sobre os fatos do Ceará", na Revista do Instituto do Ceará, 1895.

*
* *

Outra obra de pioneirismo cultural de Pompeu foi a instituição, no Ceará, do ensino secundário. Foi o Senador quem fundou o velho Liceu do Ceará, até hoje existente, e que já educou gerações numerosas, produzindo algumas expressivas figuras nacionais, tanto no plano político como no intelectual.

Comentando as aptidões humanísticas do Senador, diz o seu desconhecido biógrafo de "O Cearense" que foram notáveis os estudos que o Senador compôs sobre a "aspiração e transpiração dos vegetais e evaporação das águas pluviais e fluviais", além do seu "Compêndio de Geografia", então adotado oficialmente no Colégio Pedro II e nos Seminários do país; e vários outros trabalhos, como sejam o "Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará" e o "Ensaio Estatístico da Província do Ceará" (em 2 vols.). A sua obra de mais fôlego, nesse ramo de conhecimentos científicos, foi a refutação a um trabalho do Engenheiro Viriato de Medeiros, publicado pouco antes de sua morte, intitulado "Memórias sobre o Clima e as Secas do Ceará", que teve consagradora receptividade nos meios científicos brasileiros e foi tema de debates favoráveis às suas teses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Liceu do Ceará, atualmente um dos institutos de ensino secundário mais florescentes da República, fundou-se a instâncias do seu acendrado amor e interesse pela instrução de seus jovens conterrâneos. Bem contra a sua vontade, *mas para anuir aos desejos da família, que não queria vê-lo fora da província,* segundo expressões textuais, aceitou a nomeação de diretor e lente da cadeira de Geografia e História, com que o distinguiu o governo da Província. Os cuidados destes cargos não impediram, entretanto, que se aperfeiçoasse nos estudos da sua língua e das línguas

francesa, latina e inglesa, nem que se habituasse ao convívio de Horácio, Virgílio, Tácito, Lucrécio, Juvenal, Ovídio, Camões, Milton, Bossuet, Lamartine, Vieira e outros clássicos. Os mestres da eloqüência e os modelos portentosos da dicção oratória também lhe foram familiares, tais como Cícero, Demóstenes, Fenelon e Vergniaud, com os quais convivia no silêncio dos seus estudos, pois que era um homem devotado à paz do seu gabinete, onde tanto se ilustrou. Com o acúmulo destes materiais foi que passou à cena política, arrastado assim pela inclinação mais acentuada e característica do seu destino".

*
* *

A família não o queria ver fora da Província porque, nessa época da fundação do Liceu, vinha Pompeu residindo em Pernambuco, onde exercia a cátedra de Teologia Dogmática do Seminário de Olinda.

Informa "O Cearense", de 4 de setembro de 1877, que, retornando Pompeu ao Ceará, foi nomeado professor de Geografia e diretor do Liceu, cuja fundação presidiu, entregando-se aos trabalhos de advocacia e às lides políticas, sendo eleito (1845) primeiro suplente de deputado geral: "tomando assento na Câmara Temporária por ter falecido o deputado nato antes da abertura do Parlamento" — o padre Costa Barros.

Eleito daí por diante deputado geral, seria finalmente escolhido Senador do Império em 1864. (*)

Jornalista, fundaria "O Cearense", órgão liberal, a 16 de outubro de 1846. (**)

(*) — Só voltou à Assembléia-Geral do Império em 1848 (7.ª legislatura). A 5-10-1848 foi adiada a sessão da Câmara para 23-4-1849 e dissolvida por decreto de 19-2-1849. Falecendo o dr. Miguel Fernandes Vieira a 6-8-1862, a eleição para preenchimento de sua vaga no Senado do Império realizou-se em abril de 1863, formando-se assim a lista tríplice:

Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	672 votos
Tomás Pompeu de Sousa Brasil	602 "
Domingos José Nogueira Jaguaribe (depois, Visconde de Jaguaribe)	545 "

A Carta Imperial de nomeação de Tomás Pompeu de Sousa Brasil é de 9-1-1864.

(**) — Muito amigo de Francisco de Paula Pessoa, Tomás Pompeu de Sousa Brasil lhe fez sentir que os liberais precisavam de um jornal que defendesse os seus princípios e interesses na Província. Recebeu então 100 contos de réis para comprar as máquinas necessárias à instalação e impressão do jornal.

É o próprio jornal por ele fundado que, anos depois do seu desaparecimento, assinala o fato, recordando, entre outras coisas, haver sido Pompeu amigo íntimo de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, senador, jornalista, poeta e um dos mais destacados chefes do Partido Liberal na Monarquia:

"A imprensa liberal há muito que o disputava à severidade e sobriedade de seu comércio literário. Os pleitos eleitorais ofereciam vasto campo aos seus instintos e aspirações. Por outro lado os numes benfazejos lhe descortinavam os horizontes das controvérsias e das lides parlamentares. A fortuna que lhe devia sorrir na morte devia, pois, começar por onde começa a de todas as notabilidades no tirocínio político, pela imprensa, e resvalar daí para a tribuna. Espírito essencialmente prático, consultando a cada passo os fatos, como um astrônomo a posição dos astros, teria sido um Guisot, na França, um Robert Peel, na Inglaterra, se o supremo regedor dos espaços e do tempo não lhe quisesse dar por companheiro, nas lutas pelo progresso e liberdade de seu país, adversários como Cotegipe e correligionários como o Conselheiro Saraiva, Francisco Otaviano de Almeida Rosa e Zacarias de Goes e Vasconcelos. O penúltimo concretizou nele todo o valor, toda a constância, todo o heroísmo dos cearenses nestas linhas que lhe dirigiu em 1872: "Adeus. Cumpre teu dever, doutrinando o partido, faze-o constitucional e viril. O cearense é o mineiro do Norte, industrioso, paciente, inteligente e tenaz. Tem grandes virtudes políticas, que se avivam a um apelo enérgico. No teatro da *guerra, nos hospitais* (***) revelou-se como o melhor soldado do mundo, pela bravura e resignação no sofrimento. Tem grande futuro um povo assim".

Tinha que entrar, pois, para a vida política como um iniciado de Guttenberg e de fato para ela entrou dirigindo e redatoriando "O Cearense", órgão do partido liberal, que sobreviveu até os primeiros dias do atual regime. As suas convicções definiram-se subitamente com a escrupulosa fidelidade aos princípios, ao espírito e à letra da Carta Constitucional do país. No jornalismo, tornou-se um atleta da polêmica, mais persuasivo do que violento, mais simples, mais delicado e mais polido do que impetuoso. O bastão de chefe não devia tardar muito. Os vaticínios corresponderam dentro em pouco aos fatos. Efetivamente, exerceu em breve essa investidura suprema que soube conservar durante mais de

(***) — Referência à Guerra do Paraguai.

30 anos, sempre de pé na arena, sempre combatente e quase sempre vencedor. A morte o veio ainda encontrar nesse posto, derramando sobre o futuro de seu país, da Tribuna do Parlamento, as luzes da sua previdência e da sua sabedoria. Desde 1844, fora eleito à primeira suplência da deputação geral, tomando parte nos trabalhos dessa legislatura, por ter falecido o seu irmão em hábito, padre Costa Barros, obtendo nesse mesmo ano sufrágios à deputação provincial. À Câmara Temporária foi chamado ainda, por diversas vezes, até que em 1864 ocupou uma cadeira vitalícia no Parlamento como Senador do Império. Orador fluente e consumado, o Senador Pompeu obteve na tribuna, durante os 13 anos em que exerceu o mandato, as brilhantes vitórias a que o haviam predestinado a sua atividade e educação intelectual. Quando se partiu desta para a outra vida, os adversários que rechaçara pela habilidade da sua eloqüência sentiram como se a morte lhes houvesse arrebatado um cabo acostumado à vitória à frente do lábaro comum. Seus amigos o consideravam mais como um conselheiro do que como um correligionário, admiravam-no pela sua força e pelo seu prestígio. Quando se tratava de convencer em prol de uma idéia qualquer adversário no Senado, era para a sua figura austera, nobre e simpática que todos os olhares se voltavam. Não que ele fosse simplesmente um orador parlamentar, pois que, homem de grande ilustração, tinha asas para fender os grandes espaços ocupados pelas sublimes imagens do lirismo, e inspiração superior para tocar a cúpula do patético, no puro estilo acadêmico. Dizem que, depois do Conselheiro Zacarias de Goes, era o Senador Pompeu o representante mais assíduo na tribuna. Discutia a fundo todas as questões, especialmente as de educação pública, economia, colonização e problemas das secas do Norte, e sabia expor as suas opiniões sem impô-las, com prudência, mas com segurança e sem reservas, como se a natureza o houvesse designado para ser no país o continuador da escola oratória de Pitt. Grande conhecedor da ciência das finanças, as questões do orçamento lhe mereciam particular atenção e as discutia exaustivamente, fazendo, muitas vezes, prevalecer os seus pontos de vista. Devem-se à prodigiosa sagacidade de que era dotada a sua inteligência as importantes vitórias ganhas pelo seu partido, no tiroteio das votações. Acessível, franco, prestimoso até à amabilidade, fazia dos correligionários amigos retemperados pela dedicação e pelo sacrifício".

O Senador não era, segundo o testemunho dos seus contemporâneos, um político de vaidades e ambições. Chegou a recusar a Pasta de Ministro do Império que, por sugestão do Imperador, lhe fora insistentemente oferecida pelo presidente do Gabinete Conselheiro Furtado, quando os liberais ascenderam ao poder, em agosto de 1864, e indicou o nome do seu correligionário, Conselheiro José Liberato Barroso (também cearense), que foi, então, nomeado.

Acrescenta o seu anônimo biógrafo em "O Cearense":

"O desinteresse e a abnegação sempre o dominaram em política. O seu papel no Parlamento era o do homem público que se dirigia igualmente a outros homens públicos em nome das necessidades evidentes ou das medidas que era mister adotar no interesse comum do país. A sua lógica desdenhava as questões agressivas das personalidades. Um dos assuntos que mais o absorveram, no declínio de sua vida, quando a saúde, já bastante abalada, reclamava repouso, foi a acalorada discussão das eleições de 1876, das províncias do Pará, Rio Grande do Norte e Paraná. Estigmatizando a violência e a fraude oficiais, sob o domínio dos conservadores, pronunciou longos discursos, esmerilhando os fatos e definindo responsabilidades. Foi a última vez que tomou parte nos trabalhos do Senado. Encerrada a sessão legislativa, de volta à província, aguardavam-no os sinistros e dolorosos espetáculos da seca de 1877. Desde algum tempo, porém, a despeito da sua pouca idade, pois contava somente 59 anos, uma espécie de cansaço físico e mental o entorpecia progressivamente, seu olhar tornara-se menos brilhante e o seu andar menos firme. Não obstante, consagrou os últimos dias de sua vida à causa pública, pugnando pela sorte das vítimas da grande calamidade. Nessas circunstâncias memoráveis, esquecia todos os seus interesses, para só pensar no grande amor que tinha à sua terra e no cumprimento do dever patriótico, que o inspirou constantemente. Estas palavras enviadas à imprensa, do leito de dor, quando o Ceará se debatia nas agonias da fome, valem pelo mais glorioso dos testemunhos, por ser uma das páginas mais honrosas da sua vida:

"Esqueçam-se do Centro, (*) tomem a iniciativa em todos os negócios e assuntos de real interesse, percam de todo a fé em fictícias instituições, engrandeçam-se como um estado americano, libertem-se de um jugo detestável, que nos

(*) — "Centro", para Pompeu, significa o Governo Central, o Governo Imperial.

matam, e lembrem-se, sempre, do abandono em que, nesta emergência, nos deixa um governo egoísta, caprichoso e absoluto, proclamem a sua liberdade e a sua autonomia".

*
* *

Vê-se, pelo dito do Senador, que era muito avançado o programa do Partido Liberal do Império.

Os liberais pugnavam pelo trabalho livre, com a abolição dos escravos. Batiam-se pela temporaneidade do Senado, então vitalício; pela autonomia das Províncias, que viviam sob o domínio da centralização do sistema monárquico, não tinham Constituição e cujos presidentes eram nomeados pelo Imperador e, como tais, meros delegados do poder imperial. E queriam ainda a reforma do sistema eleitoral, além de outras.

Em 1877, quando o Ceará sofreu na carne a grande seca, o poder na Monarquia era ocupado pelo Partido Conservador, presidido pelo Barão de Cotegipe, que retardava e limitava a remessa de auxílios e recursos para os flagelados.

Daí a revolta de Pompeu no trecho acima mencionado, que vai muito além da avançada ideologia do seu partido e do sentimento natural de oposição ao governo de adversários, os conservadores.

Aconselha o Senador, no último artigo que escreveu para "O Cearense": *"libertem-se de um jugo ditatorial que nos mata... esqueçam-se do centro... proclamem a sua liberdade e autonomia..."*

E, estranhamente, ele, um homem nascido, criado e educado sob o regime monárquico, chega a insinuar: *"percam de todo a fé em instituições fictícias"*...

Talvez se encontre aí a razão que levou seu sobrinho e afilhado, o Senador Joaquim Catunda, a aderir, mais tarde, ao ideal republicano.

O próprio Pompeu era um liberal avançado, da linha do chamado grupo ortodoxo do liberalismo, que tinha fundas raízes nos movimentos republicanos de 1817 e 1824, quando parentes seus, os padres Mororó e Miguelinho, foram imolados aos seus ideais de liberdade e republicanismo.

Era o Senador um legítimo herdeiro político de José Martiniano de Alencar e do Coronel Pessoa Anta, irmão do primeiro Senador Paula Pessoa, e fuzilado juntamente com Mororó. Não estaria, a essa altura da sua vida pública, desi-

ludido Pompeu do sistema monárquico reinante e já evoluindo para o ideal republicano?

Tudo indica que sim: seu genro, o futuro Senador Nogueira Acioly, escolhido (mas não empossado) para a Câmara Alta, nas vésperas da proclamação da República, adaptou-se e sobreviveu bem ao advento do novo regime, do qual foi figura exponencial durante muitos anos.

*
* *

O Senador Pompeu desfrutou de largo prestígio na Monarquia. Seu nome foi escolhido por Pedro II para o Senado na primeira lista em que figurou e, assinala "O Cearense", em sua edição de 5 de setembro de 1877, "contra todos os precedentes, na primeira sessão do Conselho do Estado em que lhe foi apresentado".

Era considerado o chefe dos liberais do norte do Império e muitas Províncias do Sul lhe delegaram poderes para advogar seus interesses no Parlamento.

Recusou a posição de ministro no Ministério Furtado "porque pensava não ser a posição a mais conveniente para manter ilesos os seus princípios de independência".

Não tinha condecorações. Aceitava apenas os diplomas honoríficos das escolas e academias que cursou e das sociedades culturais do país e do estrangeiro a que pertenceu.

Depois de Zacarias, era o orador mais assíduo à tribuna senatorial.

Escrevendo, de uma feita, a um amigo comum, dizia o Senador liberal Visconde de Sinimbu: "Mui sensível nos foi a partida de Pompeu. Tão leal, delicado e prestimoso companheiro é difícil encontrar-se nas lides políticas. Ele, só, valia para o nosso partido um exército inteiro. E quem sabe se não foram os seus constantes esforços na tribuna do Senado que lhe trouxeram a moléstia de que está sofrendo?".

Um dos admiradores de Tomás Pompeu de Sousa Brasil era o sábio Agassiz, que lhe fez o elogio dos trabalhos intelectuais.

Na verdade, era Pompeu um grande amoroso da sua terra natal, o Ceará.

O esplendor da sua dignidade nacional não diminuiu em sua alma o gosto pelas coisas simples do solo nativo, cujas dificuldades procurou conhecer a fundo, debatendo, permanentemente, os seus problemas, no curso da sua incansável vida pública, principalmente na tribuna do Senado.

Serve de exemplo, ainda uma vez, o Pompeu apaixonado pelos problemas da educação na sua Província.

Quando, em 1845, ele atende ao convite do presidente do Ceará, Coronel Inácio Correia de Vasconcelos, deixou a cátedra de Teologia do Seminário de Olinda, para organizar e dirigir o Liceu e a instrução pública da sua terra.

Ao assumir as suas funções, depois de instalar o Liceu, fez, como Inspetor-Geral da Instrução, cargo que exercia juntamente com o de diretor do referido colégio, longa excursão pelo interior, visitando as escolas primárias, disseminadas nas diversas localidades da Província.

Ao regressar do sertão, apresentou ao presidente longo relatório, no qual ressaltou as condições precárias daqueles estabelecimentos de ensino, sugerindo ao mesmo tempo uma indispensável reforma do sistema escolar dominante.

Acentuava Pompeu que a simples escola de instrução, transmitindo apenas noções imperfeitas de cálculo, leitura e escrita, como ocorria com as escolas primárias daquele tempo, longe estava de atingir o ideal da verdadeira escola popular.

Esse ideal, segundo a sua opinião, outro não deveria ser senão o de, além de instruir, preparar o educando, despertando-lhe as aptidões para o exercício de uma profissão útil no meio em que vivia.

Achava o futuro Senador do Império que o ponto básico, essencial, da reforma que preconizava estava, antes de tudo, na preparação profissional do mestre, o qual, a par de novos conhecimentos, devia possuir também condições para fazer da escola primária, estática e monótona, uma escola de trabalho, de atividades pré-vocacionais, que transformasse o educando num homem do futuro — adestrado para viver e vencer no seu meio.

Ainda sob esse aspecto, Pompeu foi um pioneiro, porque a reforma da escola popular, pela qual tanto se batem ainda os pedagogos modernos, já era por ele sentida e reclamada há mais de cem anos.

Pouco tempo permaneceu Tomás Pompeu de Sousa Brasil na direção do Liceu, pois, caindo a situação liberal e ascendendo ao poder os conservadores, foi ele exonerado.

Voltando, mais tarde, com a subida dos liberais, à direção do colégio, depois de tomar conhecimento da situação do estabelecimento, apresentou um relatório ao presidente da

Província, no qual insiste em suas idéias reformistas, sem dúvida adiantadas demais para o seu tempo, embora ainda hoje (e sempre) irrecusáveis pela sua lógica e pelo alto senso de realidade que traduziam.

Dizia ele nesse relatório:

"...A nossa educação secundária, modelada pelos liceus de outras províncias e colégios de cursos jurídicos, parece só ter em vista preparar nossa mocidade para esses cursos e dar-lhe uma educação puramente clássica e teórica, no que certamente não atende às necessidades educacionais do nosso país. Ela devia compreender parte dos conhecimentos científicos que têm mais relação com as artes e as indústrias e que tendem a formar homens úteis e de alguns conhecimentos para a vida prática e produtiva, ficando ao gênio e ao talento especial dedicar-se à instrução literária e Superior".

E continua: "Nos países adiantados, como é sabido, aplica-se cada jovem àqueles conhecimentos que tem de utilizar na sua projetada vida futura. Entre nós, porém, depois de um conhecimento imperfeito de instrução primária, passam os educandos para o estudo do Latim, Lógica, Retórica etc., seja qual for a profissão a que se vão dedicar, e entrados, depois, no terreno da vida prática, aplicados ao comércio, à agricultura, à criação e às artes, nenhum uso podem fazer desses conhecimentos, e são forçados a esquecer princípios que, não sendo outra coisa mais do que preparatórios para as ciências superiores, não têm aplicação nenhuma na vida ativa e laboriosa a que se vão entregar no meio em que vivem".

E conclui: "Julgo, pois, conveniente que se reforme o nosso plano de educação, no sentido de se dar alguma tendência à nossa mocidade para a indústria e o trabalho, transmitindo-lhe alguns conhecimentos das ciências naturais, principalmente da física e mecânica, tão necessárias para o conhecimento da propriedade dos corpos, ação dos agentes naturais e suas diversas combinações e aplicações nos processos da indústria e do trabalho em geral. É notável que em um país onde a agricultura e a criação de gados formam os dois ramos principais de sua indústria e riqueza, não haja meios de auxiliar a exploração e o desenvolvimento dos recursos naturais e de evitar os males que paralisam essas indústrias, meios que poderão encontrar-se pela escola, no conhecimento das ciências práticas".

*
* *

As idéias de Pompeu, divulgadas há mais de um século, têm agora plena e oportuna atualidade. Já não há mais lugar para a escola tradicionalista, de métodos puramente memoristas, que apenas instrui, imperfeitamente, aliás, mas não educa para o trabalho e a vida. Porque é da escola assim renovada, ativa e dinâmica, capaz de transformar o homem num agente válido de produção de riqueza, que o país necessita, sobretudo, e especialmente, na luta que se trava para o desenvolvimento dos povos social e economicamente retardados.

O ilustre descendente dos Pinto de Mesquita, da pequena Santa Quitéria do Ceará, é, pois, um homem atualizado dentro da realidade brasileira.

Tinha o olhar arguto. Sabia ver e sentir de perto essa realidade viva: o Brasil a reclamar, como ponto de partida da sua emancipação social e econômica, escolas que produzissem instrumentos de trabalho e não simples alfabetizados, incapacitados para uma vida ativa e laboriosa.

E quem defendia tais idéias era um humanista completo, de imensa cultura, bebida nas ciências e nos clássicos da antigüidade, um filósofo e um teólogo, um padre que era também um bacharel, um típico elemento da elite intelectual brasileira do século passado.

É que o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil era um sábio, mas era ainda um puro, um sincero, um abnegado e um simples. Não sabia esconder a verdade da sua visão fabulosa e antecipada, amando, como amou, sinceramente, o Brasil e o Ceará.

Fácil teria sido a esse aristocrata Pinto de Mesquita viver em dignidade o ócio com que se conceituava, naquele tempo, o político escolhido para Senador do Império. Mas ele era diferente, porque era um autêntico homem de espírito público, e não quis ser outra coisa.

Muito diferente mesmo de certos políticos que enchem com o seu vazio, nos dias correntes, as manchetes dos nossos jornais e não dizem nada porque não sabem coisa alguma. São apenas imbecis empavonados, curtos de audácia e imaginação, sem nenhum poder criador ou de afirmação.

Foi ainda o Senador Pompeu, neste país, um dos primeiros cientistas que pesquisaram as causas das secas do Nordeste.

Embora essas causas não tenham saído, até agora, do terreno das hipóteses, ele encarou o problema com muita cla-

rividência, sugerindo a teoria dos ventos alísios como determinantes da intempérie.

Longamente, em termos científicos, expôs a sua tese, fundada na circulação das correntes aéreas e na influência que as mesmas exercem sobre as precipitações aquosas ou a ausência de chuvas.

Na longa e atraente exposição da sua tese, sobre a qual versa o último e alentado trabalho que publicou, "Memória sobre o clima e as secas do Ceará", ao lado de observações e estudos interessantes, a respeito do meio físico, revela-se Pompeu um autor rico de conhecimentos científicos, constituindo-se no criador de uma teoria ainda hoje válida e por muitos aceita, entre outras hipóteses aventadas como origens dos grandes estios da região nordestina.

Não ficou aí o ilustre cearense.

Organizou a "Companhia Cearense Via Férrea de Baturité", em 1870, destinada à construção da estrada de ferro que se estenderia, muitos anos depois, até a cidade do Crato, no sul do Ceará.

Para empreendimento de tão grande importância, convidou os capitalistas do meio, entre os quais os chefes do partido adversário (conservador), Barões de Ibiapaba e de Aquirás.

Foram Pompeu, Ibiapaba, Aquirás, o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Henrique Brocklehurst os maiores acionistas da Companhia.

Os trabalhos de construção do leito da estrada tiveram início no dia 20 de janeiro de 1872, pelo empreiteiro Jerônimo Luís Ribeiro.

Em novembro do ano seguinte era iniciado o tráfego da estrada, com a inauguração da estação de Arronches (Parangaba), e, em 14 de janeiro de 1875, foi inaugurada a estação de Maracanaú.

Foi a última festa a que esteve presente o Senador Pompeu.

Ao inaugurar antes a estação central de Fortaleza, proferiu o Senador um discurso, no qual afirmava: "A via férrea de Baturité será sempre a primeira empresa do Ceará, como exploração lucrativa e como obra de patriotismo".

Depois da sua morte, em 1877, os negócios da "Companhia Via Férrea de Baturité", da qual Pompeu era, desde a sua fundação, o presidente, sofreram sensível declínio, que poderia ter resultado na paralisação dos trabalhos de prolon-

gamento da estrada, se o Governo Imperial não a houvesse encampado, como fez, por Decreto de 8 de junho de 1878, no qual, também, autorizou o início da construção da Estrada de Ferro Sobral.

A estrada de ferro de Baturité, que reclama ainda um historiador, foi a primeira que se construiu na Província.

Os testemunhos da sua vida são unânimes: foi um grande homem, que se preocupava com o desenvolvimento social e econômico, enquanto outros chefes políticos do tempo, como os Barões de Ibiapaba e de Aquirás, aferravam-se unicamente aos objetivos partidários: ganhar postos e eleições — como ainda agora fazem certos "chefões" nacionais e estaduais.

Morreu o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil no dia 2 de setembro de 1877, na cidade de Fortaleza.

Três anos antes, 1874, à procura de recursos médicos para a lesão cardíaca de que era portador, excursionou pela Europa.

Visitou Portugal, Itália, França, Suíça e Inglaterra.

Era membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras instituições científicas nacionais e estrangeiras.

"Grande madrugador — escrevia Cruz Abreu, em 1936, na Revista do Instituto do Ceará, falando da personalidade do grande morto —, cedo entregou-se aos estudos no seu gabinete, porque era o estudo o supremo gozo desse homem notável. Nada o arrancou ao convívio dos livros, nenhum devaneio o atraía. Quem lhe passou pela porta, via-o sempre à banca, de pena na mão ou de pé, junto às estantes, de livro aberto, em consulta rápida, na solução de dúvidas. Raro, qualquer pessoa em palestra, na "prosa" — calamidade nacional que rouba à atividade produtiva do brasileiro dois terços do tempo aproveitável em trabalho útil. Pompeu tinha horror aos maçantes. Deles falou, certa vez, em um dos artigos com que colaborava num dos grandes periódicos do Rio de Janeiro. No começo da tarde, escrevia o artigo de fundo de *O Cearense* e outras notas de maior interesse. Depois das cinco horas e pela noite, quando — devido à miopia de que sofria — não mais podia estudar, recebia os amigos e correligionários, os quais somente em casos excepcionais e urgentes o procuravam em horários diferentes, sempre reservados a estudos e trabalhos".

O mesmo Cruz Abreu, depondo sobre Pompeu, na Revista do Instituto, em 1922, afirma que, em 1859, era ele já "o trabalhador incansável, noite e dia ocupado no seu ga-

binete de trabalho, arrumando números, verificando datas, recolhendo com método e paciência notas esparsas, organizando estatísticas, preparando, enfim, a argamassa do monumento que lhe perpetua a memória e que se não encontra no bronze ou mármore da praça pública, mas nas estantes das bibliotecas — os livros que escreveu.

Raro comparecia às palestras nas "rodas de calçada", hábito de feição cearense perfeitamente justificado naquela época, em que não havia clubes nem casas de diversão"...

Foi Tomás Pompeu de Sousa Brasil um homem fiel aos seus e ao Ceará, até o fim dos seus dias.

Di-lo o historiador Antônio Bezerra, em suas "Notas de Viagem", quando escreve com muito espírito de admiração e justiça:

"Todos lhe devemos reconhecimento, pois que, enquanto o animou o sopro da vida, foi sua incessante aspiração propugnar pelos interesses e prosperidade da terra natal. Na Câmara Temporal e no Senado sua palavra era continuadamente ouvida, exigindo um melhoramento, um benefício, uma verba que lhe desse azo a aproveitar os recursos da riqueza natural da sua Província, e, se nem sempre o conseguiu, por este meio tornou-a mais respeitada e conhecida também pela divulgação dos seus escritos. Nem a posição nem a fortuna o transviaram do dever que se impusera de a amar do imo d'alma, muito embora açoitada das calamidades da seca, pelo que lhe cabe a glória de ter satisfeito o pensamento de Camões, na estrofe estampada na primeira página do seu *Compêndio de Geografia*:

Eu desta glória só fico contente
Que a minha terra amei e a minha gente

Foi nisto sincero até o fim da vida".

O SENADOR CATUNDA

O Senador Joaquim de Oliveira Catunda, um Pinto de Mesquita que se fez liberal e depois republicano, era homem de poderosa inteligência, cheio de erudição e muito elegante na sua maneira de trajar.

Era famosa a lapela da sua casaca: ali estava sempre uma bela e fresca rosa, colhida e posta pelo Senador.

No Rio, os amigos mais chegados do Senador Catunda, com os quais, aos sábados, se encontrava no Silogeu Brasileiro ou na Confeitaria Colombo, para os *bate-papos* do espírito, eram Barbosa de Freitas, Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Francisco Sá, Lauro Müller e Antônio Azeredo, os três últimos também seus colegas do Senado.

O Senador Antônio Azeredo, ao vê-lo morto no Senado, onde Catunda foi velado, aproximou-se do caixão e não encontrou a rosa habitual que ele gostava de ostentar em vida. Azeredo apanhou uma dália de uma das coroas mortuárias e pô-la gentilmente na lapela do colega cearense.

Rui Barbosa tinha Catunda em alta estima. Ele foi secretário do Senado durante a presidência do eminente baiano e a Casa tributou-lhe singular homenagem: decretou luto oficial de quatro dias na ocasião da sua morte.

Era homem de muito talento, poliglota e autodidata, imaginoso e aristocrata.

Foi professor primário no Ipu, no início da vida pública, quando então escreveu a famosa biografia do último vigário colado da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, o padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, político sertanejo dos mais astuciosos e petulantes em seu tempo.

Joaquim Catunda foi ainda o primeiro historiador que procurou dar feição científica à interpretação e crítica da história do Ceará através do seu livro "Estudos de História do Ceará" (duas edições esgotadas).

Cioso das tradições familiares, contam que, quando chegava em Santa Quitéria, onde passava as suas férias parlamentares, ia à Igreja, mas nunca entrava pelo corredor lateral, onde estavam sepultados os velhos ancestrais dos Pinto de Mesquita, para não pisar o chão, para ele sagrado, sob o qual jaziam, segundo afirmava sempre.

O Barão de Studart fornece, em seu "Dicionário Biobibliográfico", alguns dados biográficos do Senador.

Catunda nasceu na então povoação, hoje cidade, de Santa Quitéria, no Ceará, em 2 de dezembro de 1834, filho do Capitão Antônio Pompeu de Sousa Catunda.

Estudou preparatórios no Liceu do Ceará, tendo, nesse intuito, ido, em 1849, para a casa do seu tio e padrinho, o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

Por sentir vocação para a vida militar, sentou praça em 1853, seguindo, nesse ano, para o Rio de Janeiro, onde serviu no Primeiro Batalhão de Artilharia a pé do Exército.

Matriculou-se na Escola Militar em 1857, e, tendo aí concluído o curso de agrimensura, teve baixa em 1860, quando seguiu para Alagoas, em comissão do Governo Imperial, para demarcar as terras devolutas do Urucu.

Pretendendo, depois, um emprego público, foi nomeado segundo escriturário da Alfândega da Corte, por concurso, em 1862, e primeiro escriturário da Alfândega do Ceará, em 1864.

No ano seguinte, foi nomeado Oficial-Maior da Secretaria do Governo e, em 1879, Secretário do Tribunal da Relação.

Por concurso, foi professor de Filosofia do Liceu do Ceará e de alemão da Escola Militar do Ceará.

Deputado provincial nos biênios de 1866-67, 78-80 e 80-81, fez parte ainda do Conselho de Instrução Pública da Província.

Antes da queda da Monarquia e depois da morte do seu tio, o Senador Pompeu, aderiu às idéias republicanas, fundando com outros companheiros o Centro Republicano do Ceará, do qual era presidente na data da proclamação da República, 15 de novembro de 1889.

Eleito Senador Federal em 1890, faleceu no exercício de suas funções legislativas, pois fora sempre sucessivamente reeleito, no dia 28 de julho de 1907, vitimado por uma gripe intestinal.

Tinha então setenta e três anos de idade.

E foi sepultado com a dália que Antônio Azeredo lhe pôs na lapela, durante o velório no Senado.

Senador Joaquim de Oliveira Catunda

*
* *

Como historiador — Joaquim Catunda é autor dos "Estudos de História do Ceará", reeditados em 1919 — revela-se o Senador, antes de mais nada, um pioneiro, vivo e audacioso muralista, no esboçar, com tintas fortes, alguns dos melhores recortes da atribulada crônica do Ceará antigo, isto a despeito dos seus excessos científicos, muito ilustrado que era, como os intelectuais do século XIX, nas coisas e críticas do pensamento alemão.

Anticatólico, responsabiliza, na introdução desses estudos, o dogmatismo cristão pela quebra de continuidade no conhecimento da evolução humana.

Através dos séculos, o dogma, diz ele, serviu apenas para afadigar o espírito humano "no acanhado âmbito das concepções semíticas, cerradas pela Igreja e pelas fogueiras do Santo Ofício as avenidas que conduzem ao conhecimento científico das coisas".

O homem fora assim reduzido pelo catolicismo a "uma peça da plástica divina, formado de um pouco de barro da Ásia Menor".

A salvação, para o velho germanista sertanejo, estava, pois, no rompimento do ser humano com a quietude dogmática e num novo mergulho do homem em todos os setores da ciência que possam explicá-lo, desde o seu aparecimento na face do planeta até as causas que o levaram a formular idéias e construir cidades e monumentos.

Ele representa o clássico cientificismo do século passado, o que, entretanto, não anula certa originalidade de Joaquim Catunda ao abordar coisas, fatos e homens da sua terra natal.

Amando o seu chão como poucos, o Senador nutria profunda desconfiança, um acentuado ceticismo a respeito das possibilidades produtivas desse mesmo chão no plano de desenvolvimento econômico.

A paisagem cearense só se notabiliza por duas coisas: o céu e o mar. Tudo mais era raquítico e anulado para o progresso: os rios, as montanhas, os animais, as árvores, a fecharem sempre o horizonte ao viajante que visitava "essas paisagens rochosas e desoladas", acentuava ele, ao escrever:

"Tudo no Ceará acusa uma natureza uniforme nos seus aspectos e extenuada nos seus processos" e em todas as suas coisas ficou impresso o selo da pequenez, "como uma nota

que desafinou na escala harmônica das criações sul-americanas".

Não tinha também muitas ilusões acerca do homem cearense, rebento do português predatório e dos tupinambás afeitos ao roubo, preguiçosos e salteadores, vagabundos e guerreiros, que "cultivavam com tal excesso o vício torpe da pederastia que se pode considerar como uma das causas do pouco desenvolvimento da população" (referia-se à população do tempo do povoamento).

Nem mesmo as lições dos padres missionários e as bulas pontificiais conseguiram modificar o selvagem erradio que medrara em solo do Ceará. Os índios cearenses não tinham moral nem senso de propriedade. Eram bebedores inveterados, comedores de piolhos e barro, exibicionistas sinistros, faladores em excesso.

"Retóricos sobretudo" — prossegue Catunda, comentando a seguir: "Se a raça fosse capaz de governo regular, teriam (eles, os índios) chegado ao regime parlamentar, não por amor da loquacidade vã que tanto apaixona as raças inferiores, e aos espíritos vulgares nas raças superiores".

Afigura-se certo, ao observador mais atento, que os pessoais desgostos políticos do Senador, republicano e militante do Partido Liberal durante a Monarquia, mesclavam-se às observações que ele fazia do homem e do meio, injustas muitas vezes, mas aqui e ali revestidas de leves tons de admiração e afeto à sua gente, ao seu povo, à miserável comunidade que o cercou em vida e a quem ele exprobava como um velho pai bondoso a filhos desabridos, ignorantes e inconseqüentes.

Sempre a maltratar os índios, fala o Senador com simpatia e admiração dos jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, os dois grandes missionários da Ibiapaba, o primeiro dos quais assassinado pelos selvagens da região.

Ao descrever a viagem de conquista e povoamento de Pero Coelho ao Ceará, surpreende-se em Catunda um sentimento de rara e trágica beleza em face desse infeliz capitão-mor, que viu morrer os filhos pelos areais ardentes, esses areais que "absorveram as primeiras lágrimas vertidas sob o flagelo que o condena a recomeçar sempre".

Logrando voltar ao Rio Grande do Norte, depois de tão fundas provações no Ceará, morre Pero Coelho três meses depois.

Era então um fantasma, a face sulcada pela dor, a fronte prateada de amargos transes "e a fome — acrescenta o

Senador —, esse mal cearense, parecia que aos ossos lhe ressecara a pela e aos olhos, a sumirem-se nas órbitas, amortecera a luz": a terra que o aventureiro corajoso desejara conquistar lhe fora cruel e implacável, como continuaria sendo para os que depois vieram em definitivo habitá-la.

Não faltaram a Joaquim Catunda desembaraço e firmeza para criticar as origens do seu povo cearense. Tais origens se revestiriam de péssimos antecedentes e predicados.

"Foi a indústria pastoril — registrou em seus "Estudos de História do Ceará" — que povoou os sertões do Ceará. Crioulos portugueses das possessões africanas e das capitanias vizinhas se estabeleceram à margem do Pajeú, do Pacoti e pequenos vales do Jaguaribe, do Acaraú e de outros rios. Nobilitou a coroa de Portugal o casamento de seus súditos com mulheres indianas, e a mestiçagem cresceu com rapidez prodigiosa. A mulher cearense é de fecundidade pouco comum".

Dirá ele mais adiante, da terra, que ela "foi também o refúgio de malfeitores, ladrões e vadios das capitanias vizinhas, onde já os inquietava a polícia. Essa estranha população vivia nos bosques, caçando e furtando gados..."

Ao comentar depois a tentativa de organização política e judiciária do Ceará, não perde Catunda a oportunidade de, maliciosamente, recordar que os primeiros senadores eleitos "representavam o adiamento intelectual da Capitania — somente um sabia ler e escrever", mas, apesar disso, "não consta de documentos nem diz a tradição que nos tempos coloniais houvesse falsificação de ata eleitoral ou compra de votos"...

Inquietava-se o velho historiador e crítico com o elemento espiritual a frutificar destas duas matrizes: a terra e a gente do Ceará.

Sua maneira implacável, por vezes agressiva, de dizer as coisas, a uma leitura mais fria e consciente dos seus "Estudos", está em desacordo com a intimidade do seu pensamento.

Aqui e ali repontam o crédito de confiança e a discreta porém firme esperança nos poderes desse povo resistente, que teima em domar essa natureza hostil e construir dentro dessa paisagem marcada pelo "selo do pequeno".

Joaquim Catunda foi uma tentativa pioneira de interpretação do Ceará e nisso reside a virtude maior do respeitável comentador de Santa Quitéria.

Mas, como sua própria terra e gente, também ele necessita de compreensão. Também ele exige um intérprete, um

esmiuçador das suas teses e idéias. E, ainda, da sua formação, da sua experiência e do seu caráter.

Ele foi profundamente "um cearense", pelo poder de absorção de valores da "universalidade", suas contraditórias reações ante o próprio meio, sua fabulosa inteligência, simultaneamente obscura e solar, tangida de razão e misticismo, mas, sobretudo, tocada desse leve fluido de ceticismo — que está em toda a sua raça, como uma indispensável couraça contra os tormentos do meio físico e através da qual se aprende que é sempre melhor rir do que chorar...

OS CORONÉIS DE SANTA QUITÉRIA

A pequena Santa Quitéria é a cidade dos Pinto de Mesquita, no alto sertão norte do Ceará.

Quem a viu, uma noite, adormecida à luz mortiça dos seus postes ou sob um claro luar, não a esquecerá mais.

Cheia de graça e leveza, dorme, cada noite, ao longo do tabuleiro, a cidadezinha fundada pelo grande clã sertanejo.

Construíram-na ali os Pinto de Mesquita, desejosos de fixar naquele ardente trecho cearense, ao curso dos tempos, a sede da família, assegurando-lhe a perpetuação do nome, que ainda hoje se repete intensamente no seio da sociedade local, toda ela constituída de descendentes do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita, o velho Abraão do Jacurutu.

Fundou-a um dos seus filhos, o Capitão João de Mesquita Pinto, nas terras da antiga Fazenda Cascavel, que herdara do pai.

Erigiu, de começo, como era costume no tempo, pequena capela, que depois ampliou com o auxílio do seu irmão, o Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita, e do genro deste, o Coronel Vicente Alves da Fonseca.

E desde então, desde aquele recuado tempo, Santa Quitéria foi sempre dominada e governada pelos Pinto de Mesquita, que nela subsistem, que nela se reproduzem, na cidade, nas fazendas, nos povoados do município, ora com sobrenomes diferentes, como Catunda, Pompeu e Magalhães, ora, e com maior freqüência, com o velho sobrenome originário do Minho.

Nessa pequena cidade, desconhecida do resto do País, em quase todos os lares há realmente um Pinto de Mesquita: quando não o é o chefe de família, a esposa, ou inversamente, pertence ao velho grupo familial.

E, na maioria dos casos, não fazem exceção os casais — são todos da mesma origem peninsular do fundador do clã,

Coronel João Antônio de Mesquita Magalhães — Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Santa Quitéria

cuja prole se vai reproduzindo endogamicamente, no contínuo prolongamento do traço consangüíneo.

Vão assim realizando, através do processo agregativo e ininterrupto da comunidade parental, o sonho dos fundadores da cidade, que a desejavam destinada a perpetuar-lhes o nome e a tradição.

*
* *

Santa Quitéria sempre foi, como dissemos, um domínio, um feudo dos Pinto de Mesquita. Estes, numerosos e influentes embora, mantiveram-se, pelo tempo fora, ordeiros e pacíficos. A cidadezinha, familiar e endogâmica, não registra, na sua história, façanhas e dramas sangrentos, tão comuns noutras cidades e municípios sertanejos, de crônica avermelhada e bulhenta.

O clã, muito cedo, guiado pelo sentimento de pundonor e responsabilidade de seus chefes, adquiriu hábitos de sociabilidade e convivência perfeitas, firmando uma linha de conduta baseada na ordem e no trabalho.

Curioso: essa linha de comportamento social, característica da região, da qual Sobral é a expressão mais legítima, é motivo de pilhéria para o resto do Ceará. Quem vai aos *Estados Unidos de Sobral* — dizem — tem de tirar passaporte e comprar dólares...

Uma única vez tiveram os Pinto de Mesquita de apelar para as armas.

Fizeram-no, assim mesmo, em atitude de defesa, quando a então povoação de Santa Quitéria foi assaltada, em abril de 1825, por um grupo de facínoras, chefiado por Benedito Martins Chaves, da célebre família do Coronel Manoel Martins Chaves, preso pelo Governador João Carlos de Oyenhausen e Gravenburg, na época colonial, e aparentado dos Feitosas dos Inhamuns.

Visavam os salteadores, que, antes, já haviam investido contra Vila Nova D'El Rey (hoje Guaraciaba) e ameaçado a Vila de Sobral, a saquear as casas de residência e propriedade do rico Capitão-Mor Antônio Pinto de Mesquita e do seu genro, o Coronel Vicente Alves da Fonseca, mas estes, prevenidos em tempo, os repeliram, fazendo-os recuar numa noitada de nutrido e impetuoso tiroteio, no qual foram mortos dois do grupo assaltante, saindo outros feridos.

O então Governador da Província do Ceará, José Félix de Azevedo e Sá, tomando conhecimento da grave ocorrência,

oficiou, em 27 de abril de 1825, ao Chefe de Polícia, em termos peremptórios:

"Tendo chegado ao meu conhecimento o insulto feito na povoação de Santa Quitéria às autoridades da mesma povoação por Benedito Martins Chaves e outros de seu grupo, a ponto de atacar com armas e fazer fogo contra as pessoas e residências do Capitão-Mor do distrito, Antônio Pinto de Mesquita, e do Comandante do mesmo distrito, Coronel Vicente Alves da Fonseca, que estavam acompanhados de alguns cidadãos pacíficos que se tinham armado para se defenderem do premeditado insulto de Benedito, não havendo morte alguma, felizmente, da parte dos pacíficos cidadãos, e sendo antes mortos dois e feridos outros, dos agressores, e cumprindo-me como primeiro dever guardar a ordem e tranqüilidade dos povos desta Província, pô-los ao abrigo de malvados e assassinos de que tanto se acha infestada esta Província, já pela desmoralização em que os pôs os governos rebeldes, já pelo desleixo de alguns Comandantes, ordeno a V. Sª que preste todo auxílio ao sobredito Capitão-Mor e Comandante para a capturação dos bandidos Benedito e seus companheiros, e lhe recomendo haja de empregar toda a diligência possível para prendê-los e remetê-los com toda segurança para as cadeias desta capital, podendo fazer-lhes fogo no caso de que façam a menor resistência, pois a sociedade, bem longe de perder com a aniquilação destes e outros semelhantes, lucra consideravelmente com a restituição da sua tranqüilidade, tão atroz e injustamente roubada. Confio de V. Sª o bom êxito desta diligência, devendo logo entregá-los à justiça para os sumariar, e comunicando ao respectivo juiz que exige o bem público a maior prontidão e previdência nos seus sumários, os quais, apenas prontos, devem acompanhar os réus para esta capital." (Documento da coleção Hugo Catunda.)

Passado esse acidente da sua história, retomou Santa Quitéria a sua marcha para o progresso, lento sem dúvida, como o de todas as velhas cidades sertanejas, mas impulsionado, sempre, pelo trabalho pacífico e a solidariedade parental dos seus habitantes.

Em 1883 já a paisagem urbanística da então vila impressionava o erudito escritor Antônio Bezerra, que, passando por ali, naquele ano, em viagem científica pelo interior da Província, registrava nas páginas do seu livro "Notas de Viagem ao Norte do Ceará":

"Assentada sobre a margem ocidental do rio Jacurutu,

numa planície em forma de ângulo que descreve o rio deste lado, conta a Vila de Santa Quitéria umas cento e vinte casas, distribuídas na longa praça em cujo centro se acha a igreja matriz, em três ruas, das quais a melhor e mais bem edificada corre à esquerda do templo, em rumo de Sul e Norte, e ainda em outras, com largos intervalos, em sentido contrário, atravessando estas. Um edifício elegante que se vê ao lado oriental da praça, destinado a servir para a Câmara Municipal e Intendência, está abandonado, à falta de um pequeno auxílio dos cofres provinciais. É pena; não há outro melhor em outra parte. Está traçado com todas as regras da arte. (*) O mercado, no extremo sul da rua mais extensa, não está ainda concluído, mas no que se há feito apresenta quartos de frente elevados, que prometem, na conclusão, um excelente edifício. Perto daqui, levantam-se novas casas, pelo que noto que a vila se estende para este lado. É a primeira localidade que se lembrou de construir, depois da seca de 1877. A vila apresenta perspectiva alegre e, como sertão, o seu território é um dos mais produtivos da Província".

Faltou ao ilustre historiador e cientista cearense assinalar o fator que preponderava no progresso renascente da vila plantada num dos mais ricos sertões do criatório.

Refeitos dos revezes da seca, os habitantes de Santa Quitéria retomavam o seu destino inelutável: a criação de gados. E daí lhes vinham os recursos abundantes com os quais se adiantavam na rota do progresso. A pecuária foi e será sempre, por um imperativo ecológico, a principal atividade econômica e lucrativa nos largos sertões abertos em tabuleiros e recobertos de ricas pastagens, onde, desde a época do povoamento, o colono aclimatou o gado, fundou currais e ajuntou riquezas.

*
* *

Algumas coisas do passado já não existem em Santa Quitéria. Deixaram, porém, forte memória naquela terra.

Os animados bailes do sobrado da Intendência, encerrando, com as suas valsas, chotes e quadrilhas, a tradicional festa de junho, a mais importante e ruidosa que se celebrava na cidade e que atraía famílias da melhor sociedade de Sobral e de outras cidades vizinhas.

(*) — A construção do prédio foi concluída em 1888.

A banda de música do maestro José Ribeiro, com muitas figuras vistosamente fardadas, considerada a melhor da região.

Os leilões à porta do vigário, com os lances elevados do Coronel Ginoca.

O colégio do Padre Tabosa (anos 1900-1904), o primeiro estabelecimento de ensino secundário que se instalou ao norte do Estado, de tanta significação para o tempo e o meio e que, numa pequena vila sertaneja, manteve sessenta e três alunos internos, vindos de Sobral, Ipu, Crateús, Ipueiras, Itapipoca, Tamboril e outras localidades.

Mas, de tudo o que passou, o que mais se recorda e venera em Santa Quitéria são as figuras austeras dos seus coronéis, uma legião de oficiais da Guarda Nacional que ali acampou para comandar não soldados, mas vaqueiros.

O pequeno burgo dos Pinto de Mesquita era, na verdade, o Quartel-General da velha e desaparecida Guarda Nacional no Ceará.

Certo, esses coronéis não comandavam corpos de tropas e aguerridos batalhões.

A patente, ornada com a chancela oficial, dava-lhes, além de honrarias e privilégios, o timbre da distinção social, e isto era tudo — porque se não tinham comando militar, validamente o exerciam através da ascendência sobre a parentela numerosa, os vaqueiros e agregados, e chefiando as massas eleitorais que faziam marchar para as batalhas das urnas, tão acesas e atritantes como os entreveros de campo.

Irrepreensíveis no comportamento social, os coronéis de Santa Quitéria cultivavam hábitos de urbanidade e lhaneza, e a hospitalidade para eles, patriarcas antigos, era um título de honra.

Por isso, tão logo chegasse à localidade, mesmo em trânsito, qualquer pessoa de consideração social era distinguida com a sua visita e os oferecimentos de seus préstimos, numa correta demonstração de acolhedora cordialidade.

O escritor Antônio Bezerra, já citado, registra, na recepção que logo ao chegar teve em Santa Quitéria, este traço de distinção e obsequiosidade dos mais distintos homens da terra.

Nos dias e nas festas de gala e nas procissões religiosas, os coronéis quiterenses vestiam o seu solene "croisé" de lapelas de seda e alguns deles ostentavam a sua farda de oficial da Guarda Nacional, enfeitada de dragonas e alamares.

O convívio com a sociedade de Sobral e Fortaleza, com a qual mantinham constante intercâmbio, através de negócios comerciais ou de assuntos políticos, deu-lhes a boa conversação e o refinamento nas maneiras de trato.

O Capitão Ludovico Pinto de Mesquita, da Casa do Bom Jardim, dono de muitos latifúndios e muito gado, o seu filho, Coronel João Antônio de Mesquita Magalhães, chefe do Partido Liberal, senhor do rico solar do Pirajá, de cujos faustos ainda tanto se fala, e depois deles os Coronéis Manuel Alves da Fonseca Lobo, André Jácome, Tomás Catunda, Magalhães Ginoca, Manuel Rufino Magalhães, o Major Euclides Lobo, os Capitães João Domingos de Mesquita, João Pedro de Magalhães e Antônio Lopes Benevides, este com seu "pince-nez" de aros de ouro e sempre metido no seu linho branco, rigidamente engomado e irrepreensivelmente limpo, contemporâneos todos, formavam o vasto elenco de oficiais da Guarda Nacional de Santa Quitéria, um dos maiores do sertão.

Somente eles constituiam uma brigada que substituía os imaginários batalhões do seu honorífico comando militar.

Mas o seu comando efetivo era o dos negócios políticos da terra, e o exerciam suavemente, sem fortes atritos, sem lutas acirradas que dividissem o clã no torvelinho das intrigas e das retaliações irreparáveis.

Por isso mesmo o seu jugo era ameno e paternal, marcando a presença de uma liderança autêntica e respeitada.

*
* *

Santa Quitéria, a velha cidade dos Pinto de Mesquita, é hoje uma das mais progressistas do sertão do norte do Ceará, com ginásio, escola normal, maternidade, posto de saúde, serviço de abastecimento de água, usina de extração de óleos vegetais, centros diversionais e vias de transportes.

Só o que não mudou foi o domínio que ali exercem os Pinto de Mesquita.

Nenhum alienígena será capaz de arrebatar-lhes o comando.

O partido do governo e o da oposição constituem grupos organizados e dirigidos pelos homens do clã.

De cima ou de baixo, continuam os Pinto de Mesquita mandando e orientando.

Nem foi para outra coisa que um filho do patriarca do Jacurutu Velho fundou aquela cidadezinha sertaneja.

Ela teria de guardar, pelo tempo fora, no prolongamento da linha ancestral, o nome, a tradição e o comando do velho clã pastoril.

Fortaleza, Ceará
Petrópolis — Vale das Araras
março a julho de 1967

APÊNDICE

Ano de 1755

Patente do Sargento-Mor JOÃO PINTO DE MESQUITA

DOM JOSÊ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e de além mar, em África Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia.

FAÇO saber aos que esta Minha Carta Patente de confirmação virem que tendo respeito a JOÃO PINTO DE MESQUITA se achar provido por Luís Quaresma Dourado, Capitão-Mor do Ceará Grande, no posto de Sargento-Mor de Cavalaria do Distrito de Acaraú, do Regimento de que é Coronel Francisco Ferreira da Ponte e Silva, que vagou por passagem que fez Luciano Martins Veras a posto imediato do mesmo Regimento, e atendendo ao dito João Pinto de Mesquita ser pessoa com merecimento, tratamento e haveres e haver-me servido no mesmo Regimento no posto de capitão, com honra e procedimento, sendo benquisto de todos os moradores do dito distrito, e proposto pelo Senado da Câmara, e esperar dele que em tudo o que for encarregado do meu serviço se haverá com pronta satisfação e zelo, HEI POR BEM fazer-lhe mercê de o confirmar, como por esta confirmo, no dito posto de Sargento-Mor da Cavalaria do Distrito de Acaraú do Regimento de que é Coronel Francisco Ferreira da Ponte e Silva, o qual posto servirá enquanto eu o houver por bem e não mandar o contrário, e com ele não haverá soldo algum, mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe pertencerem.

Pelo que mando ao Capitão-Mor do Ceará Grande conheça ao dito João Pinto de Mesquita por Sargento-Mor do dito distrito, e como tal o honre, estime e o deixe servir e exercitar debaixo da mesma posse e juramento que se lhe deu quando nele entrou, e aos oficiais soldados seus subordinados ordeno também que em tudo lhe obedeçam, cumpram e guardem suas ordens por escrito e de palavra, como devem e são obrigados. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por duas vias por mim assinadas e seladas com selo grande das minhas armas.

Dada na cidade de Lisboa aos dois dias do mês de outubro, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinqüenta e cinco.

a) EL REI
a) Marquês de Penalva

(Cópia do original existente na coleção Hugo Catunda, Registrada no Livro de Registro de Patentes e Provisões, página 185 v. dos anos de 1756 a 1765, do Arquivo Público do Ceará. Ortografia atualizada para esta publicação).

Ano de 1765

Patente do Sargento-Mor JOÃO PINTO DE MESQUITA no posto de Comandante-Geral da Freguesia de Caiçara (Sobral) *da Ribeira do Acaraú*

O Tenente-Coronel de Infantaria Paga do Regimento da Praça do Recife de Pernambuco, a cujo cargo se acha o Governo da Capitania do Ceará Grande, por El-Rei Nosso Senhor.

Porquanto se faz preciso ao serviço de S. MAJESTADE que em cada uma das Freguesias desta Capitania haja um Comandante-Geral a cujo cargo estejam não só o bom governo e quietação dos moradores dela, mas também a pronta execução das Ordens Reais de que foi servido encarregar-me o Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde-Copeiro-Mor, Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, em observância do que tenho do mesmo senhor.

NOMEIO por Comandante-Geral da Freguesia da Caiçara, Ribeira do Acaraú, a JOÃO PINTO DE MESQUITA, por

me constar por informações fidedignas que na sua pessoa concorrem os requisitos necessários para bem exercer dito emprego, no qual será obrigado a dar exato cumprimento às ordens e instruções que com esta lhe serão entregues. Pelo que ordeno a todos os oficiais, soldados e moradores da sobredita Freguesia da Caiçara, Ribeira do Acaraú, que o reconheçam por Comandante-Geral dela, e, como tal, o obedeçam em tudo quanto for do Real Serviço, cumpram e guardem as suas ordens por escrito e por palavra, como devem e são obrigados, e esta se registrará na Secretaria deste Governo e Câmara do distrito.

Vila de Nossa Senhora da Assunção de São José de Ribamar da Fortaleza, aos dezessete de maio de mil setecentos e sessenta e cinco. E eu, Félix Manuel de Matos, Secretário deste Governo, a fiz escrever.

a) ANTÔNIO JOSÉ VITORIANO BORGES DA FONSECA
Ten.-Cel. Governador da Capitania do Ceará Grande
a) O Secretário Félix Manuel de Matos

(Cópia do original existente na coleção Hugo Catunda, Registrada no Livro de Registro de Patentes e Provisões, página 95, dos anos de 1757 a 1765, do Arquivo Público do Ceará. Ortografia atualizada para esta publicação).

Ano de 1864

CARTA IMPERIAL nomeando o Padre Doutor Tomás Pompeu de Sousa Brasil Senador do Império.

Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, vos envio muito saudar.

Atendendo ao distinto merecimento, letras e mais requisitos que concorrem na vossa pessoa e Usando da autoridade que Me compete: Hei por bem nomear-vos Senador do Império.

E com este emprego havereis o subsídio estabelecido e gozareis de todas as honras, prerrogativas, autoridade, isenções e franquezas que, como tal, vos pertencem.

Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, em nove de janeiro de mil oitocentos e sessenta e quatro, quadragésimo terceiro ano da Independência e do Império.

a) IMPERADOR
a) Marquês de Olinda

(Cópia do original existente na coleção Hugo Catunda, Registrada a fls. 33 do Registro de Diplomas do Senado do Império, ano de 1864).

NOTAS DE UM CADERNO DE LEMBRANÇAS DO SENADOR TOMÁS POMPEU DE SOUSA BRASIL, INICIADAS QUANDO AINDA ESTUDANTE DO SEMINÁRIO DE OLINDA

"Saí de minha casa [1] para Pernambuco no dia 15 de julho de 1836, de Sobral no dia 23, do Ceará (Fortaleza) no dia 10 de agosto, cheguei no Recife no dia 27 de setembro, entrei no Seminário no dia 10 de outubro. Passei no Seminário a ser sustentado à custa da Loteria, de 1º de fevereiro de 1838 em diante, até 15 de março de 1839, dia em que saí dali para morar em casa de Gonçalo Batista Vieira [2] por me ter matriculado na Academia de Direito, a instâncias deste amigo e de outros. Saí do Recife para o Ceará, a passar as férias, e cheguei em minha casa no dia 27 de novembro de 1840, cheguei no Ceará no dia 1º de dezembro, em Sobral, no dia 11 do mesmo mês, e em minha casa no dia 19. Saí de minha casa para Pernambuco no dia 10 de fevereiro de 1841, de Sobral, no dia 20 do mesmo mês, do Ceará no dia 8 de abril e cheguei em Olinda no dia 14 de abril. Saí de Pernambuco a 23 de novembro de 1843, cheguei em Santa Quitéria, muito doente de sezões, já ordenado sacerdote, a 12 de dezembro. Fui ao Ipu, a 10 de janeiro de 1844, andei por São Gonçalo, [3] e voltei a Santa Quitéria a 8 de fevereiro. Fui para Sobral em princípio de março, onde fui convidado para defender uma causa civil no Ipu, para ali fui em princípio de abril. Saí para Santa Quitéria em junho, e dali para o Ceará, em julho, voltei do Ceará em fim desse mês, fui para Sobral em 2 de janeiro de 1845, e dali para o Ceará, passando por Santa Quitéria em 8 de janeiro. Cheguei ao Ceará a

1) Na atual cidade de Santa Quitéria (Ceará).
2) Depois, Barão de Aquirás. Foi colega de Pompeu, no curso de Direito. Mais tarle, chefe dos conservadores (miúdos) do Ceará.
3) Matriz de S. Gonçalo da Serra dos Cocos.

18 do mesmo mês, com intenções de embarcar para Pernambuco. Fiquei aqui provisoriamente até maio, quando aceitei o cargo de professor de Geografia e Diretor do Liceu".

"Nasci a 6 de junho de 1818, em Santa Quitéria da Comarca de Sobral, Província do Ceará, filho legítimo do Capitão Tomás de Aquino Sousa e Geracina Isabel de Sousa, fui batizado a 26 de julho do mesmo ano, pelo Rev. Urbano Pessoa Montenegro, foram meus padrinhos Joaquim José de Almeida e D. Luísa Gomes. Fui crismado no dia 27 de novembro de 1835, pelo Visitador Diocesano, vigário do Crato, Padre Carlos, foi meu padrinho o Coronel Francisco Joaquim de Sousa Campelo, em Sobral.

Tive notícia da morte de meu pai, no dia 24 de dezembro de 1839; a mais pungente dor assoberbou o meu coração e eu fiquei como estúpido! Nunca a dor foi mais, nunca o sofrimento foi maior! A notícia me foi dada inopinadamente em Olinda, pelo meu colega de estudos Braga Júnior, que às três horas da tarde entrou-me pelo sobrado acima, trazendo-me a notícia fatal e uma carta de meu tio. [4] Muitos dias antes, meus sonhos eram perturbados e se me anunciavam a morte da pessoa que me era mais cara no mundo. Morreu em Vila Nova, [5] longe de sua casa, de sua família, longe de mim, de seu filho mais caro. É verdade, um filho [6] fechou-lhe as pálpebras, mas qual não seria a nossa consolação se ele morresse no seio da sua família e na sua casa! O dia 23 de novembro, em que faleceu, foi o dia fatal em que o céu roubou-nos o que tínhamos de mais querido no mundo, mas resignemo-nos porque quem o chamou foi quem lhe deu o ser, e Ele não destrói só pelo prazer de destruir. A religião nos eleva a destinos mais nobres e mais sublimes, e esta idéia basta para levar a consolação a uma alma cristã!

Casou minha mana Maria, [7] no dia 5 de julho de 1838, com o meu primo João Antônio de Mesquita Magalhães. Soube disto em Olinda, no dia 6 de setembro do mesmo ano. Casou-se, no dia 19 de julho de 1838, o meu mano [8] com a irmã do meu dito primo e cunhado, dona Inocência Pinto de Mes-

4) Gregório Francisco Torres de Vasconcelos, advogado em Sobral, tio materno de Pompeu.
5) Vila Nova d'El Rei, hoje Guaraciaba.
6) Antônio Pompeu de Sousa Catunda, único irmão varão do Senador Pompeu.
7) D. Maria Joaquina de Sousa Magalhães.
8) Antônio Pompeu de Sousa Catunda.

quita, filha legítima do meu tio Capitão Ludovico Pinto de Mesquita, e soube em 6 de setembro do mesmo ano.

Ordenou-me de Diácono, no dia 19 de março de 1840, no Palácio da Soledade, o Exmo. Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, de Presbítero, pelo mesmo, no dia 18 de setembro de 1841. Cantei missa nova no dia 12 de dezembro de 1841. A primeira espórtula que recebi pelas minhas ordens foram 80$000 pelas Missas de Natal de 1841, em Olinda.

Tomei o grau de bacharel, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, a 24 de outubro de 1843, foi presidente do ato o Dr. Paula Batista.

A 23 de fevereiro de 1834, iniciei-me nos estudos de gramática latina, em Sobral, com o Professor, meu tio, Gregório Francisco de Torres Vasconcelos, tendo 16 anos de idade, e saí no fim do ano de 1835. No dia 25 de novembro de 1836, fiz exame de latim na Academia Jurídica de Olinda, com os professores Florentino de Almeida Catanho e Antônio Francisco Buarque, e fui aprovado plenamente. Presidiu o ato, como vice-diretor, o Rev. Miguel do Sacramento Lopes Gama. Fiz exame de Filosofia no dia 16 de março de 1837, sendo examinadores os doutores Antônio Herculano de Sousa Bandeira, professor da Academia, e com quem tinha estudado particularmente, e o Rev. João Felipe Dias, lente substituto, sendo presidente do ato o Dr. João Capistrano Bandeira de Melo, professor catedrático da 1ª Cadeira do 2º ano do curso jurídico, e fui plenamente aprovado.

Fiz exame de aritmética e geometria plana no dia 3 de novembro de 1837, sendo examinadores o Tenente João Pedro da Silva e o Dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, presidindo o ato o vice-diretor Lopes Gama. Fui plenamente aprovado. Fiz exame de francês no dia 7 de novembro do dito ano, com o Dr. Lourenço Trigo de Loureiro, lente da cadeira no Colégio das Artes, e com o Dr. Miguel Francisco Vieira, sendo presidente do ato o mesmo acima dito. Fiz exame de inglês no dia 5 de dezembro de 1837, sendo examinadores o substituto Dr. Antônio de Sousa Gomes, do Colégio das Artes, e o Dr. Rêgo, substituto do Liceu, fui aprovado. Fiz exame de Geografia, Cronologia e História no dia 18 de fevereiro de 1838, sendo examinadores os Drs. Francisco de Paiva Júnior, substituto do Colégio das Artes, e Pedro Beltrão. Fui aprovado. Fiz exame de Retórica no dia 5 de março de 1838, sendo examinadores Paiva e João Beltrão, também substituto desta cadeira no Colégio das Artes. Fui igualmente aprovado plenamente. Fiz segundo exame de inglês no dia 15 de maio

de 1839, sendo aprovado plenamente. Matriculei-me em História Sagrada, no Seminário de Olinda, em fevereiro de 1838, sendo lente o Padre Mestre Nunes. Fiz exame a 29 de outubro do mesmo ano, sendo examinador o Padre Mestre Tomás, então substituto de Teologia, assistindo o Reitor do Seminário, Cônego Francisco Antônio Mendes Gurjão; fui plenamente aprovado. Fiz ato de Teologia Dogmática no dia 30 de outubro de 1839. Foram examinadores o lente Reverendo Dr. Joaquim Francisco de Farias e Padre Manuel Tomás. Assistiu, por parte do Reitor do Seminário, o Vice-Reitor Neves. Fui aprovado simplesmente, lançando-me o Padre Mestre Manuel Tomás um *R*, por despeito, do que, depois, me pediu perdão. Fui examinado e aprovado para ordens de Diácono, em Exame Sinodal, pelo Exmo. Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão e Rev. Dr. José Maria, no Palácio da Soledade, no dia 24 de fevereiro de 1840. Tomei ordens menores pelo Exmo. Sr. Bispo, no dito Palácio da Soledade, no dia 13 de março, e a 14, de Subdiácono e de Diácono a 19, com muitos outros seminaristas, entre os quais o meu muito amigo José Antunes de Oliveira. Fui, afinal, ordenado Presbítero, no dia 18 de setembro de 1841, no Palácio da Soledade, pelo Exmo. Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, juntamente com o depois vigário de Almofala, o Rev. Manoel Antônio de Lemos Braga. Assistiu-me de padrinho o meu colega, Padre Antônio Manuel da Trindade. Cantei a minha primeira Missa no dia 12 de dezembro de 1841, 3ª Dominga do Advento, na festa da Conceição, no Convento das Freiras, em Olinda. Foram meus padrinhos e assistentes na cerimônia os meus colegas e amigos Padres Mestres Dr. Faria, Trindade e Joaquim Torta. No dia 16 de novembro fiz concurso para a Cadeira de Substituto de Teologia do Seminário de Olinda, sendo presidente do ato o Rev. Dr. Joaquim Francisco de Faria e examinadores os Revs. Lentes Manuel Tomás de Oliveira e Manuel da Trindade. Assistiram o Reitor e o Vice-Reitor do Seminário. Fui aprovado com nota distinta. No dia 21 do mesmo mês, fui empossado na Cadeira pelo Padre Reitor. Matriculei-me no 1º ano do curso jurídico de Olinda, no dia 15 de março de 1839. Fiz ato do 1º ano, no dia 24 de novembro de 1839, sendo plenamente aprovado. Matriculei-me no 2º ano em 2 de março de 1840, com 24 companheiros, sendo meus lentes de Direito Constitucional o Dr. Nunes e de Direito Público Eclesiástico o Dr. José Bento de Figueiredo. Fiz ato no dia 13 de novembro e fui plenamente aprovado. Assistiu ao ato o Deputado Desembargador

Joaquim Nunes Machado. Matriculei-me no 3º ano no dia 18 de abril de 1841, sendo meus lentes de Direito Civil o Dr. Antônio José Coelho e Dr. Felipe Janssen de Castro. Fiz exame, digo, ato do 3º ano, no dia 30 de outubro, fui plenamente aprovado. Matriculei-me no 4º ano, a 2 de março de 1842, e tive por lente em Direito Comercial o Dr. Francisco Joaquim das Chagas, e em Direito Civil o Dr. Antônio José Coelho, fiz ato no dia 3 de novembro e fui aprovado plenamente. Matriculei-me no 5º ano, a 2 de março de 1843, e tive por lentes em Economia Política o Dr. Autran e em Prática do Processo o Dr. Trigo de Loureiro, fiz ato no fim do ano e fui aprovado plenamente. Presidiu o ato o Dr. Paula Batista e foram argüidores, na prova oral, os Drs. Pedro Antônio da Mota e Albuquerque e Trigo de Loureiro. Terminei, sempre com boas notas, o curso de Direito, e, em ato solene, no dia 24 de outubro de 1843, recebi o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Fui provido nas Cadeiras de Geografia e História e Diretor do Liceu do Ceará, em 18 de maio de 1842, com muito pouca vontade de minha parte, e só para anuir aos desejos de minha família, que não queria que eu continuasse fora do Ceará. Neste mesmo ano, a 3 de agosto, tendo sido eleito 1º suplente de Deputado-Geral, com a morte do Rev. Costa Barros, que ocupava a Cadeira, passei a ocupar o seu lugar no Parlamento, e fui depois eleito deputado provincial. Em 1º de setembro de 1846 nasceu o meu primeiro filho, que foi batizado pelo Vigário Justino, sendo padrinho o Dr. Lima; morreu a 6 de dezembro do mesmo ano. Em 11 de novembro de 1842, às 9 horas da noite, nasceram gêmeos dois filhos meus, um do sexo masculino, o outro do feminino, o primeiro foi batizado pelo Padre Antônio e faleceu a 14 de junho de 1850; a segunda foi batizada com o nome de Maria, na quarta-feira de cinzas, a 13 de fevereiro de 1850, pelo Padre Carlos. Meu pai faleceu no dia 23 de novembro de 1839, com 61 anos de idade. Minha mãe faleceu no dia 23 de setembro de 1850, com 74 anos de idade. Meu mano Antônio Pompeu de Sousa Catunda faleceu a 27 de abril de 1861.

Fui eleito Deputado-Geral, em 1847, e tomei assento na sessão de 1848, cuja legislatura foi interrompida pela dissolução da Câmara, em fins de 1849. Fui eleito Deputado-Geral pelo círculo de Baturité, em 1856, mas a Câmara dos Deputados anulou o meu diploma em 1857, para dar assento ao Dr. Jorge. (*) Fui eleito na lista tríplice para Senador, em 10 de fevereiro de 1863, em 2º lugar, em razão do que fui escolhido Senador do Império, por Carta Imperial de 8 de janeiro de 1864. Fui aposentado como lente de Geografia do Liceu em janeiro de 1865.

Minha filha Maria [10] nasceu a 11 de novembro de 1849, foi batizada pelo Vigário Carlos Augusto Peixoto de Alencar, foram seus padrinhos seus tios, meu cunhado Coronel João Antônio de Mesquita Magalhães e minha irmã Maria Joaquina de Sousa Magalhães, por procuração que apresentaram o Dr. Tristão de Alencar Araripe e D. Argentina, sua mulher, e foi batizada na Igreja do Rosário, nesta cidade. Nasceu o meu filho Antônio a 29 de maio de 1851, foi batizado a 24 de junho do mesmo ano, pelo Padre Antônio Pereira de Alencar, e foi padrinho o seu tio, meu irmão Antônio Pompeu de Sousa Catunda. Nasceu o meu filho Tomás a 30 de junho de 1852, e foi batizado em casa, em artigo de morte, pelo Padre Luís Vieira Delgado Perdigão, e tomou os santos óleos em casa, pelo Padre Guerra, no dia 2 de janeiro de 1854, já fora de perigo. O meu filho Hildebrando nasceu a 11 de dezembro de 1853, domingo, pelas 11 horas, foi batizado em casa, pelo Padre José Cândido de Guerra Passos, foram padrinhos o Dr. Vicente Alves de Paula Pessoa e a minha sobrinha Joana de Oliveira Catunda, filha do meu irmão Antônio Pompeu de Sousa Catunda, no dia 2 de janeiro de 1854".

O BATISTÉRIO DE POMPEU

Pág. 173 do Livro 19 dos batizados da Freguesia de Sobral, à qual pertencia Santa Quitéria, em 1818:

— "Tomás, idade de um ano, filho legítimo de Tomás Aquino de Sousa e de Geracina Isabel Pinto, moradores nesta

---

(*) — Manifesto engano. Eleito pelo 4.º distrito, Tomás Pompeu de Sousa Brasil não tomou assento na 10.ª legislatura (1857-1860) porque teve o seu diploma anulado. Em seu lugar foi reconhecido o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe. O Dr. Miguel Fernandes Vieira lamentou-se, pouco tempo depois, do que fizera a Tomás Pompeu, porque o futuro Visconde de Jaguaribe rebelou-se contra sua chefia, abrindo cisão nas hostes conservadoras cearenses.

10) D. Maria Teresa de Sousa Accioly, esposa do Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly. (Copiado do original existente no arquivo do autor deste livro).

Freguesia, foi batizado a 26 de julho de 1818, de minha licença, pelo Revmo. Padre Urbano Pessoa de Albuquerque Montenegro, e logo lhe administrou os Santos Óleos. Foram padrinhos Ludovico Pinto de Mesquita, por procuração de Joaquim José de Almeida e D. Luzia Gomes, todos desta Freguesia, e para constar fiz escrever este assento, que assino.

"O Vigário, José Gonçalves de Medeiros."

A primeira vista, aquele "idade de um ano" parece indicar que o nascimento se deu não em 1818, mas em 1817. Trata-se, porém, de mero vício de escrita. Naqueles registros, em geral, não se precisavam o dia e o mês do nascimento dos batizandos. Arredondava-se a conta, fazendo a vaga indicação uniforme: "idade de um ano."

Ao ingressar na comunhão da cristandade, contava um mês e 20 dias.

(O NORDESTE, Fortaleza, Ceará, 5 de agosto de 1940)

TOMÁS POMPEU DE SOUSA BRASIL (DR.)

Filho do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, nasceu em Fortaleza a 30 de junho de 1852.

Começou os estudos em 1865, no Ateneu Cearense, onde o tive por contemporâneo, e transportando-se para o Rio de Janeiro, fez os preparatórios nos Colégios dos Padres Paiva e de Monsenhor Reis, sendo seus condiscípulos no último deles, entre outros, Sílvio Romero, Aarão Reis e João Monteiro, mais tarde professor e diretor da Faculdade de São Paulo.

Em 1868, matriculou-se na Academia de Recife, tendo feito todo o curso com aprovações plenas. Desde aquele ano começou a escrever para a imprensa, como correspondente do "Cearense" em Recife.

Depois de formado, em 1872, assumiu a redação do "Cearense", ao lado do pai, de José Pompeu e João Brígido.

Com Rocha Lima, João Capistrano, Xilderico de Farias e Dr. Mello, o ilustre médico baiano, que aqui clinicou por muito tempo e consorciou-se com uma filha do Coronel Vitoriano Borges, fundou em 1872 a associação literária *Academia*, e no ano seguinte, com João Brígido, João Câmara e Xilderico de Farias e Rocha Lima, fundou o jornal maçônico "Fraternidade", cujo primeiro número é de 4 de novembro.

Em 1874 apresentou-se a concorrer às Cadeiras de Português e de Geografia e História, do Liceu, e foi colocado em 1º lugar, mas só em 1876, depois de novo concurso para a Cadeira de Geografia, é que foi nomeado lente desse estabelecimento de ensino.

De 1878 a 1886 foi eleito e reeleito deputado à Assembléia-Geral Legislativa, tomando parte em discussões dos orçamentos da Fazenda, Agricultura etc. Seu discurso sobre o orçamento da agricultura em 1881 ocupa cerca de 50 pp. dos Anais do Parlamento.

Em 1880 organizou, com José de Barcellos e João Brígido, o Regulamento da Instrução Pública e a 8 de junho desse mesmo ano fundou, com João Lopes, Júlio César e João Câmara, a "Gazeta do Norte", órgão dos liberais Pompeus.

Em 1889 foi nomeado Diretor da Instrução Pública e apresentou em setembro extensa memória sobre a Fiscalização do ensino primário.

Ao deixar a administração da Província, como Vice-Presidente que sucedeu ao Presidente Henrique d'Ávila, apresentou importante Relatório sobre a Assistência Pública em 1888 e 1889.

Além dos trabalhos citados, Tomás Pompeu publicou:

Comércio e Indústria no Ceará. Vem publicado em apenso ao Relatório do Presidente Barradas, 1885.

População do Ceará. Está publicado na "Revista do Instituto do Ceará", ano 1889, pág. 78 e ano de 1890, págs. 72 e 253.

Discurso proferido na sessão de 12 de março de 1889, por ocasião de sua posse como sócio efetivo. Vem publicado na "Revista do Instituto do Ceará", pág. 106, 1889.

Dualidade das Câmaras Legislativas. Estudo publicado em 1891, após sua volta da Europa.

Vantagens dos Trabalhos de Irrigação no Ceará. Fortaleza, 1892.

Rápida Notícia Sobre o Ceará, destinada à Exposição de Chicago, Fortaleza, Tip. da República, Rua Major Facundo nº 54, 1893, in-8º de 212 pp.

Memória Sobre o Plantio da Maniçoba, Tip. Studart. "Jornal do Commercio", Rio, reproduziu esse trabalho.

As Vantagens da Irrigação por Meio da Barragem do Boqueirão de Lavras, trabalho reproduzido pelo "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro e traduzido para o flamengo e para o inglês (*South American Journal*). É de 1894 e feito em resposta a uma consulta do Engenheiro O'Meara.

Lições de Geografia Geral. Fortaleza. Tip. Universal, Rua Formosa nº 33, 1894, in-8º de 633 pp.

Sobre as *lições*, publiquei um juízo crítico na "Revista da Academia Cearense", 1897.

Importância da Vida Humana Como Fator de Riqueza. O desenvolvimento da população de Fortaleza. Sua natividade e mortalidade. Taxa excessiva desta. "Revista da Academia Cearense", ano 1º, fasc. 1º, 1896.

Análise dos Diferentes Sistemas de Esgotos. Monografia lida perante a Academia Cearense e publicada na sua "Revista", ano 1º, fasc. 2º, 1896.

Discurso lido perante a Academia Cearense na sessão magna do primeiro aniversário. Vem na "Revista da Academia", ano de 1897.

Os Efeitos Benéficos das Medidas Higiênicas e Especialmente dos Esgotos. "Revista da Academia Cearense", ano 1897.

Relatório da Associação Comercial do Ceará. Apresentado na sessão da Assembléia-Geral Ordinária de 10 de dezembro de 1899 pelo presidente da mesma associação, Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Ceará, Tip. Universal, Rua Formosa nº 98-a, Cunha Ferro, 1899.

Irrigação no Ceará, "Revista da Academia Cearense", 1902, pp. 69-121. A propósito desse seu estudo, publicou o Prof. L. Gallois o seguinte, nos Annales de Geographie de Vidal de la Blache:

"Le probleme de l'irrigation se pose comme une nécessité urgente dans l'Etat brésilien de Ceará. Bien que la chute annuelle des pluies y atteigne une moyenne assez élevée (1,487m a Fortaleza), elle est fort irréguliere et l'on a eu souvent a déplorer de terribles sécheresses. La moyenne s'abaisse quelquefois a moins de 0,50m. Elle est restée au voisinage de ce chiffre de 1877 a 1879 (0,46m; 0,50m; 0,59m). Il semble même que ces périodes de sécheresses se rapprochent. Et les chiffres qui précedent sont ceux de Fortaleza, sur le bord de la mer; l'interieur doit étre bien plus sec encore. La période de pluie, a Ceará, va de janvier a juin, surtout d'avril a mai, avec une petite recrudescence en octobre. Cette période de pluie est anormale, theoriquement les pluies devaient en effet tomber pendant l'été austral. Dans l'état actuel desconnaissances, l'explication nous échappe."

Memória Sobre a Cultura da Cana-de-Açúcar no Ceará, 1904, apresentada ao Congresso Açucareiro em Recife por parte da Associação Comercial do Ceará.

Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, série de artigos sobre o melhor traçado para o Crato, publicado em 1905 no jornal "República".

Relatório apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly, pelo Dr. T. P. de S. B., Diretor da Faculdade Livre de Direito do Ceará, junho de 1905, Tipo-Litografia a vapor, Rua Formosa, 68.

Relatório apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly, pelo Dr. T. P. de S. B., Diretor da Faculdade Livre de Direito do Ceará, em 28 de maio de 1907, Fortaleza, Tipo-Litografia a vapor, Rua Formosa, 68, 1907.

O Ceará no Começo do Século XX, Tipo-Litografia a vapor, Fortaleza, Rua Barão do Rio Branco, 69, 1909, in-8º de 779 pp., afora índice.

O Ensino Superior no Brasil e *Relatório* da Faculdade de Direito do Ceará nos anos de 1911 e 1912, Fortaleza, Tip. Minerva, Rua Major Facundo, 55, 1913, in-8º de 489 pp.

Memória Histórica dos Anos de 1914 e 1915 apresentada à Faculdade de Direito do Ceará, acompanhada de um estudo sobre Método de ensino das Ciências Jurídico-Sociais. 1917 — Tipo-Litografia Gadelha.

O Ceará no Centenário da Independência do Brasil (2 grossos volumes), Tip. Minerva, Rua Major Facundo, 113, 1922 e 1926.

A pedido do Dr. Antônio Sabino do Monte, escreveu em 1877 a parte do Relatório do presidente Estellita relativa à instrução pública e a pedido do Dr. José Júlio, depois Barão de Sobral, a parte do seu Relatório sobre o dito assunto.

Deixou vários inéditos, entre os quais uma "História Política do Ceará", de 1789 a 1875, em 2 volumes; uma "História da Instrução Pública do Ceará", também em 2 volumes; e um "Dicionário de Pensamentos", em prosa e verso, de diversos autores, em 12 volumes.

Foi presidente da Academia Cearense e do Instituto do Ceará, sócio correspondente do Instituto Histórico da Bahia, da Sociedade de Agricultura do Rio de Janeiro, lente aposentado do Liceu e Escola Normal do Ceará, lente em disponibilidade da Escola Militar do Ceará, Diretor lente da Faculdade do Ceará, cujo Regulamento organizou em 1903.

Faleceu em Fortaleza a 6 de abril de 1929 esse notável cearense, de extraordinária capacidade de trabalho, enriquecido de vasto saber, e cujo nome está ligado a múltiplas manifestações do progresso e desenvolvimento de sua terra.

Sobre Tomás Pompeu, leia-se o trabalho de Farias Brito, publicado na "Revista Cearense" sob o título *Homens do Ceará* (ano 1, fasc. 1, pág. 129).

(Do "Dicionário Bibliogr. Cearense", pelo Barão de Studart.)

COMENDADOR ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY

1840 — 1921. Nasceu em Icó, a 11 de outubro de 1840, sendo seus pais José Pinto Nogueira e D. Antônia Pinto Nogueira, filha de José Pinto Coelho, português e negociante naquela cidade.

José Pinto Coelho foi filho de João Bento da Silva e Oliveira e D. Rosa de Oliveira, da família Accioly, de Goiana, em Pernambuco, e neto pelo lado paterno de Bento da Silva e Oliveira, português, senhor do Brejo de Salamanca (Barbalha) e fundador, juntamente com João dos Santos Lopes, da Igreja do Bonfim em Icó.

Havendo-se bacharelado na Faculdade de Direito de Recife, em 1864, oriundo de uma família de influência na antiga Província, obteve fácil entrada na vida pública, sendo logo nomeado Promotor de Justiça da cidade natal, lugar que deixou para desempenhar mais tarde os de Promotor Público de Saboeiro e Juiz Municipal de Baturité e Fortaleza.

Ao tempo da Reforma Judiciária, em 1871, ocupou o cargo de Substituto da comarca especial de Fortaleza.

Não era, todavia, a magistratura a carreira que o destino lhe acenava com as mais risonhas promessas, e sim a política. Esta o sagrou igual, na autoridade e prestígio, a João Facundo, Alencar e Pompeu, os grandes chefes liberais do Ceará no antigo regime, e o distinguiu com uma Cadeira na Câmara dos Deputados-Gerais, em 1880, e com a escolha para Senador em julho de 1889, depois de memorável pleito eleitoral, cheio de complicações e surpresas. A C.I. de sua nomeação de Senador tem a data de 25 de outubro. (*)

(*) — Procedeu-se a eleição, em 1889, para preenchimento da vaga ocorrida com o falecimento (31-3-1889) do Conselheiro Vicente Alves de Paula Pessoa. Constituiu-se a lista tríplice:

Joaquim da Silva Freire (Barão de Ibiapaba)	4.398	votos
Antônio Pinto Nogueira Accioly	4.286	"
Tristão de Alencar Araripe	4.187	"

Em 1884, quando Vice-Presidente do Ceará, foi nomeado Presidente da Província do Espírito Santo, cargo que não aceitou.

A revolução de 15 de novembro não lhe permitiu tomar assento no Senado, mas as novas crenças e idéias, buscando o concurso do antigo chefe monárquico, só tiveram que lucrar, vendo-se mais alargadas e radicadas no Estado graças às extensas alianças e relações com que ele veio colaborar.

Por seu turno, a República fê-lo Presidente do Congresso Estadual, reunido após a deposição do General José Clarindo, 1º Vice-Presidente do Estado. Senador Federal (duas vezes), Presidente do Estado em sucessão ao governo do Coronel José Freire Bezerril Fontenelle e novamente em substituição ao Dr. Pedro Augusto Borges, sendo reconduzido ao cargo em 1908.

Quando Senador, coube-lhe a distinção de presidir a Convenção Nacional, que escolheu o Conselheiro Rodrigues Alves para o elevado posto de Presidente da República no quatriênio de 1902 a 1906.

Desta sorte, o Deputado Provincial nos biênios de 1866-67 e 1868-69 chegou a ocupar os mais elevados postos na magistratura e política de sua terra.

Deposto do Governo do Estado por um movimento popular a 24 de janeiro de 1912, passou a residir na Capital Federal, onde faleceu a 14 de abril do ano corrente.

(Do "Dicionário Bibliogr. Cearense", pelo Barão de Studart.)

A SALVAÇÃO DO CEARÁ

"Em dezembro, após a formatura de Sá Filho — Francisco —, em Direito, o Dr. Francisco Sá e D. Olga e filhos seguem para o Ceará, chegando nos primeiros dias de janeiro de 1912 a Fortaleza, onde se hospedam na Jacarecanga, em casa alugada a seu cunhado Raimundo Borges.

Em pleno surto de anarquia, insuflada pelo Governo Federal, agitava-se todo o norte do País, onde se mudavam pelas armas situações políticas criadas pelos votos das populações tranqüilas e prósperas.

Não escapava o Ceará à desordem, para a qual se mancomunavam a tropa federal e as facções oposicionistas protegidas pelo poder central.

A política de *salvação*, iniciada, há pouco, pelo governo Hermes, já convulsionava outros Estados do Norte, onde os militares, famintos do poder, pretendiam substituir-se aos velhos chefes republicanos.

Em Alagoas e em Pernambuco, a agitação chegava ao auge. Neste último Estado, o antigo partido rosista vira levantar-se contra o seu chefe o próprio Ministro da Guerra, General Dantas Barreto, que para o assalto ao Governo Estadual teve às suas ordens as baionetas do Exército. Inútil foi tentar a resistência: ao primeiro embate, o Sr. Rosa e Silva viu-se derrotado pelos adversários de farda.

No Ceará, onde o governo tolerante do Dr. Accioly permitia a existência de um ardoroso partido oposicionista, com jornais despeados de linguagem, a mazorca levantava o colo, hauriu forças para tanto no quartel federal e nas ordens emanadas do Catete. Nas ruas e praças de Fortaleza sucediam-se, desde o fim de dezembro, os *meetings*, as correrias, as arruaças.

Todos quantos vinham acompanhando os últimos acontecimentos da política federal compreendem, desde o primeiro instante, o que se preparava: o assalto ao poder. O Dr. Accioly, porém, já velho (fizera 71 anos), perdera aquela arguta visão política que tantas vezes lhe permitira lobrigar no horizonte os mais fugidios sinais de borrasca.

E os que de perto o rodeavam, ou tapavam os olhos à evidência das coisas, ou não ousavam assumir a responsabilidade de uma luta arriscada.

Às primeiras arruaças, prestigiosos chefes sertanejos, tais como Antônio Luís, Pedro Silvino e o próprio Padre Cícero, mandaram oferecer a Accioly os homens de que precisasse para a luta. Cientes do oferecimento, Carlos de Sá e Hildebrando Accioly tudo fizeram para que fosse aceito. Accioly recusava, porém, dar ordem para que viessem; e José Accioly, dizendo não querer transformar Fortaleza num campo de luta, relutava em se aproveitar de tais elementos de defesa.

Após reiterada insistência, Carlos conseguiu demover um e outro da atitude em que se mantinham. Mas já não houve tempo para dar execução à medida, que, se não salvasse o Governo do Estado, ao menos tornaria mais clamoroso, porque mais despudorado, o assalto planejado pela ditadura hermista.

Meados de janeiro, começaram a precipitar-se os acontecimentos de que Sá, chegado do Rio, logo percebeu o rumo revolucionário. Promoveu medidas administrativas que acal-

massem os ânimos. Dir-se-ia, porém, tinham chegado as últimas ordens para a tropa, as derradeiras instruções para os oposicionistas. Sucediam-se os comícios. Atiravam-se bombas ou se descarregavam pistolas em vários pontos da cidade. Vaiavam-se os amigos do Governo. E, assim, a 21 de janeiro desencadeou-se, à bala, o ataque a palácio e ao próximo quartel da guarda cívica.

Pouco antes do início da luta, Sá e seu filho Carlos, separadamente, chegaram a palácio, onde permaneceram sitiados.

Depois de um dia e uma noite de tiroteio intermitente, que do palácio era respondido com dificuldade, Accioly chamou à sede do Governo o comandante da força federal, Ten.-Cel. Faustino da Silva, para tentar manter o prestígio da autoridade. Aquele oficial, porém, que para a deposição recebera instruções do Ministro da Guerra, limitou-se a vagas promessas de intervenção.

Continuou, depois, a luta mais viva, intensificando-se o ataque de tal modo que, na madrugada de 24, Sá, em companhia de seu filho Carlos e do bravo Sargento Sá Roriz, saiu do palácio, arriscadamente, rumo ao quartel do Exército para negociar a paz. Paz imposta pelo Governo Federal ao Governo Estadual: deposição da autoridade legítima, assalto do poder pelos capangas de farda.

Deposto, não sem protesto, Accioly seguiu para o quartel do Exército, onde se reuniram todos os da família enquanto os mazorqueiros se apoderavam da cidade, ameaçando de atacar os que se encontravam presos naquele quartel.

Menos talvez pela intervenção do comandante da guarnição federal do que por um resto de escrúpulo dos chefes oposicionistas, escaparam ilesos daquela vez os Accioly, Sá inclusive, obrigados a embarcar para o Sul, sem roupa e sem recursos, no dia 25 de janeiro.

Como reféns, para evitar um revide impossível, permaneceram em Fortaleza José Accioly e Graco Cardoso. Deixava Sá, assim, pela última vez, a terra cearense, que fizera sua pelo coração e pela carreira política."

ANTÔNIO ACCIOLY

"Aviso foi mandado para que no primeiro porto Accioly fosse vítima de sicários assalariados. Assim, inesperadamente, em Natal, a 26 de janeiro, alguns capangas entraram a

bordo e dirigiram-se para o camarote onde estava o venerando chefe cearense.

Felizmente, foram pressentidos e houve quem lhes embargasse os passos. Para fazer jus à missão recebida, não se contiveram eles e começaram a atirar contra os poucos amigos que se lhes opuseram ao nefando intento. Tomás Accioly foi visado por um dos assassinos, sendo ferido na coxa a punhal. Antônio Accioly, ouvindo os tiros e o barulho da luta, saiu corajosamente do camarote onde se encontrava, para enfrentar os bandidos. Com um deles logo se engalfinhou, recebendo dois ferimentos por faca, um no ventre e outro na perna; logrou, porém, repelir o assassino, que tombou gravemente ferido.

Prosseguiu, entre sustos, a viagem em que a tragédia iria culminar três dias depois do assalto de Natal. Com efeito, a 28, à noite, Antônio Accioly começara a passar mal, com vômitos, suores profusos, prostração, palavra difícil. A seu lado, além do médico de bordo, Olga Sá e seu filho Carlos se esforçavam para reanimá-lo, com fricções e injeções tonicardíacas. Mas o coração baqueava sempre. Parece que não sofria. Depois de uma injeção, como Carlos perguntasse se estava melhor, ainda respondeu:

— Estou sentindo um grande bem-estar...

Foram talvez suas últimas palavras. Frio suor perolava-lhe a testa; a língua se lhe tornara perra; as extremidades esfriavam; fugia o pulso no radial. E assim exalou, quase sem agonia, o derradeiro sopro de vida o pobre e querido Antônio ("Toninho", como o chamavam em casa).

Na saleta contígua, do mesmo camarote, Accioly assistia, profundamente abatido, àquela luta para salvar o filho estremecido. E só compreendeu que se perdera a batalha quando sua filha Olga e seu neto Carlos dele se acercaram para a partilha da suprema dor.

Na manhã seguinte, coube a Francisco Sá dar providências para que se fizesse, no cemitério de S. Salvador, o enterramento de Antônio Accioly, cujas cinzas se encerram hoje — 1938 —, desde longos anos, em urna perpétua da necrópole de São João Batista, no Rio de Janeiro."

(Francisco Sá, "Reminiscências Biográficas", págs. 432/435.)

*
* *

"De meu tio-avô, Mons. Vicente Pinto Teixeira, deputado estadual à época da deposição do Dr. Accioly, e de quem era muito amigo, ouvi muitas vezes críticas veementes, embora com espírito cristão, ao procedimento do Ten.-Cel. José Faustino da Silva, comandante da guarnição federal em Fortaleza, pelo comportamento que assumira.

Devendo favores e obséquios ao Presidente Accioly — inclusive no que se referia à sua nomeação para retornar ao comando da tropa do Exército, em Fortaleza —, o militar, assíduo freqüentador do palácio, fizera-lhe empenho de sua palavra de que a força federal manteria a ordem. No quartel, todavia, assumia atitude diferente: garantia apoio decisivo aos oposicionistas, incitando-os à revolta.

Tanto que, já deposto, o Dr. Accioly relutava seguir para o quartel da guarnição. Cedeu somente ante os rogos de Dom Joaquim José Vieira, seu dedicado amigo. (Nota fornecida ao autor do livro pelo advogado Marcelo de Alcântara Pinto.)

TOMÁS POMPEU SOBRINHO

Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho é o mais venerando, a mais erudita figura intelectual do Ceará. Tem oitenta e dois anos de idade, pois nasceu em Fortaleza no dia 16 de novembro de 1880. É um sábio. Um sábio autêntico. E um santo pela abnegação. Tem o mesmo tipo físico do falecido senador Nereu Ramos, porém, magro, descarnado. É o presidente perpétuo do Instituto do Ceará, onde substituiu a figura gloriosa do Barão de Studart. Pertence a uma família ilustre pela erudição. Neto do primeiro Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Senador do Império, geógrafo, cartógrafo e estatístico eminente, além de político e padre, autor da primeira geografia de caráter didático para as escolas brasileiras, e sobrinho do segundo Tomás Pompeu de Sousa Brasil, deputado e presidente da Província do Ceará e autor de várias obras científicas (geografia, história, política e sociologia. Seu pai era médico, Dr. Antônio Pompeu, irmão do filho do senador. Seu primo, médico notável, Tomás Pompeu de Sousa Brasil Júnior, vive ainda, na serra de Maranguape, onde mantém um ambulatório para os pobres. Ele e o primo são os mais velhos da prole erudita. Estrangeiros e brasileiros, porém, conhecem a Tomás Pompeu Sobrinho, o sábio, de quem falaremos nesta reportagem: historiador, geógrafo, engenheiro, sociólogo, arqueólogo, cartógrafo, lingüista,

mas sobretudo antropólogo — atual diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará —, ramo científico a que se tem dedicado vigorosamente nestes últimos anos, dando uma contribuição notável ao setor de sua especialidade: a antropologia cultural. Uma figura imensa de um imenso país e deste Nordeste esquecido.

RECORDAÇÕES DA MOCIDADE

Simples, humano, severo, é assim que vejo diante de mim, em seu gabinete de trabalho, no Benfica, nesta dourada manhã de setembro, Tomás Pompeu Sobrinho. Tragolhe do Rio Grande do Norte um recado de Luís da Câmara Cascudo, pedindo-lhe um segundo exemplar de seu livro sobre a pré-história do Ceará, algo de muito sério e fascinante e raro. Peço-lhe tranqüilamente que me conte alguma coisa da sua vida de estudante de engenharia, na Escola de Minas de Ouro Preto, no começo do século. Sorri da pretensão do repórter e vai narrando, com aquela "voz prolongada" e mansa do cearense. "Lembranças? Que posso contar? Minha turma, a de 1903, era de apenas quatro estudantes. O que mais se destacou foi Eusébio de Oliveira, geólogo notável, que o país conheceu. Saí de Ouro Preto aos 22 anos. Era uma cidade muito antiga e a Escola tinha sempre poucos alunos. Estudante, dediquei-me à exploração de uma mina de ouro, com um capital de trezentos mil réis, na povoação de Antônio Pereira, a duas léguas de Ouro Preto. Não deu resultado. Passei então a um novo trabalho: reconstruir uma velha fábrica de ferro, colonial, perto de outra povoação, Bento Pereira, onde eram forjadas ferraduras para animais. O fato mais interessante desse tempo é que nessa povoação as figuras mais importantes eram dois cearenses. Um, chamado Braga, escravo fugido daqui de Uruburetama. Outro, ajudante de Braga, oriundo de Ipu, soldado desertor de um batalhão sediado em Teresina. O difícil era conseguir, nesse fim de mundo, trabalhadores para a reconstrução da fábrica. Havia, mas não gostavam de trabalhar. Se era sábado, justificavam a preguiça dizendo que no outro dia era domingo. Na segunda-feira, porque o outro dia era terça. E assim por diante. Procurei o Braga e, graças a sua energia e prestígio, não mais faltaram trabalhadores. É de quanto me recordo, de mais interessante, dos meus dias de estudante em Minas Gerais".

NÃO À POLÍTICA

À pergunta se não fora tentado, algum dia, pela política, tradição da sua família, respondeu Tomás Pompeu:

"Nunca. Nunca fui nem quis ser político. O governador Acioly era casado com uma tia minha. Nem por isso bati às portas da política".

Voltou de Minas para o Ceará como empregado da então Comissão de Açudes do Governo Federal: Engenheiro-Ajudante de Segunda Classe. Em substituição ao engenheiro Zózimo Barroso. O presidente dessa comissão era Piquet Carneiro. Exerceu, no decorrer de sua vida, diversos cargos públicos, inclusive o de Secretário da Agricultura, mas sem jamais ceder à tentação política.

"A minha casa, por excelência, é o Instituto do Ceará, onde substituí ao barão de Studart e do qual sou presidente perpétuo, coisa que muito me honra".

Fundou e dirigiu (e onde ensinou física agrícola, construções rurais e hidráulica) a Escola de Agronomia do Ceará.

AS TERRAS DO CEARÁ

A um novo pedido, para que falasse um pouco a respeito dos seus estudos sobre as terras secas do Ceará, que percorreu a cavalo em quatro demoradas viagens, pesquisando-as, analisando-as, disse:

"As nossas terras já foram muitas vezes descritas. Sob o ponto de vista físico, temos 800 quilômetros quadrados de terras ótimas, os aluviões dos grandes rios, para a agricultura. Ao lado dessas, temos um solo eluvial, raso, de caatinga, impróprio para a agricultura, excelente para pastagens. Excluindo de tudo isso o trecho do Cariri. A minha opinião é a de que a seca já não devia existir. A terra pode encontrar a sua redenção. Estamos trabalhando para realizar estudos completos do meio físico e do homem cearense, a fim de contribuir para esse resgate definitivo, perfeitamente possível. Veja: cresce a nossa população e nem por isso tem faltado a nossa produção. Irrigação? Se toda a chuva caída no Ceará e que alimenta os nossos açudes fosse captada e empregada na irrigação, não bastaria ainda para todas as terras do Ceará, as de valor agricultável. A irrigação não é bastante para dar solução aos problemas econômicos do Ceará. Mas não faltarão soluções".

UMA REVELAÇÃO HISTÓRICA

Historiador, pergunto ao Dr. Tomás Pompeu sobre uma das suas revelações mais curiosas a respeito do passado do Brasil:

"Suponho ter demonstrado o seguinte: a primeira terra visitada no Brasil não foi Porto Seguro, na Bahia, mas a Ponta Grossa de Aracati, no Ceará. Ali esteve a expedição espanhola de Pinzon, que se destinava às Antilhas, desviada da sua rota. Aconteceu isso a 2 de fevereiro de 1500. Cabral chegou a Porto Seguro a 22 de abril daquele ano. Depois de Pinzon, que esteve em Ponta Grossa e veio até o Mocuripe, onde plantou em terra uma grande cruz, chegou aqui uma segunda expedição espanhola, de Diogo Lopo. É que as terras estavam fora do Tratado das Tordesilhas e os espanhóis não se interessaram por elas".

A PRÉ-HISTÓRIA

Revelou, depois, o Dr. Tomás Pompeu:

"Como sabe, a história do Ceará, oficialmente, começa a ser descrita a partir de 1603. Interessei-me, então, pela nossa história antes dessa história — a nossa proto-história. E, a seguir, pela nossa pré-história. Tenho procurado estabelecer a hipótese sobre o primitivo povoamento do Ceará, que data de 5 mil anos. Os nossos primitivos habitantes descendiam das primeiras levas invasoras do Continente Americano e eram de origem siberiana-oriental. Desceram através de toda a América e um grupo deles alcançou o Ceará. Os nossos mais antigos habitantes, paleolíticos, foram os tarairus. Vieram depois os tremembés — mesolíticos — que habitavam a costa. Vespúcio encontrou-os aqui e os descreveu de maneira fantástica: "pés tão grandes como os dos alemães". A terceira corrente, de origem malaio-polinesiana, gerou as tribos dos tupis e dos cariris. As primeiras correntes vieram do Alasca, através do Estreito de Bhering".

OS MARCOS MISTERIOSOS

Pesquisador incansável, tendo realizado viagens, a cavalo, que duravam três meses, fez o Dr. Pompeu outra curiosa revelação:

"Existem marcos tidos como misteriosos no Rio Grande do Norte, no lugar, aliás, denominado Marcos, perto de Touros. Creio, entretanto, que nada têm de mistério. Foram ali colocados por uma expedição portuguesa, logo depois da vinda de Cabral, que ia para as Índias. Essa expedição era chefiada (1501) por João da Nova que, por ordem do rei, fez o reconhecimento da terra. Colocou os marcos, que são blocos de pedra em forma de prismas quadrangulares, com gravações de armas lusitanas. Esses marcos serviram de fronteira entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Rui Barbosa, ao defender o Rio Grande do Norte na questão de limites com o Ceará, fê-lo por mera advocacia. Sabia que defendia uma causa errada e que o limite estava mais perto da barra do Apodi do que da do Assu".

UM ENGANO ANTIGO

Os que se dedicam à crônica do povoamento nordestino afirmam, ainda hoje, que o jesuíta Pinto foi trucidado no Ceará. Corrigiu o Dr. Tomás Pompeu a versão consagrada:

"O dois padres chegaram, embarcados, à barra de Jaguaribe e daí, costeando, foram à serra da Ibiapaba. Reconstituí o caminho de ambos pela serra e posso assegurar que a morte do missionário não se deu em terras do Ceará, mas do Piauí".

O DESCOBRIDOR DE ORÓS

Foi Tomás Pompeu quem, há 30 anos, 1929, em longo artigo, previu o arrombamento do Orós. Antes, entre 1910 e 1911, ele havia descoberto o local do açude e estudado cuidadosamente o boqueirão do mesmo nome. O esboço da planta do grande açude data desse tempo, feito por uma comissão de técnicos.

Disse, a propósito: "Sempre fui partidário de um tipo de barragem para o Orós, aquela a que os americanos chamam "rock-fell", feita de pedra britada, areia e uma cortina impermeável de cimento armado. Era mais econômica e mais segura".

Aos oitenta e dois anos, lamenta não poder viajar mais a cavalo, como fazia antigamente. Numa dessas peregrinações, elaborou o primeiro mapa racional do Ceará, o mais

de acordo, até hoje, com a ciência cartográfica. Houve um episódio curioso com esse mapa. Um dia, estava o Dr. Pompeu em casa, quando foi procurado por um cidadão de Assaré, completamente ébrio, mas que se dizia interessado no assunto e gostaria de fornecer dados "mais certos e completos" sobre a sua região. Despachou-o amavelmente o Dr. Pompeu, pedindo-lhe que voltasse no domingo, quando talvez estivesse mais sóbrio, o que seria de todo improvável. Pois no domingo o cidadão reapareceu, completamente sóbrio. E, para surpresa do cartógrafo, não só lhe deu excelentes e precisas informações sobre a parte do mapa relativa ao Assaré, como, inclusive, lhe forneceu elementos históricos novos sobre aquela longinqua zona do Ceará.

Hoje, quando quer fazer sua higiene mental, fatigado pelo trabalho, o sábio e bom Dr. Pompeu recolhe-se a um sítio que tem no município do Quixadá, a terra de Raquel de Queiroz.

O TÉCNICO E O CIENTISTA

Para concluir este resumo inédito das atividades do Dr. Pompeu, que dá bem a medida da sua erudição e dedicação à ciência, ao Nordeste e ao Brasil:

Nome — Tomás Pompeu Sobrinho

Data do nascimento — 16 de novembro de 1880. *Local*: Fortaleza — *Estado civil* — casado.

Residência — Avenida Francisco Sá, 1801 — Fortaleza — telefone nº 3-04-60.

Ramo científico a que se dedica — Antropologia.

Setor de especialização dentro desse ramo — Antropologia cultural.

Setores colaterais de interesse — Sociologia, Lingüística americana, Arqueologia, História e Geografia nordestinas.

Cursos Universitários — Engenheiro Geográfico, Engenheiro Industrial e Engenheiro Civil e de Minas, este último incompleto, por não ter freqüentado o último ano, na "Escola de Minas de Ouro Preto".

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Cargo em exercício atualmente — Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará.

Cargos ou funções já exercidos — Engenheiro Ajudante de Segunda Classe e de Primeira da Comissão da Construção do Açude de Quixadá e Comissão de Açudes e Irrigação; Chefe da Seção Técnica; Chefe do Primeiro Distrito da Inspetoria de Obras Contra as Secas e Inspetor Técnico. Engenheiro-Chefe da Comissão da Construção do Açude dos Paus e da Construção de Canais de Irrigação de Quixadá; Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro de Sobral; Secretário de Agricultura do Estado do Ceará; Presidente do Conselho de Economia do Estado do Ceará, Professor de Física da Escola de Agronomia do Ceará; Professor Catedrático da 17ª Cadeira da mesma Escola (Hidráulica e Construções rurais). Nenhum mediante concurso. Em caráter particular, lecionou: álgebra superior, cálculo infinitesimal e mecânica racional.

Títulos honoríficos — Medalha de Prata comemorativa da Proclamação da República (Dec.-Lei número 1972, de 19-1-1940). Diploma Comemorativo Especial, número 470, do Júri Internacional de Recompensas, da Exposição Internacional do "Centenário da Independência". Diploma e símbolo honorífico por ter prestado relevantes serviços à engenharia nacional. Medalha de Ouro — Galeria de Honra da Ceará Rádio Club (18-12-1952).

Sociedades científicas a que pertence — Instituto do Ceará, Presidente Perpétuo; Academia Cearense de Letras, e outras, no País e no estrangeiro.

Estudos ou pesquisas realizados ou em realização — Atualmente dirige uma série de pesquisas antropológicas no campo biológico e sócio-cultural. Pessoalmente faz pesquisas históricas em torno da "Relação da Missão do Maranhão", do Prof. Luís Figueira; pesquisa lingüístico-cultural baseada em topônimos indígenas do nordeste brasileiro; pesquisa lingüística para averiguar o parentesco das línguas do grupo Brasilido e a data da separação de alguns dos seus diferentes ramos, pelo método de M. Swadesh; pesquisa sobre a geomorfologia das serras plutônicas do Ceará; pesquisas arqueológicas (numerosos trabalhos publicados em livros e em artigos da "Revista do Instituto do Ceará"); pesquisas sobre ecologia vegetal (*in* "A Questão da Alimentação do Gado no Ceará", 1918); pesquisa no campo da Paleoantropologia (ver "Crânios da Gruta de Canastra", 1942); pesquisas no campo da lingüística americana (*in* "Revista do Instituto do Ceará"; numerosas publicações a respeito); pesquisas no campo da fisiografia nordestina, da economia do

Ceará, da geografia e cartografia, da Proto-História e da História colonial do Ceará; pesquisa sobre o solo e irrigação para determinar as taxas d'água em várias culturas (algodão, arroz, gramíneas forrageiras etc.); pesquisa sobre a adaptação de algumas raças de bovinos no Ceará; pesquisa sobre forragens nativas do Ceará; pesquisa sobre topônimos cearenses e vários outros; pesquisa sobre a alimentação protéica do sertanejo, em Quixadá (resultado, ainda, inédito); pesquisa agro-social em certo trecho do território dos municípios de Pacajus, Cascavel e Aracoaiba (1949).

Trabalhos Publicados — "O Problema das Secas no Ceará", 2 edições, (1916 e 1920) — referências elogiosas do Dr. John Casper Branner, geólogo norte-americano, presidente da Stanford University, e do botânico sueco Dr. Alberto Logreen; "Fatores Geográficos da Autonomia Nacional", 1927. Duas edições (Ensaio de geografia social); "A Indústria Pastoril no Ceará", 1917; "Indústria Agropecuária no Ceará", 1922; "O Nosso Problema Econômico", 1914; "A Cultura Seca no Ceará", 1914; "Florestamento e Reflorestamento", 1915; "O Florestamento do Nordeste e a Luta Contra as Secas", *in* "Boletim da Inspetoria de Obras Contra as Secas", 1935; "Algodão", 1915; "Sindicatos Agrícolas e a Prosperidade do Ceará", 1915; "Cooperativismo", 1916; "O Problema das Secas no Ceará, primeira edição, 1916, segunda edição, 1920; "A Questão da Alimentação do Gado no Ceará", 1918; "A Produção no Ceará", 1918; "O Crédito Agrícola e a Instrução Técnico-profissional", 1922; "Ligeiros reparos à Conferência do Dr. Moraes Barros, 1923; longo artigo no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro; inserto nos Anais do Congresso Nacional: "Armazéns Gerais para Algodão", *in* "Boletim da Sociedade Cearense de Agricultura", 1925; "A Produção no Ceará e o seu Tardo Desenvolvimento", *in* "Revista dos Industriais", 1920; "Pecuária no Ceará", 1931; "O Salário da Seca", artigo em "O Povo", 1932; "Sugestões para a organização de um plano sistemático de combate às secas", trabalho apresentado à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres", *in* "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, 1934; "Algodão como subsidiário das Obras Contra as Secas", 1934; "Alargamento do Comércio Interno", *in* "Rev. do Rotary Brasileiro", Rio de Janeiro, 1935; "Algodão na Economia Cearense", *in* "Nordeste Agrícola", 1936.

No domínio da engenharia, publicou: "Memória justificativa do Projeto do Açude Quixeramobim", apresentado

ao Sr. Inspetor das Obras Contra as Secas, 1912, *in* "Revista do Instituto do Ceará"; "Projeto do Açude Riacho do Sangue e memória justificativa" — Publicação oficial da Inspetoria de Obras contra as Secas, Rio de Janeiro, 1912; "A construção do Açude Orós — sua significação econômica e humanitária" — Edição da Tip. Gadelha, 1924. "A Capacidade Irrigatória do Açude Orós", "Revista do Instituto do Ceará" — Fortaleza, 1929; "Mapa Geográfico do Estado do Ceará", Escala 1:500.000. Litog. Ypiranga, São Paulo, 1930; segunda edição, aumentada e melhorada, do mesmo mapa — Publicação oficial da Inspetoria de Obras Contra as Secas, 1935.

No campo da Lingüística e Etnografia americanas, publicou: "Etimologia de algumas palavras indígenas", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1919; "Contribuição para o Estudo das Afinidades do Cariri" — "Revista do Instituto do Ceará" e Separata, 1928; "Merim, índios Canelas" (etnografia, gramática e vocabulário), Ed. da Tipografia Gadelha, Fortaleza 1930; "Significação de Algumas Palavras Indígenas", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1938; Cariri", *in* "Revista de Filologia e História", Rio de Janeiro, 1934; "índios Fumiôs", "Revista do Instituto do Ceará", 1931; "Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herkman", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1934; "Lendas Merim", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1935; "Vocabulário dos índios Mutuans da Jamundá", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1936; "Tapuias do Nordeste", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1939; "Línguas Tapuias Desconhecidas do Nordeste", *in* "Boletim de Antropologia", 1958. Outros assuntos: "O Homem do Nordeste", ensaio sobre origens e adaptação à terra, *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1937; "O Nordeste e as suas Feições Geográficas", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1938; "Alguns Aspectos da Geografia Humana Cearense", 1940; "Estrutura geológica do Ceará", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1941; "Crânios da Gruta de Canastra", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1942; "Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense", 1945; "Sistema de parentesco dos índios Cariris", 1947; "As origens dos índios Cariris", *in* "Revista do Instituto do Ceará" (Separata), 1950; "índios Tremembés", "Revista do Instituto do Ceará", 1951; "O Fator Moral na Construção dos Grandes Açudes", "Revista do Instituto do Ceará", 1933; "Parêntese Geográfico", "Revista do Instituto do Ceará", 1932; "Os Litoglifos da Pedra do Ora-

tório e uma Hipótese Relativa às Origens das Inscrições Rupestres", "Revista do Instituto do Ceará", 1954; "As Migrações Paleolíticas e as Inscrições Rupestres da América", "Revista do Instituto do Ceará", 1955; "Orientação Científica na Luta Contra as Secas", "Revista do Instituto do Ceará", 1958; "Algumas Inscrições Rupestres Inéditas do Estado do Ceará", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1956; "A Nova Toponimia Cearense", Ed. do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944; "Os Primeiros Topônimos Brasileiros de Origem Européia" — Santa Maria de la Consolación e Rostro Hermoso, *in* Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1944; "Ensaios de História" (Ensaio de física social), *in* revista "Valor", 1941; "O Monte LI na Costa Cearense", *in* "Valor", 1942; "Origem da Palavra Ceará", *in* "Valor", 1942; "O Ceará: Aspectos Fisiográficos e Antropogeográficos", *in* "O Ceará", 1945; "Sindicatos Agrícolas", Ed. da Tip. Gadelha, 1916; "O Problema das Secas"; "Estradas ou Açudagem", *in* "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, 1920; "Esboço Fisiográfico do Ceará"; Ed. da Tip. Minerva, 1922; "O Problema do Algodão", *in* Boletim da Sociedade Cearense de Agricultura, 1941; "Fatores Geográficos da Autonomia Nacional", Ed. da Tip. Gadelha, 1927; "O Rio Jaguaribe e o Aproveitamento Agrícola do Vale", *in* "Revista do Instituto Politécnico do Ceará", 1924; "A posição de Fortaleza" (Ensaio antropogeográfico, *in* "Jornal do Commercio", 1925); "O Gado Schwitz no Ceará", *in* "Boletim da Sociedade Cearense de Agricultura", 1925; "As Terras Agrícolas do Ceará" *in* "Bol. da Sociedade Cearense de Agricultura", 1925; "A Fixação do Homem no Nordeste", *in* "Revista do Instituto Politécnico do Ceará", 1927; "Os Maiores Problemas Econômicos do Ceará" (Série de artigos), *in* "Gazeta de Notícias", 1928; "Retrato do Brasil, Pequenos Retoques", *in* Rev. do Instituto do Ceará (Separata), 1930; "A População Brasileira nas Grandes Datas Históricas", *in* "Revista Brasileira"; "A Terra das Secas", *in* "Revista Cultura e Trabalho", Rio de Janeiro, 1927; "A Seca e seus Efeitos", *in* "Cultura e Trabalho", Rio de Janeiro, 1927; "Problemas Econômicos do Ceará", *in* "O Povo", Fortaleza, 1931; "Divisão Administrativa do Estado", *in* "O Povo", 1932; "O Fator Moral na Construção dos Grandes Açudes e As Grandes Barragens Cearenses", Ed. da Tip. Gadelha, 1933; "Alguns Problemas de História", *in* "Revista Nacional", Rio de Janeiro, 1934; "O Homem do Nordeste", série de artigos, *in* "Bol. da Inspetoria de Obras Contra as Secas"; "O Povoamento do Cariri Cearense", *in* "Revista da Academia Cearense de Letras", 1956; "A Luta Contra as Secas e seus Problemas", *in* "Revista da Academia Cearense de Letras", 1954; "Pré-História Cearense", 1º Vol., "Povoamento Inicial do Ceará", Edição da Editora Instituto do Ceará Ltda., 1955; "Pré-História Cearense"; "A História do Ceará Antes de 1693", Editora Instituto do Ceará, 1946; "História das Secas", Edição da Sec. da Agricultura do Ceará, 1935; "Noções sobre o Conceito de Antropologia", I. C., 1957; "Mitos Mehim", *in* "Boletim de Antropologia", 1957; "Vicissitudes da Costa Cearense", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1946; "Mapa de Pero Coelho", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1948; "Povoamento do Nordeste Brasileiro", *in* "Revista do Instituto do Ceará", 1937; "Valorização do Nordeste — Um plano de Estudo Sociocultural da Área Nordestina"; "Manual de Antropologia" (Primeiro Vol. "Antropologia Física"), Ed. da Universidade do Ceará, 1961. (Publicado, pelo Autor deste livro, no "Unitário", de Fortaleza, 20 de janeiro de 1963).

CH/UFF

Composto e impresso nas oficinas da
FOLHA CARIOCA EDITORA LTDA.
Rua João Cardoso, 23, tel.: 223-0562
CEP 20220 - Rio de Janeiro - RJ